

## Organizadores:

Ana Estela Brandão Duarte e Diogo Janes Munhoz

# Formação Humana e Práxis Educacional

## Diálogo entre docentes

### Autores:

Albertina Oliveira de Lima  
Angélica Maria Abílio Alvarenga  
Arlindo Carlos de Oliveira  
Bruna Nunes Bruna Nunes Mont'mor  
David Alex Santos da Silva  
Érica Luzia Figueiredo Camilo Tenório  
Geovana Barbosa Oggione

Jacqueline David Altoé  
Jeane Rodella Assunção  
Joelma Cellin  
Jonas Bezerra da Costa  
Josiângela Farias Zanon Ventorim  
Manoel Anório Apolônio Filho  
Maria Aparecida Monteiro da Silva

Marluce Andrade de Almeida  
Murilo Orlando Cordeiro Barbosa  
Pátyna Fernanda Nascimento Zanette  
Rosana dos Reis da Silva  
Simone Esteves da Silva  
Valmir Leandro Pio  
Washington José Laranjeiras Borges



Pedro & João  
editores

**Formação Humana e  
Práxis Educacional:  
Diálogo entre docentes**



**Pedro & João**  
editores



**Ana Estela Brandão Duarte  
Diogo Janes Munhoz  
[Orgs.]**

# **Formação Humana e Práxis Educacional: Diálogo entre docentes**

## **Autores**

Albertina Oliveira de Lima	Josiângela Farias Zanon Ventorim
Angélica Maria Abílio Alvarenga	Manoel Anório Apolônio Filho
Arlindo Carlos de Oliveira	Maria Aparecida Monteiro da Silva
Bruna Nunes Bruna Nunes Mont'mor	Marluce Andrade de Almeida
David Alex Santos da Silva	Murilo Orlando Cordeiro Barbosa
Érica Luzia Figueiredo Camilo Tenório	Pátyna Fernanda Nascimento Zanette
Geovana Barbosa Oggione	Rosana dos Reis da Silva
Jacqueline David Altoé	Simone Esteves da Silva
Jeane Rodella Assunção	Valmir Leandro Pio
Joelma Cellin	Washington José Laranjeiras Borges
Jonas Bezerra da Costa	



**Pedro & João**  
editores

**Copyright © Autoras e autores**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

**Ana Estela Brandão Duarte; Diogo Janes Munhoz [Orgs.]**

**Formação Humana e Práxis Educacional: diálogo entre docentes.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 202p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-0672-1 [Impresso]**

**978-65-265-0673-8 [Digital]**

**DOI: 10.51795/9786526506738**

1. Formação profissional. 2. Práxis educacional. 3. Direto à Educação. I. Título.

---

CDD – 370

**Capa:** Petricor Design

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2023

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b>	7
Ayanne Sophia Brandão Duarte Sá	
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR EM SALVADOR-BA</b>	11
Jeane Rodella Assunção Maria Aparecida Monteiro da Silva	
<b>A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO HUMANO NO BRASIL: A CONCRETIZAÇÃO DO ART.205 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988</b>	29
Érica Luzia Figueiredo Camilo Tenório Pátyna Fernanda Nascimento Zanette	
<b>MESTRE EGRESSO DO MERCOSUL: FORMAÇÃO COM EXCELÊNCIA</b>	41
Jonas Bezerra da Costa	
<b>O FUTURO DA INCLUSÃO NO METAVERSO: DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTAS DE ACESSIBILIDADE</b>	59
David Alex Santos da Silva Manoel Anório Apolônio Filho	
<b>A PRODUÇÃO TEXTUAL E PERÍODO PÓS PANDÊMICO: CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA</b>	67
Bruna Nunes Bruna Nunes Montemor Geovana Barbosa Oggione Josiângela Farias Zanon Ventorim Marluce Andrade de Almeida	
<b>DOS BENEFÍCIOS À PRÁTICAS DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	77
Albertina Oliveira de Lima	

<b>EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19 NA ESCOLA ESTADUAL EMÍLIO NEMER: O PERFIL DO PROFISSIONAL DO DOCENTE</b>	<b>99</b>
Joelma Cellin Rosana dos Reis da Silva Jacqueline David Altoé	
<b>A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO HUMANO NO BRASIL: A CONCRETIZAÇÃO DO ART.205 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988</b>	<b>111</b>
Érica Luzia Figueiredo Camilo Tenório Pátyna Fernanda Nascimento Zanette	
<b>A EJA NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA INCLUSÃO PARA POUCOS</b>	<b>123</b>
Arlindo Carlos de Oliveira	
<b>CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CEARÁ: RESISTÊNCIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS</b>	<b>139</b>
Murilo Orlando Cordeiro Barbosa	
<b>EDUCAÇÃO E AS TICS: REFLEXÕES SOBRE NOVOS PARADIGMAS PARA A CIDADANIA DO SÉCULO XXI</b>	<b>157</b>
Washington José Laranjeiras Borges	
<b>TECNOLOGIA ASSISTIVA NAS PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS</b>	<b>171</b>
Simone Esteves da Silva Valmir Leandro Pio Angélica Maria Abílio Alvarenga	
<b>ORGANIZADORA E ORGANIZADOR</b>	<b>191</b>
<b>AUTORAS E AUTORES</b>	<b>193</b>

## PREFÁCIO

Ayanne Sophia Brandão Duarte Sá<sup>1</sup>

É com imensa satisfação que apresentamos a coletânea "Formação Humana e Práxis Educacional: Diálogos entre Docentes". Os artigos aqui reunidos refletem a ideia de um mundo humano, justo e solidário. Como profissional da saúde, passei por uma formação que me direcionou a enxergar o outro sempre como possibilidade, compreensão e empatia. Essa abordagem orienta meu cotidiano nas atividades profissionais como enfermeira e professora, abrangendo aspectos ligados à "formação humana". Observo que os textos apresentados possuem uma perspectiva única sobre a formação, explorando diálogos como embates entre homem, mundo e educação, considerando que esta é intrinsecamente ligada à vida.

Buscou-se trazer uma interlocução atual, interdisciplinar, crítica na perspectiva humana. Com alto rigor científico, através de algumas produções, dividida em 12 capítulos, que trazem uma visão humana em relação a educação do novo século dentro da perspectiva sócio emocional. Os capítulos nos revelam essa simbiose:

01- Políticas públicas e órgãos públicos responsáveis pelo processo de inclusão escolar em Salvador-BA;

02- A educação como um direito humano no Brasil: a concretização do art.205 da constituição federal de 1988;

---

<sup>1</sup> Enfermeira pela Fundação de Ensino Superior de Olinda; Especialista em Oncologia pelo programa de residência multiprofissional do Hospital de Câncer de Pernambuco COREMU / IMIP . Enfermeira Oncologia no Real Hospital Português. Especialista pós - graduação lato senso emergência e urgência com ênfase em atendimento pré- hospitalar pelo Instituto Geremário Dantas ; Especialista pós - graduação lato em saúde pública com ênfase em saúde da família.



- 03- Mestre egresso do Mercosul: formação com excelência;
- 04- O futuro da inclusão no metaverso: desenvolvimento de ferramentas de acessibilidade;
- 05- A produção textual e período pós pandêmico: contribuições da tecnologia;
- 06- Dos benefícios às práticas da leitura na educação infantil;
- 07- Educação na pandemia da covid-19 na Escola Estadual Emílio Nemer: o perfil do profissional do docente;
- 08- A educação como um direito humano no Brasil: a concretização do art.205 da constituição federal de 1988;
- 09- A EJA no espaço escolar: uma inclusão para poucos;
- 10- Cultura afro-brasileira em uma comunidade quilombola do Ceará: resistência e relações étnico-raciais;
- 11- Educação e as TICs: reflexões sobre novos paradigmas para a cidadania do século XXI;
- 12- Tecnologia assistiva nas práticas contemporâneas.

Os textos reunidos aqui entrelaçam um olhar sobre a educação contemporânea com uma abordagem sistêmica, sem separar a educação formal da vida social. Apresentam essa nova abordagem da educação contemporânea, explorando a relação das partes com o todo. Através dela, o ser humano interpreta sua própria natureza, construindo e reconstruindo formas e utilizando metáforas e narrativas para se expressar de maneiras diversas. Esta obra propõe uma imersão no cerne do processo de escolarização, analisando o trabalho diário dos autores. Busca oferecer um novo olhar, voltado para a análise do trabalho docente desde sua origem até os dias atuais, tudo em uma simbiose humana.

Esforça-se para refletir sobre diversas questões. Sua aspiração é descrever, analisar e compreender o trabalho docente conforme é vivenciado e representado pelos próprios autores, em descrições que capturam a autenticidade e a humanidade do processo. Os textos expostos ampliam de forma positiva e crítica perspectivas diversas, proporcionando uma experiência agradável, científica, ética e profundamente afetuosa para todos os leitores. Isso favorece

o surgimento de novas pesquisas e enriquece a compreensão da formação humana.

Resumidamente, esta obra oferece uma visão panorâmica do trabalho dos professores, oferecida por aqueles que escrevem com enriquecimento e nuances baseados em pesquisa e conhecimento científico. Neste livro, nasce uma esperança renovada – não só de entender o trabalho docente, mas também de mostrar a importância de compreender nossa sociedade de maneira ampla, onde o ser humano assume a si mesmo como agente e, acima de tudo, como agente de transformação.

A todos e todas uma boa e agradável leitura!



# POLÍTICAS PÚBLICAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR EM SALVADOR-BA<sup>2</sup>

Jeane Rodella Assunção  
Maria Aparecida Monteiro da Silva

## 1. INTRODUÇÃO

Para compreender as mudanças que se vive hoje, na educação e na sociedade como um todo, faz-se necessário buscar no tempo, a história e a evolução do pensamento do homem, numa breve descrição de como os paradigmas que os sustentaram foram se modificando e afastando-o da sua essência vital. E de como, nos nossos dias atuais, luta-se para ressignificar os valores morais e éticos, estruturando novos paradigmas a partir de uma concepção de mundo mais justa e solidária.

O significado do termo inclusão compreende o ato ou efeito de incluir, no sentido de inserção, de passar a fazer parte de algo ou de um grupo de pessoas (HOUAISS, 2001). No sentido social, inclusão significa criar oportunidades iguais para as pessoas que estão à margem das benesses do sistema e compreende ações que combatem a sua exclusão.

Para Capra (2003), pode-se entender por um todo integrado, cujas propriedades essenciais surgem das relações entre suas partes. Refere-se à compreensão de um sistema dentro do contexto de um todo maior. De acordo com a visão sistêmica, as propriedades

---

<sup>2</sup> Esse artigo foi elaborado a partir da tese de doutorado de ASSUNÇÃO, Jeane Rodella. **O processo de inclusão escolar em Salvador-BA: políticas públicas e órgãos públicos responsáveis**. Programa de pós-graduação Stricto Sensu. Doutorado em Ciências da Educação da Universidade Columbia- Assunção-PY, 2019. A referida tese foi orientada pela Professora Dra. em educação pela Universidade de Santiago de Compostela Maria Aparecida Monteiro da Silva.

essenciais de um organismo se encontram no todo e decorrem das relações entre suas partes, somente compreendidas a partir da organização do todo, isto é, dentro de um contexto mais amplo.

Também na teoria da complexidade, a qual defendida por de Edgar Morin<sup>3</sup>, “complexidade” vem do latim *complexus*, que significa “o que é tecido em conjunto”. Nessa definição, já se tem uma ideia do pensamento básico da teoria da complexidade: a junção, o conjunto, o universo, a noção de que tudo está ligado, influi e é influenciado por tudo.

De acordo com Mantoan (2008) a educação inclusiva é um processo que objetiva ampliar a participação de todas as pessoas no ambiente escolar. Trata-se de uma reestruturação do sistema de ensino e das práticas vivenciadas nas escolas de modo que respondam à diversidade da raça humana. Trata-se também de uma adequação do espaço físico da escola para que atenda às diferentes capacidades funcionais da pessoa, as singularidades e peculiaridades no desenvolvimento das atividades humanas.

Um novo paradigma do conhecimento está surgindo das interfaces e das novas conexões que se formam entre os saberes outrora isolados e partidos

---

<sup>3</sup> Edgar Morin, pseudônimo de Edgar Nahoum (Paris, 8 de julho de 1921), é um antropólogo, sociólogo e filósofo francês judeu de origem sefardita. Pesquisador emérito do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique). Formado em Direito, História e Geografia, realizou estudos em Filosofia, Sociologia e Epistemologia. Epistemólogo da contemporaneidade, tem contribuído de forma significativa nas áreas do conhecimento, tendo como princípio o pensamento que busca (re)ligar saberes que, por muito tempo, vem sendo tratado em lacunas, em fragmentos. Na medida em que acompanhou grande parte do século XX e tem acompanhado o início do século XXI, ele vem construindo reflexões fundamentais para nosso tempo. Ele fez parte da segunda grande guerra mundial nos anos 1940, da qual participou pelo exército francês, passando pelas décadas seguintes pela chamada “guerra fria” entre Estados Unidos e a ex-União Soviética, chegando ao século XXI com o terrorismo, a instabilidade atual no continente europeu e a perenidade da pobreza na África, bem como as desigualdades econômicas e sociais que afetam sobremaneira o desenvolvimento do continente americano. Assim, Edgar Morin pôde construir seu pensamento considerando a complexidade do mundo e da vida, os quais rejeitam respostas simples aos problemas multifatoriais do planeta (SALLES e MATOS, 2017).

e dos encontros da subjetividade humana com o cotidiano, o social e o cultural. Rede cada vez mais complexa de relações, geradas pela velocidade das comunicações e informações, estão rompendo as fronteiras das disciplinas e estabelecendo novos marcos de compreensão entre as pessoas e do mundo em que vivemos. (MANTOAN, 2003, p. 16).

O novo paradigma, citado apontado pela autora, é o sistêmico que, segundo Vasconcelos (2010) é o pensamento contextual, pois a análise das propriedades das partes não explica o todo.

Ainda de acordo com a autora na visão sistêmica o mundo é visto como um todo, indiviso, fundindo-se todas as partes do universo. Conceber o mundo nessa totalidade exige considerar a produção do conhecimento como algo que se renova e precisa ser reconstruído com o mesmo dinamismo do processo de renovação do mundo para que possa dar conta da realidade que se manifesta nas relações sociais, portanto algo não estático. Nessa forma de perceber a realidade, o indivíduo é visto a partir das relações com os outros e com o mundo que o rodeia.

Desse modo, configura-se um momento precioso e singular, pois na emergência de um novo paradigma, ou seja, o de uma escola excludente para uma escola inclusiva urgem diferentes questões e enfrentam-se inúmeros desafios.

De acordo com ASSUNÇÃO (2019), a conquista da cidadania é talvez uma das mais importantes lutas do Brasil contemporâneo e se dá em diferentes campos de batalha. Nesse contexto a escola possui um papel importante, pois é um dos primeiros espaços de vivência pública da criança. É o lugar onde se ensina e se aprende as noções de igualdade de direitos e de oportunidades, onde se constrói e se pratica a condição de ser cidadão.

Oportunizar a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais a possibilitar o enriquecimento social através da incorporação de mais esse potencial humano É esperado que as leis pudessem, efetivamente, ter seus efeitos percebidos de modo a proporcionar acesso pleno a todos.

A partir do acima exposto, apresentam-se a questão da pesquisa: Qual a realidade atual do processo de inclusão escolar no

que diz respeito ao desenvolvimento das políticas públicas e a efetivação das mesmas pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) da cidade de Salvador – BA no Brasil e, conseqüentemente, nas escolas da rede?

Esse estudo buscou avaliar a realidade atual do processo de inclusão escolar, no que diz respeito ao desenvolvimento das políticas públicas e a efetivação das mesmas pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) da cidade de Salvador – BA e, conseqüentemente, nas escolas da rede; apresentar, a partir da revisão da literatura científica, a evolução do processo de inclusão escolar como movimento social, político e também educacional, no sentido de defender o direito de todos os indivíduos, no que tange o respeito naquilo que os diferencia dos outros; detectar junto aos profissionais da educação de Salvador-BA no Brasil, que atuam na Coordenadoria de Inclusão Educacional, e os gestores e coordenadores da Gerência Regional de Educação de Itapuã da rede municipal, até que ponto e em que medida, as questões legais e as políticas públicas federal, estadual, municipal e os que dispõem os organismos internacionais, no que diz respeito ao objeto da pesquisa, estão sendo efetivadas pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) da cidade de Salvador-BA e, conseqüentemente, nas escolas da rede.

O interesse por esse estudo surgiu mediante a observação das dificuldades que os gestores, coordenadores, professores e alunos da rede municipal de ensino da cidade de Salvador-BA vivenciam, diariamente, com relação à inclusão na escola regular. Certamente, a sensibilidade a essas dificuldades fizeram aguçar o olhar e a inquietude tornou-se perceptível.

A pesquisa é um estudo de caso do tipo pesquisa de campo com abordagem qualitativa. Este estudo teve como lócus, a Coordenadoria de Inclusão Educacional da Secretaria de Educação (SMED) e as escolas da rede municipal de ensino da cidade de Salvador – BA no Brasil.

Para a amostragem do lócus da pesquisa, a Gerência Regional de Educação (GRE) escolhida foi a Itapuã por ser a GRE com o

maior número de escolas (56 escolas / 12,5%) e maior quantitativo de alunos com necessidades educacionais especiais (545 com laudos / 16,4%).

A amostra dessa pesquisa foi a não probabilística, intencional e por cota proporcional. Foi representada pelos 10 profissionais da área de educação que atuam na Coordenadoria de Inclusão Educacional da SMED, os 149 gestores (diretores e vice-diretores) e os 92 coordenadores da GRE Itapuã da rede municipal de ensino da cidade de Salvador-BA.

**Quadro 1** – Quantitativo do universo e amostra da pesquisa

	UNIVERSO (N)	AMOSTRA (n)
Escolas	445	56
Membros da Coordenadoria de Inclusão	10	10
Gestores	1.226	149
Coordenadores	820	92

Fonte: ASSUNÇÃO, 2019.

Para este estudo elegeu-se duas técnicas de coleta de dados - a entrevista e o questionário semiestruturado com o roteiro norteador e foram analisados pelo método análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016).

O estudo respeitou a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/12 e 510/16. Obteve aprovação do projeto em Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA com o CAAE nº 65765417.3.0000.5031 e nº do parecer 2.019.540.

## **2. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **2.1 A EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR COMO MOVIMENTO SOCIAL, POLÍTICO E TAMBÉM EDUCACIONAL**

A palavra *paradigma* tem sua origem do grego *parádeima* que significa modelo ou padrão (VASCONCELLOS, 2002). O ser



humano constrói seus paradigmas e olha o mundo por meio deles, pois eles funcionam como os “óculos” com que se efetua a leitura da realidade. Essa leitura paradigmática possibilita o discernimento entre o “certo” e o “errado” ou do que é aceito ou não pela comunidade científica e pela população em geral.

Essa mesma ideia foi reforçada por Cardoso (1995), quando afirma que a crise paradigmática provoca mal-estar na comunidade científica, mas, por outro lado, faz emergir para alguns cientistas a consciência do momento oportuno para uma profunda renovação de suas concepções. A mudança de paradigma é um processo difícil, lento e a adesão ao novo modelo não pode ser forçada, pois implica na mudança e até na ruptura de ideias, conceitos e antigos valores. Segundo Morin (2015, p. 25), o processo de mudança provoca o colapso de toda uma estrutura de ideias, pois “O paradigma efetua a seleção e a determinação da conceptualização e das operações lógicas. Designa as categorias fundamentais da inteligibilidade e opera o controle de seu emprego” e, acrescenta “Assim, os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo paradigmas inscritos culturalmente neles”.

Na Pré-história, todos os fenômenos da natureza eram atribuídos aos deuses, logo, a verdade era sobrenatural, revelada por inspiração divina. O acesso à verdade era desencadeado por meio de ritos ordenados por alguns poucos iniciados. A população e eles mesmos acreditavam que tinham o poder de contato com os deuses. Este período caracteriza-se pelos mitos, o que acaba se refletindo na proposição do conhecimento. Segundo Vasconcellos (2002), o mito ou “*mythos*” é uma forma de conhecimento inspirada pelos deuses, sem preocupação de colocá-lo à prova. É nesta era que a humanidade constrói seu primeiro paradigma da ciência, no qual acredita ser capaz de explicar e organizar a natureza, a vida social e o mundo psíquico, tendo como bases paradigmáticas à existência de dois mundos: o mundo real e outro sobrenatural (CARDOSO, 1995).

Nos séculos VIII a VI a.C., na Grécia Antiga, aparece a *Era da Teoria do Conhecimento Clássico*. Nesta concepção, a natureza tem

uma ordem, uma causa e um efeito e tudo se explica como parte da natureza, pois a verdade está nela contida. Neste sentido, a busca de verdade se dá pela razão. A descoberta da razão, do *logos*, decorre do reconhecimento pelos gregos de que a razão, a alma racional, pode ser usada como instrumento de conhecimento do mundo, das coisas, da natureza (CAPRA, 1996; MORIN, 1997; 2002; VASCONCELLOS, 2002).

Segundo Assunção (2019), neste período, o conhecimento científico caracteriza-se pela abordagem racional, discursiva e demonstrativa. O objeto é focalizado a partir da visão de racionalidade. Institui-se com isso uma forma de conhecer o mundo, uma forma aceita como correta e aceitável e que só pode ser válida se puder ser comprovada. As consequências da adoção desta racionalidade focalizam-se no sacrifício do sujeito, na exclusão do subjetivo, na submissão à razão, no expurgo do sensível e na negação do mundo sensível e das percepções. Neste sentido, busca-se entender a natureza apenas em sua essência, sem olhar as circunstâncias e o contexto.

Na Idade Média, do Século I ao século XIII, surge a *Teoria do Conhecimento*, na qual a verdade está posta: há um criador que é Deus, o Sumo Bem. O homem é entendido como criatura de Deus. Ele se define na relação com o absoluto. A verdade se acessa pela fé, em especial, na crença a partir das Escrituras Sagradas. A verdade da razão era a verdade da fé.

Do século XIII ao XV, surge o Renascimento, período que se caracteriza pela recusa em aceitar a focalização no mito (Pré-história), na razão (Grécia Antiga) e na fé (Idade Média) como fontes de conhecimento. O homem precisava ser liberto e “pegar nas suas próprias mãos” o processo do conhecimento. A visão Teocêntrica tende a ser superada pela visão Antropocêntrica. Assim, a nova cultura focaliza-se no homem, que se acredita o senhor do cosmo e da natureza. No período do antropocentrismo, o homem é visto como criador, ante a natureza, e celebra sua liberdade com uma visão de individualidade.

Com a Idade Moderna, em especial com a proposta de Descartes, nasce o período em que o conhecimento passa a ser aceito a partir da certeza absoluta e inquestionável. Assim, na Idade Moderna, o fundamento último do conhecimento é garantido pela certeza e pela objetividade. Na visão de Vasconcellos (2002), ocorre uma revolução na história do pensamento científico, pois se cria um novo padrão de racionalidade centrado na matemática, na qual a natureza é objetivada e reduzida a partes mensuráveis e observáveis. As leis que governam este período são as da linguagem dos números e da medição.

Neste contexto, o período newtoniano-cartesiano tem como pressuposto básico a fragmentação e a visão dualista do universo. Com este paradigma, aparecem as múltiplas fragmentações: a visão de mundo material e o espiritual; do corpo e da mente; da filosofia e da ciência; do objetivo e subjetivo; da ciência e da fé, entre outras. Na Ciência Moderna, a concepção linear e mecanicista do universo, propostas por René Descartes e Isaac Newton, passa a se edificar na lógica racionalista que nega o sagrado e a subjetividade (VASCONCELLOS, 2013).

Nesse modelo de ciência, o homem é o senhor do mundo, pois se dá o direito de transformar, explorar, servir-se e escravizar a natureza (CAPRA, 1996). Esta ideia é reforçada e complementada por Moraes (1997), quando argumenta que a descrição reducionista representou certo perigo a partir do momento em que o método analítico foi interpretado como a explicação mais completa e a única abordagem válida do conhecimento, especialmente ao valorizar os aspectos externos das experiências e ignorar as vivências internas do indivíduo.

Na segunda fase da Modernidade, final do século XVIII até o início do século XIX, por meio de testes quantificadores matemáticos, busca-se a compreensão da pessoa e de sua personalidade e inteligência. Neste período, a Psicologia torna-se ciência, separando-se da Filosofia, e assim emergem várias teorias psicológicas, dentre elas, destaca-se a Teoria Comportamental. Todas com a tentativa de explicação do comportamento humano

no enquadro da simplificação de “causa e efeito”. Conseqüentemente, a humanidade submergiu a um processo de fragmentação, de atomização e desvinculação, alienando-se da natureza, do trabalho e de si mesmo, ficando a cultura dividida, os valores mais individualizados e os estilos de vida mais patológicos.

Assume-se como pressuposto o paradigma da “escola para todos”. Todos deverão estar incluídos nas escolas regulares como sujeitos do processo educacional e não apenas colocados na “corrente principal” (MANTOAN, 1998). As aprendizagens necessárias à vida social devem ser apropriadas, por cada um e por todos os membros de uma sociedade que coexistam no mesmo momento histórico, em uma educação única, para todos. A deficiência que na concepção tradicional é um atributo da pessoa, numa visão social e histórica ela é construída a partir das relações que o ser humano, com suas irregularidades, estabelece com a sua cultura. “Os seres humanos são diferentes, pertencem a grupos variados, convivem e desenvolvem-se em culturas distintas”. São, então, diferentes de direito. “É o chamado direito à diferença; o direito de ser, sendo diferente” (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003, p. 37).

Esta nova visão sobre igualdades e diferenças requer uma nova abordagem de educação, de escola e de sujeito. Hoje é necessário: Debater sobre diferenças, que se complementam em vez de se excluírem mutuamente é pensar a existência de “outro”. Outro que se apresenta como uma realidade que impõe, gradativamente, no dia-a-dia; outro concreto, com identidade, com história, com uma constituição afetivo-emocional própria (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003, p. 41).

Na abordagem da Educação Inclusiva abordam-se concepções de autores brasileiros e estrangeiros. Santos (2001, p. 25) acredita que as diferentes épocas históricas foram dominadas por uma maneira particular de pensar, de fazer, de estar no mundo. Acredita-se que em outras épocas há divergência entre esses consensos. Épocas em que a confiança epistemológica dá lugar à dúvida: épocas de transição, e diz “penso que estamos em uma

destas épocas". E acrescenta que "esta transição reflete-se sempre nas formas de poder e nas formas de conhecimento".

A etimologia da palavra inclusão do lat. *Inclusión, onis* significa "encerrar, meter, fechar, fazer parar, rodear, cercar, incluir, limitar, terminar, encerramento e prisão". Já o significado do termo inclusão compreende o ato ou efeito de incluir, no sentido de inserção, de passar a fazer parte de algo ou de um grupo de pessoas (HOUAISS, 2001, p. 1594). No sentido social inclusão significa criar oportunidades iguais para as pessoas que estão à margem das benesses do sistema e compreende ações que combatem a sua exclusão.

Inclusão escolar consiste na ideia de todas as pessoas terem acesso, de modo igualitário, ao sistema de ensino. Não é tolerado nenhum tipo de discriminação, seja de gênero, etnia, religião, classe social, condições físicas e psicológicas, etc.

A totalidade é o ponto vital de qualquer paradigma que surge a partir da visão sistêmica. "O princípio da separatividade estabelecido pelo paradigma cartesiano-newtoniano, dividindo realidades inseparáveis, já não tem mais sentido" (MORAES, 1996, p. 61).

Na visão sistêmica o mundo é visto como um todo, indiviso, fundindo-se todas as partes do universo. Conceber o mundo nessa totalidade exige considerar a produção do conhecimento como algo que se renova e precisa ser reconstruído com o mesmo dinamismo do processo de renovação do mundo para que possa dar conta da realidade que se manifesta nas relações sociais, portanto algo não estático. Nessa forma de perceber a realidade, o indivíduo é visto a partir das relações com os outros e com o mundo que o rodeia.

De acordo com Mantoan (2008) a educação inclusiva é um processo que objetiva ampliar a participação de todas as pessoas no ambiente escolar. Trata-se de uma reestruturação do sistema de ensino e das práticas vivenciadas nas escolas de modo que respondam à diversidade da raça humana. Trata-se também de uma adequação do espaço físico da escola para que atenda às diferentes capacidades funcionais da pessoa, as singularidades e

peculiaridades no desenvolvimento das atividades humanas (MANTOAN, 2008).

## 2.2 EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE SALVADOR-BA NAS ESCOLAS DA REDE

O quadro abaixo representa as categorias iniciais, finais e as unidades de contexto, contribuindo para representar as interpretações e respaldar os resultados do estudo. As unidades de contexto foram divididas em discursos representativos (entrevistas e questionários).

**Quadro 02** – GRELHA - Categorias Iniciais, Finais e Unidades de contexto

<b>Categorias Iniciais</b>	<b>Categorias Finais</b>	<b>Unidades de contexto</b>
Tema 01 - Cumprimento das leis; Tema 02 - Políticas Públicas; Tema 03 - Projeto Inclusivo; Tema 04 - Dificuldades e Superações; Tema 05 - Estrutura da escola; Tema 06 - Educação Inclusiva; Tema 07 - Escola para Todos; Tema 08 - Escola Regular; Tema 09 - Formação de professores; Tema 10 - Habilidades dos professores.	I - Processo de Inclusão	Discursos Representativos

Fonte: ASSUNÇÃO, 2019.

Já o quadro 02 diz respeito à síntese (resumo) da análise dos resultados das 10 questões da entrevista e questionário semiestruturado do roteiro norteador.

**Quadro 03 – GRELHA - Síntese da análise dos resultados<sup>4</sup>**

<b>QUESTÕES</b>	<b>ENTREVISTA</b>	<b>QUESTIONÁRIO</b>
Cumprimento das leis;	Não se percebe a uniformidade nas respostas no que se refere ao cumprimento das leis com relação à inclusão na rede municipal de ensino da cidade de Salvador-BA.	Aparece no cumprimento do acesso a escola e não na qualidade do ensino-aprendizagem e consequentemente na sua permanência.
Políticas Públicas;	Todos disseram que as questões legais e as políticas públicas no que diz respeito à inclusão estão sendo efetivada no município.	Existe a necessidade da efetivação das leis na rede de ensino movida pelos órgãos públicos, para que o direito constitutivos do público alvo seja legitimado.
Projeto Inclusivo;	Existe projeto de inclusão.	Nota-se que muitos desconhecem a existência de projeto inclusivo na rede municipal de ensino, alguns dizem que tem, mas não cita qual seja e outros dizem existir e não ter efetividade.
Dificuldades e Superações;	Todos relatam que existem muitas dificuldades, mas nenhuma fala refere-se à superação,	Colocaram as inúmeras dificuldades encontradas por parte da escola para a educação inclusiva.
Estrutura da escola;	Grande parte das escolas da rede possui estrutura física, mobiliário, equipamento e material pedagógico específico para PNEE.	As escolas da rede municipal de ensino não possuem estrutura física, mobiliário, equipamento e material pedagógico específico para PNEE.
Educação Inclusiva;	As escolas da rede municipal de ensino asseguram o acesso dos alunos NEE a rede pública de ensino, mas não conseguem garantir a permanência e a efetiva aprendizagem dos alunos.	Somente o acesso à escola e a socialização dos PNEE, deixando lacunas na permanência e efetividade do ensino-aprendizagem.

<sup>4</sup> Todas as GRELHAS elaboradas para chegar à síntese da análise dos resultados encontram-se em ASSUNÇÃO, 2019.

Escola para Todos;	Há um consenso positivo com relação à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classe regular de ensino e fazem menção as leis.	Não há negação por parte da escola na receptividade dos alunos com NEE na rede regular, mas que vem sendo desafiador esse processo por falta de políticas públicas inclusivas.
Escola Regular;	Existe a necessidade da formação e educação continuada dos professores em Educação Inclusiva e Especial,	Narraram ter dificuldades em vários âmbitos para a realização da <i>práxis</i> inclusiva na rede de ensino municipal.
Formação de professores;	Existem formação e educação continuada dos profissionais de educação com relação à inclusão.	Falta de políticas públicas da SMED a respeito da formação e educação continuada dos profissionais de educação com relação à inclusão.
Habilidades dos professores	Citam-se questões atreladas ao relacionamento professor-aluno.	Buscar aperfeiçoamento e capacitação profissional para trabalhar com a educação inclusiva na rede.

Fonte: ASSUNÇÃO, 2019.

Verificou-se, que a inclusão escolar no município de Salvador-BA ainda está relacionada à cultura assistencialista. Por outro lado, a Constituição de 1988 contrapõe a estas políticas, à lei educacional e a outros documentos que dela originam, pois não permite a segregação das diferenças e não se refere a uma modalidade específica de ensino para grupos específicos diferenciados.

### 3. CONCLUSÃO

Perceberam-se, no marco teórico, os avanços da literatura científica com relação à forma de pensar e de estar no mundo e como a evolução do processo de inclusão está entretecida com a evolução do pensamento científico.

Através de um estudo mais aprofundado com os entrevistados notou-se que a realidade está distante do disposto nos numerosos



artigos dos mais diversos tratados. Ainda é complicada a situação daqueles que necessitam do apoio do município de Salvador-BA ou de organizações específicas para ter acesso ao conhecimento.

As falas dos gestores e coordenadores da rede municipal anunciam e denunciam dificuldades, frustrações, temores. Porém, também, a esperança de que, através dos vários intercâmbios a serem estabelecidos entre professores, pais, alunos, e outros sujeitos do espaço escolar e Secretaria de Educação, avanços e transformações possam ser produzidos, gerando-se uma inclusão escolar possível.

Apona-se para uma situação de muitas incompletudes e perplexidades diante da demanda que resulta à priorização da lei da educação inclusiva - que não nos possibilita vislumbrar, ainda, formas exequíveis de implementação bem sucedida. Enquanto isso, o impacto sofrido pelo não cumprimento das leis supramencionadas sobre o processo de inclusão, e tão necessariamente a educação cidadã das pessoas com necessidades educacionais especiais, vão tendo somente o direito ao acesso à escola e, em contrapartida, dificuldade na permanência, principalmente, relacionado às questões de ensino-aprendizagem.

Verificou-se, através das respostas dos entrevistados que a inclusão escolar no município de Salvador-BA ainda está relacionada à cultura assistencialista. Por outro lado, a Constituição de 1988 contrapõe a estas políticas, à lei educacional e a outros documentos que dela originam, pois não permite a segregação das diferenças e não se refere a uma modalidade específica de ensino para grupos específico-diferenciados.

Ao nos referir-se, hoje, a uma cultura globalizada, parece contraditória a luta de pequenos grupos por reconhecimento, como fazem os homossexuais, mulheres, negros, índios etc. Há, pois, um sentimento de mudança e busca de afirmação das diferenças.

Segundo os gestores, e coordenadores municipais, a luta a favor da inclusão deve ser aprimorada, juntamente com as políticas públicas de caráter universal. Devem-se buscar novos e melhores caminhos, além das propostas atuais das políticas de inclusão.

Precisa-se da efetivação do Estado democrático de direito à diversidade como parte integrada dos direitos sociais que assim equacione, de forma sistemática, o direito a igualdade.

Diante do exposto, e das evidências observadas nos 4 instrumentos desta pesquisa, nota-se como é urgente que os planos da educação inclusiva municipal se redirecione para uma educação da plena cidadania, livre de preconceitos, reconhecendo e respeitando as diferenças.

A Coordenadoria de Inclusão Educacional e as escolas da rede conseguem perceber algumas mudanças ocorrendo, buscando uma lógica educacional composta por princípios sociais, democráticas, de justiça, de igualdade, contrapondo-se a escola municipal atual. De acordo com eles, sabe-se da urgência do cumprimento das legislações e políticas públicas de inclusão. Para isso, necessita-se fazer uma mudança estrutural e organizacional das escolas, diante das situações da realidade não inclusiva em que se vive. A inclusão provoca uma crise de identidade institucional, gerando uma luta pela ressignificação.

Dessa forma, pode-se considerar que as políticas públicas de inclusão não são a única esperança para a melhoria da qualidade do ensino, mas se constitui a base da humanidade, por certo, uma diretriz de valorização da vida de pessoas que percebem e até mesmo sofrem suas consequências. A inclusão deve se manifestar numa ideia, num gesto, numa palavra, num projeto, numa construção, sempre.

Sobre o cumprimento, apenas parcialmente das leis e políticas públicas que tratam a inclusão, foi constatado nas escolas da rede a falta de acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, comunicações e informação, garantia da permanência, aprendizagem e continuidade dos alunos nos níveis mais elevados de ensino, formação e educação continuada para os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). E aos demais professores, incentivo da participação da família e da comunidade na escola, promoção e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas educacionais.

A partir do acima exposto, comprovou-se que a realidade do processo de inclusão nas escolas municipais de Salvador-BA, no que diz respeito ao cumprimento das leis nacionais e documentos internacionais, à implantação das políticas públicas e a efetivação das mesmas pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) são cumpridas parcialmente, o que é um fator relevante para a efetivação do processo de inclusão na rede do ensino municipal.

A pesquisa indica que são necessárias intervenções por parte do poder público municipal, no que diz respeito à implantação das políticas públicas inclusivas, e ao cumprimento do previsto nos documentos nacionais e internacionais que tratam do assunto.

Necessita-se transformar em realidade o sonho de uma educação para todos, sendo esse um direito constitucional, em que as políticas públicas inclusivas precisam grandemente avançar. E, além disso, acreditar nas provocações de mudanças significativas na educação e na sociedade, diminuir preconceitos e tornar nosso país mais humano, fraterno, justo e solidário.

Destaca-se que o presente estudo não teve a pretensão de esgotar as discussões sobre as políticas públicas de inclusão, mas avaliar os resultados descritos e estimular reflexões sobre seus desafios e perspectivas, de maneira a elevar a discussão e buscar soluções. Assim, este estudo procurou contribuir para a discussão da educação inclusiva sob o viés da legitimidade das leis e das políticas públicas.

A pesquisa não se encerra aqui. Ficaram algumas interrogações relacionadas à efetivação do processo inclusivo nas escolas municipais de Salvador-BA, para as quais a pesquisadora continuará seus estudos, no sentido de encontrar respostas.

## **REFERÊNCIAS**

ASSUNÇÃO, Jeane Rodella. **O processo de inclusão escolar em Salvador-BA: políticas públicas e órgãos públicos responsáveis.**

Tese de doutorado. Programa de pós-graduação stricto sensu. Doutorado em Educação. Assunção-PY, 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2016.

CAPRA, F. **Conexões ocultas: ciências para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2003.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARDOSO, Clodoaldo. **A canção da inteireza: uma visão holística da educação**. São Paulo: Summus, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 9 jun. 2016.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss. Ed. Objetiva Ltda. São Paulo: 2001. Versão CD-ROM.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2925p.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**. O que é? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna. 2003.

MANTOAN, M. T. E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MORAES, M. C. O Paradigma educacional emergente: implicações na formação do professor e nas práticas pedagógicas. 16. ed. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 16, n. 70, abr./jun. 1996.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. Campinas: Papirus, 1997.

MORIN, Edgar. **Introducción al pensamiento complejo**. 3. ed. Barcelona: Gedisa, 2015.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SALLES Virginia Ostroski; MATOS, Eloiza Aparecida Silva Ávila de. A Teoria da Complexidade de Edgar Morin e o Ensino de Ciência e Tecnologia. R. bras. Ens. Ci. Tecnol., Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 1-12, jan./abr. 2017. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4144525/mod\\_resource/content/0/Complexidade%20e%20o%20Ensino%20de%20Ci%C3%A4ncias.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4144525/mod_resource/content/0/Complexidade%20e%20o%20Ensino%20de%20Ci%C3%A4ncias.pdf).

Acesso no dia 28-05-2020

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador. Secretaria Municipal de Educação. Conselho Municipal de Educação. **Resolução nº 038/2013**. Disponível em: <http://educacao.salvador.ba.gov.br/documento/resolucao-cme-no-0382013/>. Acesso em: 20 nov. 2016.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2002.  
VASCONCELOS, M. J. E. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas: Papirus, 2013.

# A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO HUMANO NO BRASIL: A CONCRETIZAÇÃO DO ART.205 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Érica Luzia Figueiredo Camilo Tenório  
Pátyna Fernanda Nascimento Zanette

## 1. INTRODUÇÃO

A história da educação no Brasil começa no período colonial, quando se deu a primeira relação entre o Estado e a educação por meio dos jesuítas. Os primórdios da educação no Brasil, mais precisamente o ensino, são entendidos como um processo sistemático de disseminação do conhecimento, indissociável da história da Companhia de Jesus. Nesse contexto, a Companhia, formada para se opor ao avanço da Reforma Protestante, foi trazida ao Brasil para desenvolver um trabalho educativo e missionário. O objetivo era ensinar, instruir e cooperar com os índios, tornando-os mais dóceis e, portanto, mais propensos a serem usados como mão de obra.

Por consequência da saída dos jesuítas que estavam no Brasil em 1759, até o fim do século XVIII, o país ficou totalmente abandonado do ponto de vista educacional. Essa situação só se alteraria a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa. Ainda que a Constituição de 1824 tenha começado a sugerir leis que abordassem o tema da educação popular, grande parte da população brasileira era desassistida com relação à infraestrutura escolar, professores treinados e acesso a livros. Embora tenha ocorrido transformações relevantes no século XX e XXI, a educação no Brasil ainda sofre de problemas graves e urgentes.

É nas pessoas, no ser humano, que nos importa considerar e avaliar os efeitos destas transformações, porque, como ser consciente e livre é o ser humano a única criatura mundana capaz não só de tomar conhecimento daquilo que

nela está ocorrendo, como também de reagir, aceitando ou rejeitando e de se esforçar por eliminar tais efeitos. (MOURA, 2002, p.23)

As deficiências educacionais na base da população brasileira provocam sequelas que se estendem a outras esferas, como a econômica, a social e a cultural. As desigualdades entre ricos e pobres se acentuam ainda mais, o que faz com que problemas como violência urbana e corrupção se tornem mazelas ainda constantes em nossa sociedade. Todos esses fatores apontam para a disparidade entre o direito proclamado no art.205 da Constituição de 1988 e a sua concretização.

Considerando a educação numa perspectiva de capital social, estende-se aos direitos sociais (saúde, moradia, educação, dentre outros), e é justamente nessa premissa que a educação tem como fundamento tornar favorável uma integração das culturas, promovendo o respeito entre as diferenças, independentemente de etnia, gênero, religião ou classe social. A educação vista como um processo formativo, garante o desenvolvimento social, econômico e cultural do país.

Para a construção deste artigo foi realizada uma abordagem qualitativa nas referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como MOURA, ASSMANN, MO SUNG, dentre outros. Utilizou-se: livros, artigos, teses e dissertações disponíveis na rede mundial de computadores, por meio dos buscadores Google Acadêmico, Scielo.Org; Leis e Decretos disponíveis no Portal da Legislação da Presidência da República Brasileira. Como descritores foram usadas as palavras: "Cidadania"; "Direitos Humanos"; "Educação".

## **2. EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS**

A luta pela cidadania perpassa pela educação, pela promoção de um ensino pautado nos princípios de democracia, justiça e igualdade (considerando também pertinente a perspectiva da equidade). A Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/96

reconhecem a educação como um direito humano fundamental. Entretanto, ainda é possível observar vários percalços nas escolas brasileiras que impedem a universalização do ensino de qualidade e que atenda à diversidade étnica e cultural do país. Sendo assim, o direito à educação está além do acesso às escolas, mas, inclui-se aqui o desafio da permanência dos alunos e da necessidade de um ensino que promova a sua formação integral.

## **2.1. EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA NO BRASIL**

A Constituição do Império Brasileiro de 1824 e a Constituição Republicana de 1891 afirmam o direito de todos à educação. No entanto, o conceito educacional só ganha visibilidade na constituição do Brasil de 1934. Desde sua apresentação inicial na Carta de 1934, que declara, pela primeira vez, no seu art. 140: “a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos”:

A Constituição de 1934 inaugura, em âmbito nacional, a educação como um direito declarado. E, excetuados os casos em que a força se sobrepôs à lei e ao arbítrio ao direito (ainda que textualmente mantido em vários itens, como no caso da educação escolar primária), as constituições posteriores não fizeram mais do que manter, ampliar ou recriar este direito declarado. (CURY, HORTA e FÁVERO, 1996, p.25)

Desde sua apresentação inicial na Carta de 1934 até o presente, a ideia de educação como direito se forma e se supõe configurar diversidade, sem prejuízo dos aspectos jurídico-constitucionais, suportar a pressão dos momentos históricos seu conteúdo e processo são definidos. Demarcação de limites impostos pelo contexto sociopolítico quando surgem normas institucionais, é importante por exemplo, entenda as razões da Carta de 1934, quando regulamenta a questão da escolaridade obrigatória de forma a que se limite à escolaridade obrigatória, ou seja, aplicável apenas aos alunos do ensino básico (Rocha, 1996).



Deste fato segue-se que o nome comum “direito de todos”, na verdade, só serve para quem tem a matrícula garantida. Pode-se dizer que a questão do direito à educação tem origens no vício: não para todas as crianças em idade escolar, mas limitado àqueles que são “privilegiados” de frequentar a escola. Então como falar sobre o direito à educação e a educação obrigatória abstraindo suas reivindicações de universalidade? Portanto, é claro que o direito à educação da Carta de 1934, era ineficaz e só podia ser assumido por parte do país. Mas esse entendimento, pelo menos do ponto de vista legislativo, foi aprovado mais de três décadas depois. O estabelecimento das obrigações do Estado ao direito de todos à educação apareceu pela primeira vez na Emenda Constitucional de 1969, art. 176. A constituição de 1988 relata que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1988, Art.205)

Porém até a contemporaneidade o que se observa é uma discrepância, um abismo entre o que trata o artigo e o que vemos, sendo assim, deixamos a reflexão de Mandela "A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo", porque a educação tem de fato um poder transformador na vida dos seres humanos.

## **2.2. A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

A Educação e os Direitos Humanos fazem parte de três pontos essenciais: primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e terceiro, é uma inculcação de valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos.

Educação em Direitos Humanos é a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da vivência dos valores da

liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura é compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados, os quais devem se transformar em práticas.

Assim, falamos em cultura nos termos da mudança cultural, uma mudança que possa realmente mexer com o que está mais enraizado nas mentalidades, muitas vezes marcadas por preconceitos, por discriminação, pela não aceitação dos direitos de todos, pela não aceitação da diferença. Trata-se, de uma mudança cultural especialmente importante no Brasil, pois implica a derrocada de valores e costumes arraigados entre nós, decorrentes de vários fatores históricos: nosso longo período de escravidão, que significou exatamente a violação de todos os princípios de respeito à dignidade humana, a começar pelo direito à vida; nossa política oligárquica e patrimonial; nosso sistema de ensino autoritário, elitista, e com uma preocupação muito mais voltada para a moral privada do que para a ética pública; nossa complacência com a corrupção, dos governantes e das elites, assim como em relação aos privilégios concedidos aos cidadãos ditos de primeira classe ou acima de qualquer suspeita; nosso descaso com a violência, quando ela é exercida exclusivamente contra os pobres e os socialmente discriminados; nossas práticas religiosas essencialmente ligadas ao valor da caridade em detrimento do valor da justiça; nosso sistema familiar patriarcal e machista; nossa sociedade racista e preconceituosa contra todos os considerados diferentes; nosso desinteresse pela participação cidadã e pelo associativismo solidário; nosso individualismo consumista, decorrente de uma falsa ideia de “modernidade”.

A mudança cultural necessária deve levar ao enfrentamento de tal herança e ainda ser instrumento de reação a duas grandes deturpações que fermentam em nosso meio social, como parte de uma certa “cultura política”, em relação ao entendimento do que sejam direitos humanos. A primeira delas, muito comentada atualmente e bastante difundida na sociedade, inclusive entre as

classes populares, refere-se à identificação entre direitos humanos e direitos da marginalidade, ou seja, são vistos como “direitos dos bandidos contra os direitos das pessoas de bem”. Essa deturpação decorre certamente da ignorância e da desinformação mas também de uma perversa e eficiente manipulação, sobretudo nos meios de comunicação de massa, como ocorre com certos programas de rádio e televisão, voltados para a exploração sensacionalista da violência e da miséria humana.

A segunda deturpação, evidente nos meios de maior nível de instrução (meio acadêmico, mas também de políticos e empresários), refere-se à crença de que direitos humanos se reduzem essencialmente às liberdades individuais do liberalismo clássico e, portanto, não se consideram como direitos fundamentais os direitos sociais. Com tal quadro histórico e com tais deturpações, muitas vezes conscientes e deliberadas, de grupos ou pessoas interessadas em desmoralizar a luta pelos direitos humanos, porque querem manter seus privilégios ou porque querem controlar e usar a violência, sobretudo a institucional, apenas contra os pobres, contra aqueles considerados “classes perigosas”, reafirmando que uma educação em direitos humanos só pode ser uma educação para a mudança, e não para a conservação.

Embora insistamos na ideia de cultura, trata-se da criação de uma nova cultura de respeito à dignidade humana; portanto, o termo cultura só tem sentido como mudança cultural. Esse quadro bastante negativo sobre a realidade histórica e contemporânea do Brasil não deve ser um empecilho para o nosso trabalho; pelo contrário, deve ser incentivo para procurar mudar. Portanto, ser a favor de uma educação que significa a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, significa querer uma mudança cultural, que se dará através de um processo educativo.

Uma compreensão histórica de direitos humanos traz como eixo principal e óbvio o reconhecimento do direito à vida, sem o qual todos demais direitos perdem o sentido. Costuma-se falar, apenas por uma questão didática, em gerações de direitos humanos; não se trata de gerações no sentido biológico, do que

nasce, cresce e morre, mas no sentido histórico, de uma superação com complementaridade, e que pode também ser entendida como uma dimensão.

A primeira geração, contemporânea das revoluções burguesas do século XVIII e de todo o século XIX, é a dos direitos civis e das liberdades individuais, liberdades consagradas pelo liberalismo, quando o direito do cidadão dirige-se contra a opressão do Estado ou de poderes arbitrários, contra as perseguições políticas e religiosas, a liberdade de viver sem medo. Dessa importantíssima primeira geração, ou dimensão, são os direitos de locomoção, de propriedade, de segurança e integridade física, de justiça, expressão e opinião. Tais liberdades surgem oficialmente nas Declarações de Direitos, documentos das revoluções burguesas mal do século XVIII (na França e nos Estados Unidos) e foram acolhidas em diversas Constituições do século XIX.

A segunda geração, que não abrange apenas os indivíduos, mas os grupos sociais, surge no início do século XX na esteira das lutas operárias e do pensamento socialista na Europa Ocidental, explicitando se, na prática, nas experiências da social-democracia, para consolidar-se, ao longo do século, nas formas do Estado do Bem Estar Social. Refere-se ao conjunto dos direitos sociais, econômicos e culturais: os de caráter trabalhista, como salário justo, férias, previdência e seguridade social e os de caráter social mais geral, independentemente de vínculo empregatício, como saúde, educação, habitação, acesso aos bens culturais etc.

Em complemento às duas gerações, a terceira dimensão inclui os direitos coletivos da humanidade, como direito à paz, ao desenvolvimento, à autodeterminação dos povos, ao patrimônio científico, tecnológico e cultural da humanidade, ao meio ambiente ecologicamente preservado; são os direitos ditos de solidariedade planetária. Tais gerações mostram como continua viva a bandeira da revolução francesa: a liberdade, a igualdade e a fraternidade. A liberdade nos primeiros direitos civis e individuais, a igualdade nos direitos sociais, a solidariedade como responsabilidade social pelos mais fracos e em relação aos direitos da humanidade. Direitos

humanos são fundamentais porque são indispensáveis para a vida com dignidade.

Quando insistimos nessa questão da dignidade, muitas vezes esbarramos numa certa incompreensão, como se o termo fosse indefinível e tratasse de algo extremamente abstrato em relação à concretude do ser humano. Proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) diz “que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana, e dos seus direitos inalienáveis e iguais, constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz do mundo”.

Sendo assim, de extrema importância os direitos humanos para com a educação, pois como no decorrer do artigo nota-se a grande revolução que os Direitos Humanos trouxe, trazendo a promessa de melhores condições de vida e uma educação de qualidade.

### **2.3. DIREITO A EDUCAÇÃO: CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA**

O conceito para cidadania apresentou-se inicialmente na Grécia, nas chamadas cidades estados, que haviam assembleias, das quais apenas poderiam participar os cidadãos da cidade, ou seja, os estrangeiros não podiam comparecer às deliberações sobre os destinos da cidade. É compreensível a proximidade das expressões cidade e cidadania, possibilitando a ideia de inserção do homem na cidade que era chamada de *pólis* (também podendo ser associada à política). Desta forma, cidadão e *pólis* parecem estar profundamente relacionados, uma vez que ser cidadão está implícito ser político.

A cidadania grega era compreendida apenas por direitos políticos, identificados com a participação nas decisões sobre a coletividade (PINSKY, 2005). De acordo com Platão e Aristóteles, na Grécia eram considerados cidadãos aqueles que tinham condições de opinar sobre os rumos da sociedade, essas condições

eram: ser um homem totalmente livre, não ter a necessidade de trabalhar para sobreviver, uma vez que o envolvimento nas questões públicas exigia dedicação integral. Ainda excluía mulheres, escravos e os estrangeiros. Dessa maneira, o número de cidadãos era reduzido, praticamente apenas os proprietários de terras eram livres para ter o direito de decidir sobre o governo.

Já para os romanos, a cidadania era atribuída somente aos homens livres, mas nem todos os homens livres eram considerados cidadãos. Conforme Pinsky (2005), Marshall (2002) e Demo (1995) em Roma existiam três camadas sociais: Os patrícios, a classe dominante, formada por nobres e proprietários de terra – Os plebeus, que eram constituídos por comerciantes, artesãos, camponeses e pequenos proprietários – Os clientes, que viviam da dependência dos patrícios.

Profundas mudanças nas estruturas sociais ocorreram com o declínio do Império Romano e início da Idade Média. A sociedade no período medieval é marcada pela hierarquia de classes sociais: clero, nobreza e servos. A Igreja cristã passa a constituir a instituição básica do processo de transição para o tempo medieval. A doutrina cristã, ao alegar a liberdade e igualdade de todos os homens e a unidade familiar, provocou transformações radicais nas concepções de direito e de estado. (MARSHALL, 2002).

Com o fim do feudalismo vieram a formação dos Estados Nacionais. Mesmo ainda organizada em nobreza, clero e povo, a sociedade nota o poder retornar às mãos do rei e o nascimento do Estado unitário ou centralizador. A discordância entre a cidadania e a monarquia absoluta, obriga os pensadores modernos a redefinir o que seja sua própria cidadania.

Historicamente a cidadania mostra-se em permanente construção, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. É muito diferente ser cidadão na China, no Paraguai ou no Brasil, não só pelas regras burocráticas que definem quem é ou não titular da cidadania, mas pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada um dos países na atualidade.

### 2.3.1 – EDUCAÇÃO E CIDADANIA

A educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autônomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos. O direito à educação se inclui como instrumento de transformação social presumida na Constituição Federal, art. 205 e na LDB nº 9.394/96, sendo assim, a educação configura-se tanto como um direito humano como um dispositivo para efetivação dos Direitos Humanos. É evidente que, sozinha, a escola não conseguirá resolver todos os problemas sociais de nosso país, mas poderá dar seu passo inicial orientando o aluno a respeitar o próximo, conviver com as diferenças, pensar coletivamente, conhecer os seus direitos e deveres e ter objetivos e projetos para o futuro em coletividade.

As reformas educacionais que estamos vivenciando em nosso país (Em destaque, a reforma do ensino médio) tem por objetivo garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens e aproximar as escolas do contexto social do estudante de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade. As reformas baseiam-se nos “Quatro Pilares da Educação” (DELORS, 1996), sob a orientação de que a educação precisa ser compreendida, enquanto processo formativo, devendo atuar pela formação integral do aluno, nas suas múltiplas dimensões: física, intelectual, social, emocional e simbólica. Dessa maneira, trabalhamos na perspectiva de “descompartimentar” os componentes curriculares. Sobre as mentes formadas pelas ciências disciplinares MORIN (2000) *apud* ASSMANN; MO SUNG (2000) afirma:

perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes, do mesmo modo que para integrá-los em seus conjuntos naturais. O enfraquecimento da percepção global conduz ao enfraquecimento da responsabilidade (cada qual tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada), assim

como ao enfraquecimento da solidariedade (cada qual mais sente os vínculos com seus concidadãos). (p.40)

A prática da educação para a cidadania constitui um processo participado, individual e coletivo, que apela à reflexão e à ação sobre os problemas sentidos por cada um e pela sociedade.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação, portanto, é um direito constitucionalmente assegurado a todos, inerente à dignidade da pessoa humana, bem maior do homem, por isso o Estado tem a obrigatoriedade de prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Além dessa perspectiva individual, este direito deve ser visto, sobretudo, de forma coletiva, como um direito a uma política educacional. Entende-se por educação em direitos humanos, a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz.

Num país marcado por mazelas sociais como o Brasil, a compreensão dos mecanismos sociais possibilita uma melhor formação humana e a busca por políticas públicas que objetivem diminuir as desigualdades, coibir práticas discriminatórias e de exclusão social. Quando se desenvolve uma prática pedagógica consciente e permeada pelos princípios dos direitos humanos, o indivíduo entende-se como participante ativo de sua comunidade, exercendo sua cidadania.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República de 1891. Disponível em: <<https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/4ed91893cbdd0e10032569fa0074213f?OpenDocument&Highlight=1,&AutoFramed>>. Acesso em: 22 de jul. de 2022.



BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Disponível em: <<https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwtodos/e964c0ab751ea2be032569fa0074210b?OpenDocument&Highlight=1,&AutoFramed>>. Acesso em: 22 de jul. de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 21 de jul. de 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 21 de jul. de 2022.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em direitos humanos**: de que se trata. Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, p. 309-318, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil; HORTA, José Silvério Baía e FÁVERO, Osmar. **A relação educação-sociedade-estado pela mediação jurídico constitucional**. In: FÁVERO, Osmar (org.) A educação nas constituintes brasileiras – 1823-1988. Campinas: Autores Associados, 1996.

DE MOURA, Laércio Dias. **A dignidade da pessoa e os direitos humanos**: o ser humano num mundo em transformação. Edusc, 2002.

FISCHMANN, Roseli. Constituição brasileira, direitos humanos e educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, p. 156-167, 2009.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo, Cortez; Brasília, UNESCO, 2000, p.38. In: ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança. Editora Vozes, 2000.

ROCHA, Marcos Bessa Mendes da. **Tradição e modernidade na educação**: o processo constituinte de 1933-34. In: FÁVERO, Osmar (org.) A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. Campinas: Autores Associados, 1996.

## MESTRE EGRESSO DO MERCOSUL: FORMAÇÃO COM EXCELÊNCIA

Jonas Bezerra da Costa

### INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo principal de relatar as experiências vividas como e ao mesmo tempo como foram as perspectivas, de estudar e explorar a conexão entre educação e relações internacionais do Mercosul, considerando-se o potencial das medidas educacionais no que se refere não apenas à execução de políticas públicas, mas também à constituição identitária de um aluno Mestre em Ciências da Educação.

Segundo Hilton *apud* Marcondes (1996.p.112) “a experiência é um princípio que instrui sobre as diversas conjunções dos objetos no passado.” Para Kant, nenhum conhecimento *a priori* nos é possível senão o de objetos de uma experiência possível”; e a experiência é um conhecimento empírico, isto é, um conhecimento que determina objetos por percepções. O conceito da palavra experiência, no seu sentido geral, é um conhecimento espontâneo ou vivido por alguém ou relatado, adquirido pelo indivíduo ao longo da vida. Ela aparece em relação à vida corrente (dizemos: “homem de experiência”) ou em relação à teoria do conhecimento. Para o empirismo, todo o conhecimento deriva da experiência. Para o racionalismo, ao contrário, a experiência nada nos ensina, pois é aquilo que precisa ser explicado, não havendo experiência que não esteja impregnada de teoria para depois desenvolver na prática.

Nesse sentido técnico, a experiência é a ação de observar ou de experimentar com a finalidade de formar ou de controlar uma hipótese. Assim, a experiência (no sentido de *experiment*) é o fato de provocar, partindo de condições bem determinadas, uma observação tal que o seu resultado seja apto a fazer conhecer a

natureza do fenômeno estudado. Estudar no Mercosul é promover a integração dos países da América do Sul, especialmente os do Cone Sul, nos âmbitos econômico, político e social, possibilitando novos avanços no processo da formação continuada. Através da negociação de políticas públicas e a elaboração e execução de programas e projetos conjuntos, o Setor Educacional do MERCOSUL busca a integração e o desenvolvimento da educação em toda a região do MERCOSUL e países associados ATA Nº 1/03 da Reunião dos Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social. Declaração de Assunção. Assunção, 2003.

A estruturação metodológica desse artigo foi dividida em dois eixos principais: um descritivo e outro através de leituras bibliográficas sobre o tema. A primeira seção, correspondente à abordagem descritiva, refere-se ao mapeamento geral das atividades da Universidad Del Columbia, juntamente com a parceria do Instituto IDEA, incluindo seus objetivos, metas de sua estrutura organizativa e seus projetos no ramo educacional. Já a vertente analítica, contemplada no segundo momento as consultas literárias e o que se propõe-se a refletir sobre o desenvolvimento desse arranjo educação, e atividades de campo, arcabouço do curso Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

## **1. A EXPERIÊNCIA EM ESTUDAR EM ASSUNÇÃO-PY**

Nessa perspectiva, são extremamente relevantes já que agregam valores ao crescimento profissional e pessoal. Contudo, é necessário estar preparado, pois a iniciativa de estudar fora do Brasil requer muita paciência, abnegação e capacidade de contornar os imprevistos, a distância de familiares e amigos, as variantes culturais, de clima, de hábitos e de valores. Segundo (Piletti et al., 1998, p.220) “a Pós-Graduação *Stricto Sensu* permite proveito e vantagens que vão além do aprendizado, mas também no desenvolvimento psicológico, autoconfiança, amadurecimento, independência, capacidade de relacionar-se e, sentir-se ‘um cidadão do mundo’”.

Os programas do Mercosul na linha de Pós-graduações buscam promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e da inovação técnico-científica. É uma oportunidade de conhecer novas culturas, sistemas políticos e organizações sociais, aprender, aprimorar e/ou conhecer as variantes linguísticas de um novo idioma. Entre as inúmeras metas destes programas destaca-se a necessidade de investir na formação de pessoal qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento, aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior e promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros inseridos nesse mundo globalizado (IDEA-2019).

Dessa forma o relato da experiência discente durante a trajetória de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Paraguai, viabilizado por meio do Instituto de Desenvolvimento Educacional – IDEIA, localizado no Rio de Janeiro está em vigência e atendendo o acordo bilateral entre Brasil e Mercosul. O Mercosul ocupa um lugar de destaque na política externa do Brasil e representa mais que um acordo comercial. Além dos êxitos já obtidos na área econômica, há também um processo de integração política e cultural historicamente importante para os povos sul-americanos, que envolve tanto os governos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, quanto à sociedade civil dos países-membros e seus associados.

Neste contexto, a cooperação técnica entre os Países partes do MERCOSUL desempenha um papel crucial, pois favorece tanto a troca de conhecimentos já existentes, quanto o desenvolvimento conjunto de novas técnicas, nas mais diversas áreas de interesse do Bloco. A cooperação técnica contribui diretamente para o cumprimento de dois objetivos específicos do Mercosul, promover de modo coordenado o desenvolvimento científico e tecnológico dos Países que fazem parte, aumentar e diversificar a oferta de bens e serviços com padrões comuns de qualidade, segundo normas internacionais.

Desta forma, essa troca entre os Países do Mercosul, além de favorecer um desenvolvimento técnico-científico conjunto, contribui para a padronização e harmonização de normas técnicas e procedimentos, fatores esses que vêm facilitar tanto para a Educação e Cultura, pessoas e serviços dentro do Bloco, promovendo, assim, a real integração socio educacional e sociocultural.

O estudo começou a ser pensado após constatar e conhecer verbalmente as experiências de estudantes que já haviam passado por este mundo de oportunidades, percebendo-se o quanto uma mobilidade deste estudo capacita estudantes para a vida pessoal, social e profissional.

A matrícula para o Curso de Pós-Graduação Mestrado em Ciências da Educação foi realizada pelo Instituto IDEIA que disponibiliza no seu portal todas as informações desde as documentações necessárias do programa para o ingresso no curso de Mestrado ou de Doutorado tais como, o passaporte, carteira internacional de vacinação, carteira de estudante da Universidade, apostilamento de Haia de cartório brasileiro, visto temporário, matrícula do aluno na Universidade já credenciada ao programa de Pós-Graduação. A universidade oferece o link específico para os alunos com informações diversas que incluem vasta rede de hotéis conveniados ou parceiros, com custo de diária diferenciado para alunos, disponibiliza total apoio operacional durante o período de aulas com help desk e atendimento médico de emergência, além de responder todas as perguntas e dúvidas num curto espaço de tempo, também indica empresas parceiras especializadas na tramitação e legalização dos documentos dos alunos com custo diferenciado.

Entre essas e outras vantagens de estudar no Paraguai é que todos os trabalhos, avaliações, produções de artigos científicos e suas publicações, apresentações e defesas de dissertações e teses são efetuadas em português, tendo em vista ser uma das línguas oficiais do Mercosul. As universidades possuem modernas estruturas, incluindo salas de aulas refrigeradas, acesso aos

laboratórios, internet gratuita e biblioteca atualizada disponível aos seus alunos (IDEA-2019).

## **1.1 QUANTO À LEGALIDADE DOS CURSOS E A LEGISLAÇÃO DOS ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS.**

A legalidade acadêmica no Mercosul apresenta vantagens significativas que justificam o esforço dos governos e das universidades da região em promover programas de cooperação acadêmica. No entanto, é necessário enfrentar os desafios que ainda se processam, como a lentidão de reconhecimento de diplomas e a dificuldade de acesso e a sua burocratização nos tramites legais para a liberação do tão sonhado diploma reconhecido conforme as exigências das instituições superiores brasileiras.

Segundo o portal do MEC, a solução desses problemas pode contribuir para o fortalecimento do Mercosul como uma região de excelência acadêmica e para a formação de profissionais cada vez mais capacitados e preparados para os desafios do mundo globalizado. E em se tratando desse mundo globalizado, o governo federal quanto aos seus envolvidos do programa de Pós-Graduações do Mercosul, já reconhecidos pelo Ministério da Educação e pelo Conselho das Universidades da República do Paraguai, o Conselho Nacional de Ensino Superior – CONES, possuem, assim, caráter totalmente legal em alinhamento às exigências das leis brasileiras conforme se encontra no portal Carolina Bori, as resoluções, portarias e decretos do Ministério da Educação e Cultura – MEC, e as Universidades, Institutos de Ensino Superior conveniados ao programa de Pós- Graduação Stricto Sensu nas diversas instituições estrangeiras com nível e equivalência dos cursos ministrados aqui no território brasileiro.

Para maiores informações o portal do MEC disponibiliza todo o arcabouço jurídico que normatiza o processo de revalidação e reconhecimento de diplomas é composto por uma série de leis, resoluções e portarias publicadas pelo Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação, assim como a Resolução nº. 3, de 1º

de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o reconhecimento de títulos de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado, obtidos nos Estados Partes do Mercosul; a Portaria nº. 99, de 21 de dezembro de 2005, que institui a coleta de dados e elaboração de estatísticas sobre o reconhecimento no Brasil de títulos de mestres e doutores outorgados por instituições estrangeiras e o Decreto nº. 5.518, de 23 de agosto de 2005, que promulga o Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul, entre outras.

Já os títulos que precisam ser convalidados ou reconhecidos têm todo seu processo feito através da Plataforma do MEC <http://plataformacarolinabori.mec.gov.br>, a plataforma é um sistema informatizado criado pelo Ministério da Educação (SESu e CAPES), para gestão e controle de processos de Revalidação de Diplomas de Bacharelados a nível superior, e Pós-graduação Stricto Sensu para o Reconhecimento de diplomas estrangeiros no Brasil ou para quaisquer dúvidas referentes à legalidade e tramitação desses títulos ao sistema nacional de reconhecimento das instituições credenciadas ao programa. Portal (CAROLINA BORI-2023)

## **1.2 O ENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NA GLOBALIZAÇÃO MUNDIAL**

A globalização é um processo complexo e multifacetado que atende diversos setores da sociedade, incluindo a educação. A educação é fundamental para o desenvolvimento humano. Para o IBGE (2010), todo esse envolvimento trouxe uma série de mudanças no campo da educação. Uma das principais mudanças é a crescente importância da educação como um meio para a mobilidade social e o sucesso econômico. Além disso, a globalização também levou a uma maior competição entre as instituições educacionais em todo o mundo. As universidades e escolas agora competem globalmente por estudantes, financiamento e prestígio. Isso levou a uma maior ênfase na

qualidade do ensino, pesquisa e inovação. À medida que o mundo se torna cada vez mais interconectado, a educação é vista como um meio para obter as habilidades e competências necessárias para competir em uma economia globalizada. Isso levou a uma demanda crescente por educação de qualidade em todo o mundo.

Para Rattner (1995), o termo globalização descreve uma gama de transformações que se têm registrado no âmbito econômico, político, tecnológico e cultural e que têm em comum sua difusão e mútua relação em nível de sistema mundial. No plano econômico, o perfil preponderante é a conformação de um mercado de recursos, produtos e serviços de alcance mundial; na área política, o termo se justifica pela intensificação de tomada de decisões em um marco mundial e pela internacionalização de conflitos locais e regionais; no plano tecnológico, principalmente pelo desenvolvimento de fases do processo que implicam a desintegração do processo de produção e a deslocalização; no plano cultural, o fenômeno se refere em essência à integração de formas de comunicação e difusão de informações de alcance mundial, assim como aos efeitos culturais desse processo.

Diante do exposto verifica-se que os países do terceiro mundo, a exemplo do Mercosul, estão inseridos nesse contexto a mando do grande capital para atender as perspectivas de melhoria a curto e médio prazo. Afastados da modernização, empobrecidos, endividados e sem recursos para investir em áreas prioritárias, esses países de forma geral se uniram e criaram metas e intercâmbios internacionais, favorecendo a inúmeros estudantes com várias possibilidades de estudar e se qualificar através desses acordos. Dessa forma surgiu o interesse de realizar esse sonho de vida e também na minha qualificação profissional.

Dessa forma a escolha, por estudar no Paraguai condiz à qualidade dos seus cursos, professores, instalações, área geográfica e cidade. A experiência, foi considerada uma oportunidade enriquecedora de trocas que favorecem a integração, inclusive transcultural. A princípio, adentrar no país e universidade gerou muitas expectativas, ainda suscitou muitas dúvidas,



principalmente pelo fato de estar praticando um novo idioma. Contudo, após ter vivido essa experiência, ficou a convicção de que foi a melhor escolha essa interação transcultural da academia e trago aqui também as experiências extramuros da academia oportunizadas por esse importante e inovadora estratégia do ensino de Pós-Graduação, pois o estudo permitiu ampliar e enriquecer a visão do diferenciado ambiente sociocultural do país.

Segundo o IBGE, convém destacar que o Paraguai recebe mais de 280.454 mil visitantes por ano. Os números de visitantes vêm aumentando a cada ano em valores percentuais. Assunção é uma cidade moderna e com uma população amigável e hospitaleira, com uma forte carga histórica e uma ampla diversidade cultural, além de um centro comercial, principalmente de eletroeletrônicos, que favorece nas horas vagas o contato com o que há de mais moderno e a preços convidativos. Sendo um país de características nacionais bastante acentuadas de música e folclore típicos, possui valioso potencial turístico. E algumas dessas atrações temo: o lago Ypacaraí, com os balneários de San Bernardino e Areguá; o Lago Ypoá; os saltos de Monday, Acaray, Guairá; as ruínas jesuíticas dos centros missionários de Trinidad, perto de Encarnación; o monumento ao marechal Solano Lopez e o panteão Nacional dos Heróis. Ainda constituem atrativo o festival de ñaduti, em Itauguá, onde é exposto esse tipo de renda fina feita à mão, vestidos de *aho poi* e artigos de madeira e de couro. Embora as atividades turísticas são fracas — exceto quanto ao grande número de brasileiros e argentinos que cruzam a fronteira todos os dias para comprar, em Ciudad Del Este, produtos eletrônicos originários do Extremo Oriente, IBGE (2010).

Através do portal IDEA, o internauta consegue obter todas as informações dos quatros cursos de Pós-Graduação Stricto sensu: Administração, Direito, Educação e Saúde em Mestrados e Doutorados oferecidos pela UDC, Universidad Del Columbia- PY, e outras informações dos cursos ofertados pela universidade que visam à formação científica educacional, técnica, humana e cultural aos Mestrando e Doutorandos que estão interligados aos

pressupostos da educação, atuando na formação de docentes-pesquisadores habilitados a analisar e intervir nos sistemas profissionais em que estão inseridos, pois objetivam produzir conhecimentos sobre educação, focalizando as políticas públicas educacionais, a gestão escolar e formação dos professores e o processo de ensino-aprendizagem realizado pela Universidade; refletir sobre as funções do uso da tecnologia no ensino superior analisando e avaliando as estratégias, técnicas e materiais desenvolvidos e utilizados pela tecnologia educacional e propiciar ao educando conhecimentos pertinentes à Educação a Distância e novas técnicas e instrumentos de avaliação IDEA (2019)

A fase de orientação e pesquisa se deu através do suporte técnico do Instituto IDEA, corpo docente da universidade. Aluno terá acesso aos conteúdos programados e orientações com apoio de ambiente acadêmico específico para o programa Stricto Sensu da Universidade. Os mestrandos e doutorandos são orientados durante o desenvolvimento da dissertação e tese por um docente ligado à sua área de concentração da pesquisa. Diante disso, o plano de pesquisa é apresentado pelo aluno a instituição e após aprovado pelo orientador do processo de orientação, o pesquisador pode iniciar com segurança, os passos necessários para submissão da Plataforma Brasil.

Destaca-se que os orientadores são professores academicamente qualificados na área de pesquisa e estão aptos a orientar as habilidades de pesquisa e de redação de dissertações e teses. Para fazer jus ao título de Mestre ou Doutor cada estudante deverá comprovar a aquisição de novas competências e saberes que conjuguem o aprofundamento do conhecimento, da iniciativa de pesquisa e o desenvolvimento do pensamento científico e reflexivo acerca das questões educacionais e ter aprovação da banca de defesa de Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado.

A defesa da dissertação ou da tese deve ser presencial e podem ser elaboradas e defendidas em português. A Universidade que realizei meu Mestrado possui um seleto grupo de professores doutores, brasileiros e de outros países, em sua maioria do

Mercosul, é responsável por relevantes ações acadêmicas, identificadas com as exigências da modernidade.

O Programa envolve disciplinas, atividades de pesquisa, seminários e workshops, atividades dirigidas, participação em eventos científicos, leituras orientadas, orientação, conferências, qualificação e dissertação /tese. Todos os trabalhos exigidos para efeito de avaliação são realizados e concluídos quando da permanência do aluno em Assunção IDEA (2019)

O aluno desenvolve os créditos das disciplinas curriculares para ter a carga horária mínima para integralização do curso. As disciplinas são ofertadas de acordo com a programação da Universidade e informada ao aluno pelo Instituto do qual faz parte, ou matriculado pela instituição. O aluno terá que dispor de toda a documentação que lhe autorize a realizar um curso de pós-graduação no Mercosul.

## **2. O INTERCÂMBIO PARA FORMAÇÃO CONTINUADA**

Conforme dados do portal do MEC, o intercâmbio tem mais de duas décadas de existência, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina, surgida no contexto da redemocratização e reaproximação dos países da região ao final da década de 80. Os membros fundadores do MERCOSUL são Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, signatários do Tratado de Assunção de 1991. A trajetória de estudante pelo Mercosul destaca-se três níveis de experiência e crescimento profissional. A vivência teórica e prática da educação no Paraguai; a integração em grupos de pesquisa; e a participação em congressos científicos. Em especial, a vivência teórica e prática da educação paraguaia possibilitaram conhecer semelhanças e diferenças desta área da educação, entre Brasil e Paraguai, pois apesar da não similaridade linguística, são nações de grande diferença na organização e distribuição dos programas e políticas da educação e o envolvimento da pesquisa acadêmica.

E no decorrer do processo de integração das políticas educacionais e em grande medida em razão do êxito inicial da integração, do Brasil e seus cooperados, a agenda do MERCOSUL foi paulatinamente ampliada, passando a incluir temas políticos, de direitos humanos, sociais e cidadania.

Também, no processo de agregação de conhecimentos através da mobilidade de ensino, é importante destacar as visitas técnicas, em grupo, realizadas pelos professores (as) da Columbia. Tais eventos permitiram desfrutar um mundo de histórias, acontecimento e organizações antigas.

Exemplo disto cita-se o Arquivo Nacional de Assunção (ANA), localizado na cidade de Assunção, no Paraguai, a qual é um Arquivo que guarda as histórias (documentos originais) mais antigas e ainda em funcionamento. Assim, integrar mesmo como expectador, esta cultura, é motivador, uma experiência que possibilita enxergar de forma diferente a história. Tais perspectivas corroboram que a experiência de estudo no Paraguai vem se apresentando como componente importante para a análise dos sistemas nacionais de educação.

Ainda foi possível participar das atividades de educação e cultura junto a comunidades tradicionais, com visitas para observar sobre os hábitos culturais, questões sociais, trabalho e renda, perspectivas e desafios, além de atividades de integração e estímulo ao convívio social e familiar, setor de educação e cultura. Em algumas de nossas visitas a Kamba Kua, no dia 21 de julho de 2019, os pesquisadores foram acompanhados pela Professora Dra. Sandra Siqueira, que nos apresentou a disciplina Didática e pesquisa intercultural, guardião da cultura afro dos Kambas que explicou todo o processo desde a sua história e criação quanto a sua contribuição aos pesquisadores que ali desenvolvem seus trabalhos acadêmicos.

Iniciaram-se as apresentações, tocaram por mais de uma hora, em alguns dos toques apresentados podemos observar a mesma sintonia musical, ritmo e cadência dos mesmos realizados nos Terreiros de Candomblé do Brasil, como: Os ritmos – Alujá para o

Orixá Xangô, Jexá para Oxum, Opanijê para Obaluaiê e Omulu e Barra vento para Inhasã; definimos para eles que o som dos tambores nos deixa muitos próximos de nossas ancestralidades que às vezes não percebemos. É o Pan-africanismo presente por toda parte. Os Kambas preservam uma rica tradição de percussão e dança afro paraguaio, do século 18. Afro-paraguaios em Kamba Kua sempre celebrou a festa de San Baltasar em 6 de janeiro com danças e toques de percussão, dançarinos percussionistas que exercem a tradição através das gerações.

Emboscada é uma cidade moderna e bem cuidada de alguns 13,500 habitantes, de acordo com o censo de 2002. Embora o censo Afro-paraguaio de 2007 relatou que cerca de 58% da população de Emboscada é de origem afro-colonial, há pouca consciência coletiva de afrodescendentes. Ativistas de Emboscada formaram uma organização de Afro descendentes cujo objetivo é de recuperar as tradições e memórias culturais dos afro-paraguaios remanescentes, dentro da área urbana e rural de Emboscada, caracterizada por parques impecavelmente cuidados e cuidadosamente mantidas igrejas e monumentos construídos pelas mãos de negros que ali viveram. Na cidade há traços de identidades de afro descendentes que se destacam pela cultura preservada através dos tambores, cânticos, vestimentas, hábitos e costumes.

Visitamos a igreja de San Solano na praça principal em frente à Prefeitura e ali ouvimos algumas histórias da construção da igreja construída por escravos, da praça e como são realizadas as festas na cidade.

Partimos para outra comunidade onde existe uma associação de mulheres que trabalham com artesanatos e produções de 'sombrieros', mulheres que na maioria eram afrodescendentes, auto astral, alegres e felizes que trabalham com materiais retirados da natureza como as folhas de coqueiros, sementes, pedaços de madeiras e etc. Também ali ouvimos em suas falas, história de lutas e conquistas. Neste mesmo local existe um grupo da cultura

africana que canta, dança, toca seus tambores (ensaia) e se apresenta nas festas religiosas da cidade.

A nossa segunda visita a Emboscada foi com Dra. Professora Marta Ayala onde tive oportunidade de encontrar o Senhor Patrício Zarate e enriquecer mais a minha atividade de campo. Reforça-se a premissa de que, ao utilizarem-se lugares de contato com pessoas, pode-se estimular a educação, incluindo políticas públicas, ambientes apropriados, comprometidas com o desenvolvimento da solidariedade e da cidadania, envolvidas na melhoria da qualidade de vida e na promoção educacional e cultural.

## **2.1 PESQUISA NO EXTERIOR: FORTALECIMENTO DA INICIAÇÃO E INOVAÇÃO CIENTÍFICA**

Estudar no Paraguai ainda proporciona conhecimentos fundamentais para formação cultural e intelectual. As atividades de produção científicas veio somar com as pesquisas desenvolvidas a disciplina intercultural ministrada pela Doutora Ana Estela Brandão que objetivou analisar os paradigmas do pan-africanismo Brasil e Paraguai, Diáspora Africana e características socioculturais dos afros descendentes a partir dos sistemas educativo, cultural e religioso. O estudo foi realizado em Assunção, Emboscada, Kamba Kua e San Lorenzo. Baseado no modelo não experimental de tipo descritivo e abordagem qualitativa foram descritos fatos de eventos e experiências ocorridas durante os encontros. Quanto ao aspecto qualitativo, visualizou-se à construção da realidade com o recurso das ciências sociais tendo presente o universo de crenças, valores,

Conforme a disciplina intercultural, foi possível aplicar a modalidade etnográfica para compreender melhor o objeto de estudo. Assim podem-se esclarecer as múltiplas facetas em termos de comportamentos, ações, pensamentos e sentimentos, e a relação das diversas experiências espaços-temporais. Também foram aplicadas entrevistas – relatos orais, participante observação e visitas; ainda por meio de seminários, foros e pontos de culturas a

respeito das comunidades tradicionais afros e a preservação de suas culturas. As representatividades abordadas foram escolhidas por fazerem parte marcante e por estarem inseridas na cultura popular Paraguaia onde Kamba Kua e San Lorenzo são as maiores referências. Algumas das amostras foram planejadas pelo pesquisador através de viagens aos locais. Outras foram casuais e intencionais, conforme a disponibilidade do pesquisador no período de julho de 2019 a janeiro de 2020. A modalidade etnográfica auxiliou na construção e os desenvolvimentos dos instrumentos.

Os resultados principais dos dados colhidos mostraram que esses povos exibem um amor incondicional a sua cultura e história. Assim, esses dados evidenciaram que a vitalidade do Pan Africanismo Brasil e Paraguai permanecem num sincretismo sociocultural na Diáspora africana. Conclui-se que, ao percorrer os elementos que sustenta sócio culturalmente estas comunidades, pode-se salientar a valorização de importantes dimensões da educação, cultura e saberes afro-religiosos. Revelou-se que o Brasil e Paraguai são países multirraciais e pluriétnico, onde os afros descendentes tem seu espaço e convivem num marco de respeito e aceitação. Porém, eles ainda necessitam que sua identidade seja mais patente e categórica, tanto na expressão e reconhecimento pleno de sua dignidade como grupo cultural quanto a sua luta para conseguir uma presença mais real em todas as esferas da sociedade paraguaia.

Nesse sentido, torna-se fundamental destacar que, no percurso competitivo do mercado, associado às estratégias de construção de fronteiras entre as classes sociais, grupos e categorias, produz um deslocamento na definição de competências e habilidades que possam representar um ganho nas trajetórias pessoais, escolares e profissionais. Em vista disso, todo tipo de atividade de desenvolvimento científico é relevante para fortalecer o conhecimento, mas também, para assegurar uma ascensão positiva no mercado de trabalho.

## 2.2. SOCIALIZAÇÃO CIENTÍFICA E APROXIMAÇÃO TEÓRICA: NOVOS SABERES NOS EVENTOS NO PARAGUAI

Além de todas as experiências citadas, aproveitar o estudo para divulgar as pesquisas produzidas com os demais pesquisadores da UDC, torna-se uma oportunidade grandiosa para mostrar a cultura, os problemas de maior evidência e as políticas e ações desenvolvidas na perspectiva do trinômio: universidade, comunidade e serviços de educação no Paraguai. Considera-se que a participação e apresentação de trabalhos em congressos, simpósios ou em outros encontros científicos é importante, por ser uma oportunidade de ouvir críticas, sugestões e aperfeiçoar o trabalho antes de publicá-lo. A participação em eventos científicos no Paraguai permitiu conhecer estudiosos e escritores nacionais e internacionais, o que favoreceu a aproximação especialmente com as escritoras Paraguias Dra. Ana Maria Arguello, autora dos Livros **“O papel dos escravos negros no Paraguai”**. Assunção: Paraguai Centro Editorial, 1999. E **“El rol de los Esclavos Negros en El Paraguay”**. Centro Editorial Paraguayo. Asunción-Paraguay – 2010 e a Dra. Ana de La Luz Cuellar, autora do Livro **“Vozes e Testemunhos”**. Diante de uma experiência tão construtiva, pessoal e profissionalmente, vislumbra-se a integração também em outros programas de mobilidade em nível de pós-graduação, e ampliar novas trocas de conhecimentos e fortalecer a internacionalização do ensino e da pesquisa nos Países do Mercosul.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo no programa de pós-graduação stricto sensu em Ciência da Educação realizado em um país Latino caracterizou-se como uma oportunidade de aperfeiçoamento pessoal, profissional e teórico-científico. Para além do acréscimo de conhecimentos e vivências na Educação, foi um momento de construção da personalidade, de aquisição de valores sociais e culturais, de contato com pessoas diferentes dos laços afetivos comuns e de



desenvolvimento de habilidades didáticas, pedagógicas e interpessoais.

Além disso, a vivência de novos horizontes, novas teorias e novas formas de se fazer educação e integrar uma equipe multiprofissional, constituem ganhos em longo prazo, agregando fatores que certamente, estimularão pequenas e constantes mudanças nas práticas diárias em educação. Como contribuições e implicações para a educação e cultura, esta produção possibilita a integração de outros programas de mobilidade, a fim de permutar conhecimentos e fortalecer a internacionalização do ensino e da pesquisa brasileira.

Espera-se, assim, contribuir no sentido de maior incentivo e agregação desta modalidade de ensino durante os cursos de Pós-Graduação, com vistas a aperfeiçoar a formação para além das disciplinas aos currículos pedagógicos, consolidado saberes e inovações por meio do estudo internacional.

## REFERÊNCIAS

ATA Nº 1/03 da Reunião dos Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social. **Declaração de Assunção**. Assunção, 2003. Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/public/reuniones/doc/1515>>. Acesso em: 12 fev.2023.

Argüello, Ana Maria. “O papel dos escravos negros no Paraguai”. **Assunção: Paraguai Centro Editorial**, 1999. E “El rol de los Esclavos Negros en El Paraguay”. **Centro Editorial Paraguayo**. Asunción-Paraguay – 2010.

Cuellar, Ana de La Luz. “**O Livro “Vozes e Testemunhos”**” – 2011. DUROZOI, G. e ROUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

JAPIASSU, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

Portal do MEC: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/mercosul?start=20> > acesso: 19 de fev. 2023.

Portal ANA de Assunção: <http://www.archivonacional.gov.py/>> acesso: 22 de fev. 2023.

Portal Carolina Bori: <https://carolinabori.mec.gov.br/?pagina= inicial/> >acesso: 20 de fev. 2023.

Portal do Instituto IDEA: <https://institutoideia.org/>> acesso: 20 de fev. de 2023.

Portal Uol: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/historia-do-paraguai.htm> acesso 21 de fev. 2023.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Mercosul, competitividade e educação**. Estudos Avançados. N.12, vol. 34, 1998.

RATTNER, H. **Globalização**: em direção a um mundo só? Em Aberto, Brasília, v.15, n.65, p.19-30, jan./mar. 1995.



# O FUTURO DA INCLUSÃO NO METAVERSO: DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTAS DE ACESSIBILIDADE

David Alex Santos da Silva  
Manoel Anório Apolônio Filho

## INTRODUÇÃO

O Metaverso é uma realidade virtual em constante evolução, que promete revolucionar a forma como interagimos e nos conectamos com outras pessoas e com o mundo ao nosso redor. No entanto, apesar das promessas de um futuro mais inclusivo e acessível, o Metaverso ainda enfrenta desafios significativos em relação à acessibilidade para pessoas com deficiência.

Pessoas com deficiências físicas, cognitivas ou sensoriais frequentemente enfrentam barreiras que dificultam ou impedem sua participação plena no metaverso. É por isso que a inclusão e a acessibilidade são tão importantes nesse ambiente virtual em constante evolução. Dessa forma, a inclusão no metaverso é fundamental para garantir que todos os usuários tenham acesso a experiências imersivas e significativas no ambiente virtual em constante evolução (Jones, 2022).

Neste capítulo, exploraremos o desenvolvimento de ferramentas de acessibilidade para o Metaverso, discutindo os avanços tecnológicos e as abordagens inovadoras que estão sendo adotadas para criar um ambiente virtual mais inclusivo e acessível para todos. Veremos como a tecnologia está sendo usada para superar as barreiras físicas e cognitivas que impedem as pessoas com deficiência de aproveitar ao máximo o potencial do Metaverso, e como os desenvolvedores estão trabalhando em estreita colaboração com a comunidade de pessoas com deficiência para garantir que essas ferramentas atendam às suas necessidades e

expectativas. Por fim, discutiremos o impacto potencial dessas ferramentas na construção de um Metaverso verdadeiramente inclusivo e acessível, e como isso pode afetar a forma como nos conectamos e nos relacionamos uns com os outros no futuro.

## **O METAVERSO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS POSSIBILIDADES**

O metaverso é um universo virtual em constante expansão que permite aos usuários de todo o mundo se conectar, interagir e criar experiências imersivas. No entanto, a acessibilidade e a inclusão no metaverso são preocupações importantes, especialmente para aqueles que enfrentam desafios físicos, cognitivos ou sensoriais.

Dessa forma, o metaverso pode proporcionar às pessoas com deficiência a oportunidade de interagir com outras pessoas e participar de experiências que podem não estar disponíveis no mundo físico. Além disso, pode permitir a criação de ambientes mais acessíveis e inclusivos, proporcionando um espaço virtual que seja mais fácil de navegar e que ofereça opções personalizadas para cada indivíduo.

No entanto, é importante lembrar que a acessibilidade no metaverso ainda é uma questão em desenvolvimento. Embora a tecnologia esteja avançando rapidamente, ainda há muitos desafios a serem superados para tornar o metaverso verdadeiramente inclusivo. Algumas das soluções incluem o desenvolvimento de ferramentas de acessibilidade, como controle de entrada alternativos, legendas e traduções e personalização de interfaces. Além disso, é importante envolver as pessoas com deficiência na concepção e desenvolvimento de experiências no metaverso para garantir que suas necessidades sejam levadas em consideração. Ao abordar esses desafios, o metaverso pode se tornar um ambiente virtual inclusivo e acessível para todos.

Segundo Mullaney et al. (2021), "a acessibilidade é a chave para a inclusão no metaverso". Para alcançar essa inclusão, é fundamental desenvolver ferramentas de acessibilidade que

possam ajudar a tornar o ambiente virtual mais acessível e inclusivo para todos os usuários. Essas ferramentas podem incluir, como citado no parágrafo anterior, tecnologias de reconhecimento de voz, legendagem automática, realidade virtual e aumentada e outras soluções inovadoras.

O desenvolvimento de ferramentas de acessibilidade não é apenas um desafio técnico, mas também exige uma abordagem centrada no usuário. Segundo Zhai et al. (2020), "a experiência do usuário deve ser o foco central do design de ferramentas de acessibilidade no metaverso". Isso significa considerar as necessidades e habilidades de todos os usuários, independentemente de suas limitações ou habilidades.

A inclusão de pessoas com deficiências é um aspecto crucial da criação de um metaverso verdadeiramente inclusivo. Isso requer não apenas a consideração de recursos de acessibilidade, mas também a incorporação de uma abordagem centrada no usuário em todas as etapas do desenvolvimento do metaverso. As pessoas com deficiências precisam ser vistas como participantes ativos na concepção e construção do metaverso, a fim de garantir que suas necessidades sejam atendidas de maneira eficaz. CALLEJA, 2021, pg. 05.

Em outras palavras, pode-se analisar que a criação de um metaverso inclusivo requer um esforço conjunto de todos os envolvidos no processo, desde a concepção até a implementação e manutenção contínua. Isso envolve a consideração das necessidades e perspectivas de pessoas com deficiências desde o início, de modo a garantir que suas necessidades sejam atendidas de forma eficaz e integradas de forma orgânica no metaverso. Somente assim, ele poderá se tornar um ambiente virtual acessível e inclusivo para todos.

Além disso, a acessibilidade no metaverso não deve ser vista como uma questão isolada, mas sim como parte de um esforço mais amplo para criar uma cultura inclusiva. Como observado por Di Loreto et al. (2022), "a inclusão no metaverso requer uma mudança cultural para garantir que todos os usuários sejam bem-vindos e

apoiados". Isso pode envolver a conscientização dos usuários, bem como a criação de políticas e diretrizes para promover a inclusão e a acessibilidade.

Em resumo, a inclusão e a acessibilidade são fundamentais para garantir que o metaverso seja um ambiente virtual verdadeiramente inclusivo e acessível para todos os usuários. O desenvolvimento de ferramentas de acessibilidade centradas no usuário e a criação de uma cultura inclusiva são essenciais para alcançar esse objetivo.

## **O DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTAS DE ACESSIBILIDADE**

A tecnologia está sendo usada para superar as barreiras físicas e cognitivas que impedem as pessoas com deficiência de aproveitar ao máximo o potencial do Metaverso. Acessibilidade é uma das principais preocupações para que o Metaverso seja um ambiente inclusivo e acessível para pessoas com deficiência, e muitas soluções tecnológicas estão sendo desenvolvidas para atender a essas necessidades.

Dessa forma, as tecnologias como a realidade aumentada e a inteligência artificial estão sendo usadas para desenvolver recursos de reconhecimento de voz, gestos e outros comandos que permitem o controle de dispositivos em ambientes virtuais. Esses recursos de interação alternativos são especialmente úteis para pessoas com deficiência física ou cognitiva.

Outra abordagem para melhorar a acessibilidade no Metaverso é a criação de ambientes virtuais que são projetados para serem facilmente navegáveis. Esses ambientes virtuais são equipados com recursos de orientação e navegação, como marcadores de caminho, mapas em 3D e sistemas de navegação por voz, que ajudam a garantir que as pessoas com deficiência possam se mover com facilidade pelo espaço virtual.

Em resumo, a tecnologia está sendo usada para superar as barreiras físicas e cognitivas que impedem as pessoas com

deficiência de aproveitar ao máximo o potencial do Metaverso. Essas soluções tecnológicas estão ajudando a tornar o Metaverso um ambiente virtual mais acessível e inclusivo para pessoas com deficiência, o que é fundamental para que todos possam desfrutar igualmente de suas possibilidades e benefícios.

## **O IMPACTO DO METAVERSO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

A discussão sobre o impacto das ferramentas de acessibilidade no Metaverso é crucial para a construção de um ambiente virtual verdadeiramente inclusivo e acessível. Quando o Metaverso é acessível a todos, independentemente de suas habilidades e limitações físicas e cognitivas, ele se torna um espaço onde todos podem se conectar e se relacionar uns com os outros de forma mais profunda e significativa.

Isso pode levar a uma mudança na forma como nos conectamos e nos relacionamos uns com os outros no futuro. Por exemplo, pessoas com deficiência que antes se sentiam isoladas ou marginalizadas podem se conectar com outras pessoas com deficiência em todo o mundo e compartilhar experiências e perspectivas. Isso pode ajudar a combater o estigma e a discriminação que muitas vezes são associados a pessoas com deficiência. Além disso, a acessibilidade no Metaverso pode levar a um aumento na diversidade e inclusão em todos os aspectos da vida virtual.

À medida que mais pessoas com deficiência se envolvem e contribuem para a construção do Metaverso, a variedade de perspectivas, habilidades e interesses representados cresce, enriquecendo a experiência para todos os usuários. A acessibilidade também pode ter um impacto econômico positivo. Quando o Metaverso é acessível, mais pessoas com deficiência podem participar do processo educacional, conhecendo e sentindo ambientes geográficos que seria difícil conhecer de forma física,



além de particionarem de ambientes interativos, tecnológicos e lúdicos.

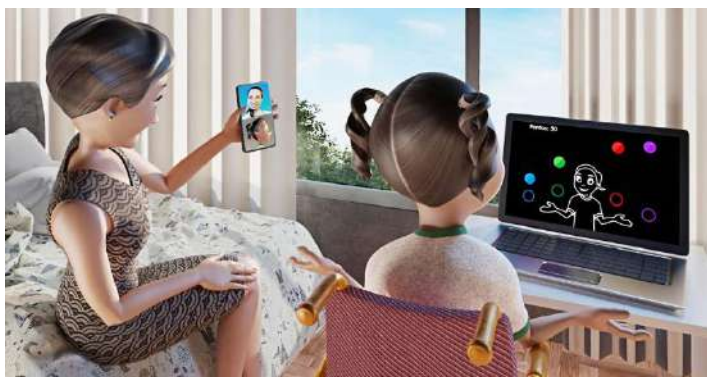


Imagem disponível no site: <https://jornal.usp.br/ciencias/grupo-propoe-uso-do-metaverso-na-reabilitacao-de-pessoas-com-deficiencia/>

Em resumo, o impacto potencial das ferramentas de acessibilidade no Metaverso é amplo e variado. A construção de um ambiente virtual verdadeiramente inclusivo e acessível pode levar a uma mudança na forma como nos conectamos e nos relacionamos uns com os outros no futuro, bem como a um aumento na diversidade e inclusão em todos os aspectos da vida virtual.

## **O FUTURO COM O USO DO METAVERSO**

O Metaverso pode afetar significativamente a forma como nos conectamos e nos relacionamos uns com os outros no futuro. Com a crescente popularidade dos mundos virtuais e das plataformas de realidade virtual, estamos nos aproximando cada vez mais de um futuro em que as interações digitais se tornarão tão comuns quanto as interações físicas. Uma das principais vantagens do Metaverso é que ele pode tornar as interações mais acessíveis e inclusivas. Com as ferramentas de acessibilidade e personalização disponíveis no Metaverso, pessoas com deficiências físicas ou cognitivas podem participar plenamente de ambientes digitais e interagir com outras pessoas sem barreiras físicas. Além disso, a natureza do Metaverso

pode permitir uma maior liberdade de expressão e uma maior sensação de anonimato, o que pode ajudar a reduzir o preconceito e a discriminação nas interações online.

No entanto, também é importante considerar os possíveis impactos negativos do Metaverso na forma como nos conectamos e nos relacionamos. Por exemplo, as interações digitais podem levar a uma maior desconexão emocional e uma menor capacidade de empatia, uma vez que as interações ocorrem em um ambiente virtual. Além disso, a privacidade e a segurança online podem se tornar uma preocupação cada vez maior à medida que nos tornamos mais dependentes de interações digitais.

Assim, o Metaverso tem o potencial de transformar a forma como nos conectamos e nos relacionamos uns com os outros, oferecendo novas oportunidades para a inclusão e a acessibilidade. No entanto, é importante avaliar cuidadosamente os possíveis impactos positivos e negativos dessa tecnologia e garantir que as interações digitais sejam complementares e não substitutivas às interações físicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando as possibilidades oferecidas pelo Metaverso para pessoas com deficiência, podemos afirmar que há um grande potencial a ser explorado nessa área. As ferramentas de acessibilidade e personalização disponíveis no Metaverso podem ajudar a superar as barreiras físicas e cognitivas que impedem a participação plena de alunos com deficiência. Além disso, o Metaverso pode proporcionar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e acolhedor, favorecendo a interação entre alunos e professores, independentemente de suas habilidades e limitações.

No entanto, é importante ressaltar que a utilização do Metaverso no processo inclusivo requer uma abordagem cuidadosa e planejada. É preciso considerar as necessidades e expectativas de todos os envolvidos, garantindo que o uso das tecnologias seja efetivo e significativo. Além disso, é fundamental

que os educadores estejam preparados e capacitados para utilizar as ferramentas do Metaverso de forma adequada e ética, garantindo que a inclusão seja efetiva e respeitosa.

Portanto, a utilização do Metaverso requer um olhar crítico e sensível, que leve em conta não apenas as possibilidades oferecidas pelas tecnologias, mas também as necessidades e expectativas de cada pessoa com deficiência. Com o uso adequado das ferramentas de acessibilidade e personalização, podemos transformar o ambiente educacional, tornando-o mais inclusivo, acolhedor e significativo para todos, independentemente de suas habilidades e limitações.

## REFERÊNCIAS

- CALLEJA, G., & MEIER, L. (2021). **Building an Inclusive Metaverse: Challenges, Opportunities and Perspectives**. In Proceedings of the 2021 CHI Conference Extended Abstracts on Human Factors in Computing Systems (pp. 1-8). ACM.
- Di LORETO, I., MORÁN, A. L., & YOUNG, D. C. (2022). **The Metaverse: Challenges and Opportunities for Inclusion**. In: Proceedings of the 2022 CHI Conference on Human Factors in Computing Systems.
- JONES, A. (2022). **O Futuro da Inclusão no Metaverso: Desenvolvimento de Ferramentas de Acessibilidade**. São Paulo: Editora ABC.
- Mullaney, T., Connelly, K., & Azenkot, S. (2021). **Accessibility in the Metaverse: Opportunities and Challenges**. In Extended Abstracts of the 2021 CHI Conference on Human Factors in Computing Systems.
- ZHAI, Y., LI, Q., LI, Z., & ZHANG, Y. (2020). **Designing for Accessibility in the Metaverse: A User-Centered Design Approach**. In Proceedings of the 2020 CHI Conference on Human Factors in Computing Systems.

## A PRODUÇÃO TEXTUAL E PERÍODO PÓS PANDÊMICO: CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA

Bruna Nunes Bruna Nunes Mont' mor  
Geovana Barbosa Oggione  
Josiângela Farias Zanon Ventorim  
Marluce Andrade de Almeida

### INTRODUÇÃO

Sabendo que as transformações não param e as inovações tecnológicas por sim só, mudaram o rumo da sociedade no século XXI, sendo no âmbito político, econômico e cultural. Assim, a própria educação se vê com a necessidade de mudar para atender os estudantes desse tempo, porém tanta novidade traz consigo novos desafios e incertezas na atualidade.

É algo observável, que as dificuldades encontradas tanto na escrita quanto na leitura vem fazendo parte da vida dos educandos, independentemente de ser criança, adolescente ou jovem, impactando assim, o meio escolar. Essa situação faz com que a escola de alguma forma, elabore estratégias para mitigar tais problemas. Sabendo que no âmbito nacional, o Enem - Exame Nacional do Ensino Médio- cobra com uma maior pontuação, o texto dissertativo argumentativo.

Sendo assim, o educador precisa identificar, conhecendo o problema e atuar de forma efetiva para que o educando não chegue ao terceiro ano do ensino médio, sem saber argumentar de forma coerente e coesa. Porém, quando esse trabalho não é algo pensado, preparado e com conhecimento sobre as dificuldades dos discentes, acaba por si só se tornando um fracasso.

No período da pandemia, ficou muito vigente a necessidade de articulação que os órgãos educacionais precisaram ter para que o aluno fora de sala de aula, não sofresse tantas perdas em seu

período escolar, sabendo que no futuro tal fato causaria um dano em sua vida profissional. Sendo assim, com o uso da tecnologia, tanto educandos quanto profissionais da educação, precisaram entender e aprender a se comunicarem pelo então chamado – EAD. Esse novo jeito de ensinar, agradou a alguns, porém muitos não tinham internet e nem meios tecnológicos para se manterem conectados. O que configura, que infelizmente muitas famílias brasileiras ainda vivem de forma desigual e sub-humana, agravando ainda mais, a desigualdade social.

## **O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI**

Em meio a tantas dificuldades, ainda tem as desigualdades sociais que assolam nosso país. No século XXI, ser professor formado no século XX, não é nada fácil, pois os jovens de hoje possuem muitos mecanismos para aprender, pois são da geração Z (em maioria), ou seja, educandos que nasceram e cresceram em contato com a tecnologia, de forma a se conectarem naturalmente e simples, sem dificuldade. Porém o educador formado sem tecnologia do século XX, encontra dificuldade para desenvolver seu trabalho em sala de aula.

O profissional da educação e a gestão escolar não conseguem mais ensinar como no século passado, necessitando então, articular meios dos quais sejam atrativos para essa nova geração de jovens. Dessa forma, é notório que as instituições de ensino preparem seus alunos para o hoje, para o meio de mercado de agora, para pessoas que não podem ser vistas separadas do meio social, mas sim, fazendo entender que elas também fazem parte desse meio. Entendendo que na atualidade se trabalha os quatro pilares da educação, para assim o indivíduo atuar de forma plena na sociedade moderna, são eles:

aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão;  
aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades

humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes” (DELORS, 1998, p. 90 – grifo nosso).

Esses quatro pilares seria a chave para a formação de ser pleno e entendedor do meio que o rodeia. Competências necessárias para a educação do século XXI. Como defendia **Jacques Delors em sua obra** “Educação: um tesouro a descobrir” (DELORS et al., 1998).

Assim, o aprender a conhecer configura a necessidade de conhecer o ambiente que o cerca, com a finalidade de desenvolvimento e do saber. Sabendo que a sociedade exige muito do ser humano e que é fundamental que desde criança o aprender a conhecer se torne algo prazeroso e dinâmico na vida do indivíduo, compreendendo o mundo que a cerca e assim, poder agir de forma consciente e verdadeira.

Dentro do aprender a fazer, em sintonia com o processo de aprendizagem em pleno século XXI não se pode mais querer que o indivíduo aprenda a fazer algo de forma desassociada do convívio de seu trabalho, pois nessa vertente a cooperação é algo fundamental para o equilíbrio do ambiente.

Dessa forma, pode-se entender que em consonância com o mesmo, o aprender a conviver se torna peça fundamental no âmbito do progresso empresarial. Aliás, ensinar tal competência não é nada fácil, pois vivemos em uma sociedade violenta, sem tolerância religiosa, sem respeito ao diferente. Tais conflitos sempre existiram na sociedade, porém nunca se falou tanto como agora, em preparar o educando para atuar de forma mais harmoniosa com o próximo. Com isso há a necessidade de se pensar na coletividade dentro do ambiente escolar, evoluindo a capacidade de cooperação e dinamismo para a resolução de conflitos e crescimento da turma.

Hassenpflug (2004) relata, assim como Delors (2001), que o Aprender a Conviver consiste num dos maiores desafios da educação, haja vista que o clima de exacerbação em torno da competição social desfavorece amplamente a cooperação entre as pessoas, e também a convivência baseada na igualdade.

Além disso, a autora salienta que não nascemos conhecendo as regras de convivência. Elas são construídas, aprendidas e exercitadas até que sejam

interiorizadas pelos indivíduos e transformem-se num padrão contínuo de conduta, se expressando de forma natural.

Visto que as metodologias aplicadas em sala de aula precisam ir de encontro com a necessidade da turma, gerando assim, um desenvolvimento não só do saber, mas também, da convivência e da empatia no âmbito escolar, em busca de um ser pleno capaz de gerenciar os conflitos existentes entre os mesmos.

Dando continuidade, para Jacques Delors - Os Quatro Pilares da Educação, evidencia que:

Aprender a ser, para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal. Para isso, não negligenciar na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se.

Nessa vertente, o aprender a ser entende o indivíduo como um ser em sua amplitude, capaz de ser autônomo e crítico dentro de uma sociedade em que cada vez mais somos influenciados pelo poder mediático, há a necessidade de cada vez mais fortalecer esse indivíduo para ser o autor de sua própria história. Com isso, ter a capacidade e entender a necessidade de atuação do protagonismo para a efetuação e seu projeto de vida.

## **O IMPACTO DA PANDEMIA E O PERÍODO PÓS PANDÊMICO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Durante o período da pandemia as instituições de ensino foram obrigadas a suspender as aulas e dessa forma, mudando a configuração diante da situação.

Sendo assim, o acesso às aulas passaram a se configurar dentro do modelo remoto, porém muitos estudantes por falta de recursos tecnológicos e alguns pela falta da própria internet, não conseguiram ter acesso às aulas. Vale lembrar, que dentro desse quadro se enquadra ainda os de baixa renda, sendo vulneráveis a

tal configuração. Sabemos que mesmo relacionado à educação, as perdas foram gigantescas, pois muitas crianças passaram a conviver com a falta de comida constante e ainda a perda de familiares. Pessoas tendo que se reinventar para sobreviver, pois a preocupação e a prioridade dos menos favorecidos, agora seria sobreviver diante do caos.

A pandemia dentro de mundo globalizado, vai de encontro para um processo de aceleração de problemas e evidencia ainda mais a desigualdade social. Não se trata apenas da perda de um ensino de qualidade que mostramos aqui, o que na verdade já está sendo sentido no âmbito escolar, mas também, impactos negativos de aprendizagem principalmente para o ensino fundamental. Um exemplo, seria o aluno do 4º ano, com a pandemia retorna para as suas atividades presenciais no 6ºano, ou seja, dois anos fora da mesma.

Retornado para a escola, os que se encontravam em condições precárias, começam a sentir dificuldade de aprendizagem, e assim, alguns sem saber ler e escrever de forma ativa. Nessa conjuntura, cabe ao corpo docente e a gestão escolar, juntos buscarem alternativas de amenizar tal situação. Alguns estados contrataram professores auxiliares para o reforço desses alunos e realmente perceberam em sua totalidade que os alunos do Ensino Fundamental padeceram mais com o ocorrido. Contudo, muitos ao retornar as aulas sentem uma grande dificuldade de aprendizagem. Outro ponto que vale entender é a falta de concentração e foco, vista em muitos educandos.

A UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), declarou que:

O longo tempo de fechamento de escolas e o isolamento social têm impactado profundamente a aprendizagem, a saúde mental e a proteção de crianças e adolescentes.

Sendo assim, é de suma importância relatar dentro desse contexto de pandemia não só o Brasil foi afetado, mas o mundo em sua totalidade. Fato que obrigou o sistema educacional a encontrar novos rumos e novas estratégias dentro de sua viabilidade e as



necessidades vigentes, quebrando paradigmas e levantando novos questionamentos que até então, eram indissolúveis na sociedade educacional.

Dentro de muitas perdas no processo de ensino aprendizagem que conseqüentemente já começa a ser sentido, e que a tendência é se agravar, pois os educandos que vivem na marginalização, acabam por necessidade desanimando de aprender, buscando assim, estratégias de sobrevivência, já que houve o aumento da desigualdade. Sob esse viés, o período pandêmico acabou sendo um longo tempo sem ter o vínculo efetivo com a escola, perdendo assim, práticas de convivência e o sentimento de pertencimento para com o ambiente escolar.

A Atricon ( Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil) e mais alguma entidades informaram que:

Devido à suspensão das aulas presenciais, agravada pela falta de acesso à internet e às ferramentas de ensino remoto a muitos estudantes, houve uma perda de vínculo entre escola, professores e alunos, com dados que indicam um contingente de quase 5 milhões de crianças e adolescentes privados do seu direito à educação ao longo de 2020”.

Infelizmente, tal relato confirma a realidade vigente e que tal vínculo com o retorno das aulas, precisa ser fortalecido, claro, isso será um trabalho árduo de toda equipe escolar, porém necessário para evitar o aumento da evasão escolar.

Ainda durante a pandemia, houve o agravamento das doenças mentais, configurando o aumento de uma mazela na sociedade brasileira. Isso se deu devido ao mais tempo dentro de casa, aumentando o período de mais acesso com a internet e com a televisão. Para os fumantes, houve um aumento no consumo do cigarro e da bebida alcohólica. Um período diferente e que muitas pessoas não conseguiram passar pelo período de forma saudável, um exemplo foi a questão de não praticar uma atividade física e assim por consequência, diminuição do hormônio do prazer- a Serotonina- popularmente conhecida como hormônio da felicidade.

Para Guilherme Polanczyk (professor de Psiquiatria da Infância e Adolescência da FM-USP) afirma que : “A pobreza é o fator de risco mais consistente para transtornos mentais. E o Brasil tem 20 milhões de crianças, entre 0 e 14 anos, vivendo na pobreza”.

Com tal afirmação, fica claro que a desigualdade social no Brasil é “gritante”, trazendo o aumento principalmente da depressão e da ansiedade entre os jovens.

Nunca se falou tanto em problemas mentais entre os adolescentes. Vemos educandos com celular bom, tênis novo, roupas da moda, tudo que a mídia e a propaganda pode oferecer e influenciar a nova juventude do século XXI, tendo preocupação exagerada com a aparência, claro, precisa se mostrar sempre belo nas redes midiáticas. Contudo, esquecem de cuidar da parte mais importante, a mente, e sabemos se não bem cuidada, pode ser um grande problema para as gerações atuais e futuras. Pesquisas já confirmavam que a depressão ir matar mais que o câncer nesse novo tempo, o que exige medidas eficazes para a secretaria de saúde e para os órgãos governamentais.

O sociólogo e filósofo judeu polonês Zygmunt Bauman, no século XX já tinha uma visão de fatos que iria afetar a vida da sociedade atual. Bauman enfatiza que a sociedade atual em que vivemos, classifica como a sociedade líquida, mostrando que o amor, a amizade se tornam líquido, ou seja, não duram muito. Tal fato, faz com que cada vez mais as pessoas busquem uma alegria na individualidade, na compra de produtos, com o intuito de se satisfazer momentaneamente.

“No mundo líquido moderno, de fato, a solidez das coisas, tanto quanto a solidez das relações humanas, vem sendo interpretada como uma ameaça: qualquer juramento de fidelidade, compromissos a longo prazo, prenunciam um futuro sobrecarregado de vínculos que limitam a liberdade de movimento e reduzem a capacidade de agarrar no vôo as novas e ainda desconhecidas oportunidades.”

Sendo assim, um indivíduo mais propício a restringir sua convivência com o outro, vivendo em sua bolha, se torna algo mais

agravante com a pandemia em que realmente os laços de afeto ficaram restritos aos que moravam na mesma casa, distanciando mais ainda os indivíduos e aumentando os casos de ansiedade e depressão. Com tanto desenvolvimento, tecnologia e o acesso aos meios tecnológicos é algo evidente e necessário o convívio entre os seres humanos, os apertos de mão, o abraço. Tudo isso faz parte das relações humanas e mais do que nunca na modernidade esses gestos simples foram tão necessários para nós.

Todo processo envolvendo a sociedade tem sua contribuição negativa e positiva. O período pós pandêmico, trouxe consigo dificuldade até então ocultadas na sociedade, porém relevantes dentro do âmbito social. O retorno às aulas configurou uma nova realidade. Crianças, adolescentes e jovens com defasagem no conteúdo e ainda com a saúde mental abalado, necessitando de um olhar mais ativo tendo políticas públicas para tentar mitigar a realidade vigente. Dentro desse viés, é possível notar no retorno às aulas que muitos alunos estão tendo dificuldade em produzir um texto, tendo lógica e coerência. Assim, há a necessidade de projetos ativos, no intuito de desenvolver a escrita do educando. Conectando a tal situação, no ensino fundamental houve a necessidade de reestruturar uma nova forma da produção textual, sendo utilizado estratégias dinâmicas e lúdicas para os mesmos. No ensino médio, o foco é trabalhar o texto dissertativo argumentativo, pois o mesmo é exigido no Enem (**Exame Nacional do Ensino Médio**) e o Estado do Espírito Santo, tem disponibilizou a plataforma da Letrus- sendo uma inteligência artificial com o intuito de dar suporte ao educando. Todavia, tal plataforma auxilia o professor de Língua Portuguesa com a finalidade do aluno se tornar mais protagonista e capaz em suas produções.

A realidade mostra alunos conectados o tempo todo, porém muitas das vezes, não conseguem utilizá-la no intuito de agregar valores. Essa plataforma usa as cinco competências do Enem para corrigir suas redações, incentivando à uma produção coerente e dinâmica no âmbito educacional. Todavia, a produção textual, dos alunos do 3º ano do ensino médio terá como contribuinte em seu

aprendizado as plataformas digitais e a reestruturação da gestão escolar para trilhar esse novo caminho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações feitas, observa a necessidade do educador do século XXI fazer uso da tecnologia e assim tornar suas aulas mais dinâmicas e ativas, pois o aluno da geração Z necessita de um estímulo para seu aprendizado. Vale ressaltar que o período pandêmico acelerou ainda mais o contexto da desigualdade social do Brasil. Dentro desse cenário, o fundamento da educação não é mais reduzido as matérias da BNCC, mas também aos quatro pilares da educação, necessários para a formação do indivíduo em sua plenitude.

Ainda na pós pandemia a dificuldade da produção textual na vertente do texto dissertativo se acentuou, evidenciando uma preocupação no âmbito educacional, principalmente aos alunos do ensino médio. Nesse contexto, ensinar na atualidade se torna cada vez mais difícil e desafiador para os profissionais da educação.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Cristiane. Alves.; FERREIRA, Valdivina. Alves.; BARBOSA, Fabiana. Carla. Gomes. Desigualdades de acesso a educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso as tecnologias e das alternativas de ensino remoto. **Rev. Com. Censo.** n. 22, v. 7. 2020.

CARVALHO, Marisa. **Acesso, equidade e aprendizagem:** desafios em tempos de Covid 19. Ensinar e aprender em tempo de COVID 19: entre o caos e a redenção, 119-122. GS Search,2020.

MORAN, José. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda.** In: BACICH, Lilian., MORAN, José. (Org). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. [recurso eletrônico]. – Porto Alegre: Penso, 2018.

PRONKO, Marcela. **Educação pública em tempos de pandemia**. In: Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral / Organizado por Letícia Batista Silva e André Vianna Dantas. - Rio de Janeiro: EPSJV, 245 p. 2020.

<https://anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/JoedsonBritodosSantos-ComunicacaoOral-int.pdf>

<http://www.profsergio.net/delors-pilares.pdf>

Revista Educação Pública - Ensinar e aprender a conviver (cecierj.edu.br)

Aprender a conviver (Competências Sociais) (1library.org)

<https://1library.org/article/aprender-a-conviver-compet%C3%AAscias-sociais.y8kg6w0y#:~:text=Hassenpflug%20%282004%29%20relata%2C%20assim%20como%20Delors%20%282001%29%2C%20que,pessoas%2C%20e%20tamb%C3%A9m%20a%20conviv%C3%AAncia%20baseada%20na%20igualdade.>

<https://gente.globo.com/o-impacto-da-pandemia-na-educacao-brasileira/>

<https://canaldoensino.com.br/blog/o-que-sabemos-sobre-os-impactos-da-pandemia-de-covid-19-na-educacao#:~:text=Para%20Pasi%20Shalberg%2C%20educador%20finland%C3%AAs%20que%20tamb%C3%A9m%20falou,o%20desconhecido%20e%20a%20vis%C3%A3o%20de%20mundo%20org%C3%A2nica.>

<https://escolaeducacao.com.br/educacao-em-2020-maiores-perdas-e-ganhos-na-pandemia/>

<https://agencia.fapesp.br/o-agravamento-dos-transtornos-mentais-durante-a-pandemia/34505/>

# DOS BENEFÍCIOS À PRÁTICAS DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Albertina Oliveira de Lima<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre a revisão da literatura e quais os benefício e práticas da leitura na Educação Infantil. A relevância deste tema demonstra a seriedade no processo da aprendizagem presente no cotidiano de alunos e professores, proporcionando o uso de modernos recursos de ensino na escola e, assim, promovendo melhorias da leitura na educação infantil.

Com base em um revisão bibliográfica, coletamos informações por meio de uma análise de diferentes ideias apresentadas em artigos e livros que abordam a temática em questão. Assim referenciou-se os autores como: Vygotsky (1998); Mukhina (1996); Duarte (2001); Mello (2003); Almeida (2008); Freire (1997) Chagas (2010), entre outros.

A pesquisa traz como identificação as questões que envolvem os problemas de aprendizagem em relação à leitura e a escrita, como ler, para que haja no aprendizado uma melhoria na educação e que a criança já tenha este hábito de ler desde cedo.

Assim o avanço das tecnologias da informação permitiu a criação de ferramentas que podem ser utilizadas pelos professores em sala de aula, o que possibilitou maior disponibilidade de informações e recursos para o aluno, tornando o processo educacional mais dinâmico, eficiente e inovador.

---

<sup>1</sup> albertynaoliveira@hotmail.com. Doutoranda em Ciências da Educacionais pela Universidad Colúmbia del Paraguai, Mestra em Ciências Educacionais pela Universidad Colúmbia del Paraguai, Pós Graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica; Graduada em Ciências Biológicas pela UPE- Universidade de Pernambuco.

Chagas (2010) faz um paralelo histórico entre a profissão de professor e os recursos utilizados na realização de suas atividades pedagógicas afirmando que:

A profissão de professor sempre teve uma relação direta com livros, giz, quadro negro e papel. Nos últimos anos, isso mudou bastante. O universo de recursos do docente entrou em expansão – pode não abrir mão do material de sempre, mas incorpora hoje uma relação direta com as tecnologias [...] trazendo novas perspectivas para o ensino. (CHAGAS, 2010, p. 16)

Outrossim, recursos tecnológicos são referenciados por vários autores que atestam a importância da leitura no ensino-aprendizagem. Além do mais aplica-se de maneira responsável e criativa, trazem benefícios aos professores e alunos.

Destarte a habilidade de ler e escrever são imprescindíveis, tão singulares para a vida de uma criança, onde a sua experiência escolar se constitui em facilidade ou dificuldade no aprender; a leitura vai além de uma simples decifração de códigos, ela implica na relação que o leitor estabelece com a própria experiência através do texto, o saber ler tem sido assunto muito relevante entre os educadores, tem sido uma tentativa de ensinar a leitura de uma forma significativa com metodologias e prática viáveis. Assim, o ato de ler é um desempenho muito importante na aprendizagem do indivíduo. Ler o mundo é compartilhar o conhecimento do mundo analisado; assim a educação demonstra no ato de produção a construção do saber, como prática de liberdade.

De acordo com Becker (apud MARICATO, 2005, pág. 22), “Para trabalhar literatura com as crianças é preciso possibilitar a elas o contato com os dois matérias: aquele que é para ser lido (livros, revistas, jornais, entre outros), e, aquele que é para ser rabiscado (folhas sulfite, caderno de desenho, lousa, chão)”. Assim, para os autores, trabalhar o desenvolvimento da escrita da criança e sua leitura é necessário ter muitos subsídios de ilustração que a envolva. A leitura precisa ser instigada na criança desde os primeiros contatos com a literatura, é por isso que muitos livros precisam ser ilustrados e coloridos para que ela sinta prazer e

interesse por esse universo literário muitas vezes distante de sua realidade trazida de casa.

A realidade da criança muitas vezes está distante do livro, os pais nunca ofereceram livros e deram acesso a essa criança a bibliotecas. Muitas vezes essa criança estuda em escolas precárias, sem livros e sem tecnologia. É um desafio para o professor e/ou pedagogo alfabetizador despertar o interesse da criança a leitura de histórias sejam das mais simples as mais complexas.

De acordo com Almeida (2008), o respeito à singularidade da criança, destacando a função humanizada do brincar no papel do diálogo entre adultos e crianças, bem como ressalta os aspectos artísticos do trabalho nessa etapa de ensino, o que contribui para a ampliação do conhecimento da realidade, possibilitando uma maior participação no mundo, através da reinterpretação, criação e transformação.

É necessário favorecer subsídios para que a criança entre no universo da leitura, tornando-a fantástica, criativa e levando a criança a viajar naquele contexto.

Acredita-se que um trabalho sobre leitura e escrita é de suma importância para os pedagogos atuais, levando em consideração um mundo tecnológico, onde as (TICS) se sobressaem, e muitas vezes o professor não sabe como levar um mundo lúdico e ao mesmo tempo teórico e expositivo ao seu aluno. O conhecimento resulta de uma motivação dos seres humanos para explicar o mundo e a si mesmo, bem como para responder aos desafios que o ambiente lhes propõe. Desde que nascemos temos o desejo de conhecer, de explicar o que é percebido.

## **DESENVOLVIMENTO**

O Referencial curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) ressalta a importância do manuseio de materiais de textos (livros, jornais, cartazes, revistas etc.) uma vez que, ao observar produções escritas a criança, vai conhecendo as características formais da linguagem. Isso é visível quando uma criança folheia



um livro, emite sons e faz gestos como se estivesse lendo. A criança só construirá conhecimento acerca da leitura se estiver inserida em um ambiente favorável ao letramento que a possibilite presenciar e participar de situações de iniciação de leitura (BRASIL, 1998).

O professor precisa contextualizar as atualidades que a cada dia se renova. É essencial que obtenha informações ao compromisso com a criança para que ela consiga também entender o que o professor está passando, elas precisa se adaptar ao mundo do conhecimento, é fundamental inovar a cada dia, é necessário que o professor tenha um contato em conjunto com o aluno.

De acordo com Coelho (2000), o espaço da escola pode ser dividido em dois ambientes um seria estudo programado (sala de aula, bibliotecas para pesquisa etc.) e outro espaço que seria de atividades livres (sala de leitura, recanto de intervenções, oficinas de palavras, laboratórios de criatividade). Nestes ambientes o aluno assimila as informações e conhecimentos, e é estimulado pra liberar suas potencialidades específicas em cada um dos ambientes, assim:

A abertura para a formação de uma nova mentalidade, além de serem instrumentos de emoções, diversão ou prazer, desempenhadas pelas histórias, mitos, lendas, poemas, contos, teatros, etc. Criadas pela imaginação, poética, ao nível da mente infantil, que objetiva a educação integral da criança, proporcionando-lhes a educação humanística e ajudando-a na formação do seu próprio estilo (COELHO, 2000, pág.30).

Contextualizando a escola busca conhecer e desenvolver na criança as competências da leitura e da escrita e a literatura infantil pode influenciar de maneira possível neste processo de aprendizagem. Aprendizagem ocorre quando a criança chegar à escola, mesmo sem apresentar domínio de alguns elementos essenciais para o desenvolvimento, é a escola que proporcionará esse aprendizado.

Coelho (2000) afirma que um ambiente propício ao aprendizado não pode ser estático, mas deve ser mutável de acordo com as atividades propostas para cada currículo. É importante perceber nesse apanhado que não existe um ambiente melhor que

outro, ou uma atividade melhor que outra, mas ter a sensibilidade de entrelaçar momentos mais expositivos com atividades mais lúdicas, onde a criança possa a partir daí ir desenvolvendo as suas competências de leitura em diversos contextos, sejam metódicos ou sejam, visuais, palpáveis e até musicais.

Percebe-se como é importante o papel do mediador do professor, para que o aluno se aproxime da leitura, faz-se necessário que o educador atribua a uma finalidade que seja prazerosa, e não apenas cumprir obrigações escolares, pois só assim será possível formar leitores para a vida toda, o hábito de ler deve ser prazeroso, gostoso, assim podemos chegar a um contexto definido.

Para Vygotsky (1982), a existência do vínculo e movimentos em sentidos opostos entre os conhecimentos, no processo de formação dos conceitos científicos e cotidianos há uma influência mútua entre eles, o que permite a evolução de ambos.

[...] O conceito espontâneo da criança desenvolve-se para cima, das propriedades mais elementares e inferiores as superiores ao passo que os conceitos científicos se desenvolvem de cima para baixo, das propriedades mais complexas e superiores para as mais elementares e inferiores (VYGOTSKY, 1982, pág. 252).

Apesar de ampla discursão e participação dos segmentos que defendem a educação não como um serviço de satisfação ao cliente ou uma mercadoria, mas como um bem para as reformas educacionais. É preciso que se faça com gosto, com entusiasmo, a educação é um bem mais prazeroso que temos, porque nos tornamos cidadãos e podemos tornar críticos de nós mesmos. A educação é um bem precioso, mas para quem sabe o que é.

Para Almeida (2008), mesmo concluindo a educação básica, grande parte dos indivíduos não adquiriu a capacidade de ler necessariamente para usar de forma competente a leitura e a escrita, surgindo o conceito de analfabetismo utilitário, (funcional). No Brasil, onde o fenômeno do analfabetismo se faz ainda presente e está associado a práticas discriminatórias e preconceituosas, o uso

dessa nova tecnologia resultou na ampliação das taxas de analfabetismo que passaram a englobar não só as pessoas que tiveram acesso limitado à escolarização ou que têm domínio limitado das habilidades de leitura e escrita.

Com o surgimento do termo analfabeto funcional, houve um aumento significativo nas taxas de analfabetismo que atinge todos os que não dominam a prática de leitura e escrita com eficiência. É preciso que se preocupe com esse problema, para que a cada etapa se busque cada vez mais os conhecimentos e que todos possam se adaptar as mudanças que vem a cada dia.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o 1º ciclo do ensino fundamental, o ensino/aprendizagem da linguagem deve partir da vivência dos alunos, do repertório linguístico que possuem, da cultura que carregam em sua experiência de vida e das várias utilidades que podem fazer deste instrumento, testá-los, confirmá-los e aperfeiçoá-los. No segundo ciclo, o objetivo é o de aumentar o ritmo de leitura e escrita, explorar e ampliar o uso da linguagem, agilizar a organização das ideias e a interpretação do que é lido, desenvolver o gosto pela leitura e sentir-se parte do mundo através da informação da pesquisa e investigação, da diversão e lazer, da revisão, etc. É preciso investigar tanto os aspectos ligados ao conhecimento da escrita alfabética, quanto à linguagem usada para ler e escrever, assim os PCNS afirmam que:

[...] a ênfase que se está dando do conhecimento sobre as características discursivas da linguagem que hoje se sabe essencial para a participação no mundo letrado – não significa que a aquisição da escrita deixe de ser importante. A capacidade de decifrar o escrito é não só condição para a leitura independente como-verdadeiro rito de paisagem- um saber de grande valor social (BRASIL, 1997, pág. 34).

Então, a finalidade de aprender a ler, que era apenas para decifrar sons e letras, fazer interpretação a risco do texto que se lê. Hoje, sabe-se que o leitor ativo, tem e deve ter a capacidade de fazer sua própria interpretação, tornando como base o texto, onde as

informações são também com o conhecimento adquirido pelo leitor, onde ele possa expressar as suas próprias opiniões daquilo que se leu.

Segundo Ferreiro (2003, pág. 26) diz que é preciso:

Demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamento a respeito e valor desse objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição do conhecimento, que se propõem problemas e trata de solucioná-los, segundo sua própria metodologia, insistiremos sobre o que se segue trata-se de um sujeito que procura adquirir conhecimento, e não simplesmente de um sujeito disposto ou mal disposto a adquirir uma técnica particular. Um sujeito que a psicologia da lacto-escrita esqueceu.

Por tanto, vemos que a interpretação do acesso ao conhecimento da leitura e escrita evidencia a existência de um processo evolutivo ao longo do desenvolvimento infantil, cujo início é preciso descrever e explicar, porque, a criança recebe todas essas informações do seu meio, assim, como das pessoas com quem convive. Precisamos formar cidadãos críticos e atuantes, precisamos incentivar e colocar um espaço, onde a prática de pensar seja de forma organizada. O falar (linguagem) é superior no desenvolvimento, permite representar a ordem mais significativa de um seguimento, organizado e prazeroso, é uma estrutura indispensável ao seu progresso. Vejo então, que é possível que o exercício de dialogar é buscar compreender os problemas enfrentados no dia-a-dia, tendo como objetivo compreender e buscar práticas para que as crianças se tornem críticas, criadoras e livres para poder expressarem suas ideias e seus pensamentos próprios dentro do conjunto aluno-professor e professor-aluno.

Segundo Teberosky e Colomer (2003, pág.31), “o uso da informativa, ainda não está acessível a todas as escolas e famílias, no entanto, sabemos da importância desta máquina de leitura e escrita para promover o desenvolvimento deste processo”. As práticas de leitura e escrita junto ao computador nos afastam das

mesmas atividades realizadas em salas de aula convencionais, que ainda utilizam apenas suportes de papel. Precisamos repensar alguns conceitos e práticas para alcançar o aluno e promover uma aprendizagem que esteja conectada com sua vida, suas necessidades e seus interesses. É com o objetivo de promover atividades integrando a comunidade escolar como um todo e desenvolver esta convivência de mundo nesta perspectiva de sociedade sustentável.

No contexto escolar é significativa a valorização dos alunos e da família no dentro da escola. Assim “a qualidade das relações afetivas entre pais e filhos determina um papel muito importante no desejo de aprender. Demonstram-se mais entesadas pela escrita, pedem mais perguntas sobre as letras” (TABEROSKI; COLOMER, 2003, pág.130).

Consideramos de fundamental importância à presença da família na vida escolar dos alunos, e isto só é possível numa gestão democrática, onde se busca solucionar problemas através do diálogo, da cooperação e do respeito. Se todos os professores, alunos e pais assumissem o compromisso de trabalhar em conjunto, poderiam assim sanar as dificuldades e tentar despertar o gosto pela leitura e escrita que ocorrem mediante estas práticas que não deveriam ocorrer apenas no seu ambiente escolar, e sim dentro também do seu ambiente familiar.

Segundo Coelho (2000), ao seguir o histórico das histórias infantis, deparamo-nos com o fato de que, em suas origens elas surgiram destinadas ao público adulto, e com o passar do tempo, transformou-se em literatura para os pequenos. Dessa forma, a autora, deixa transparecer que a literatura infantil nasceu da adaptação da literatura adulta, não contendo uma preocupação específica com as necessidades das crianças, surgiu no meio popular com intenção de transmitir valores ou padrões a serem respeitados, mas vale lembrar que, atualmente não tem só esses objetivos, também é usada para proporcionar uma nova versão da realidade, diversão e lazer. Assim:

A literatura infantil é uma combinação histórica entre o locutor ou um escritor adulto e um destinatário criança que por definição, ao longo do período considerado, não dispõe de modo parcial da experiência do real e das estruturas linguísticas, intelectuais, afetivas e outras que caracterizam “A IDADE ADULTA” (COELHO, 2000, pág.30).

Sendo assim é através das emoções, do lúdico, imaginação e fantasias que a criança aprende, ou seja, entende a realidade dando-lhe um significado. A literatura infantil é o caminho que leva a criança ao mundo da leitura de maneira divertida, pois através dela, de seu lúdico faz com que a atenção das crianças se volte a ela.

Nesse sentido é preciso produzir atividades divertidas, desenvolver em sala de aula metodologias diversificadas, fugindo assim das atividades rotineiras que desligam os alunos do prazer pela leitura. Por isto também concordo com Cunha, onde ele afirma que a literatura infantil influi nos aspectos da educação do aluno, e são nas três áreas: atividades, inteligência e afetividade, onde a literatura infantil tem meios para atuar com sucesso.

Os autores Rangel e Rojo (2010, pág. 87) reafirmam a importância da leitura para outras disciplinas e conhecimento, onde diz que “a leitura é necessária para um estudo e a realização de diversas tarefas, em qualquer situação, ela é de extrema importância, inclusive no colégio em todas as disciplinas em que ela é utilizada”, sem falar que na prática da leitura é que se adquire conhecimento, conseqüentemente se conecta ao mundo. “lemos para nos conectarmos ao outro que escreveu o texto, para saber o que ele quis dizer, o que ele quis significar. Mas lemos também para responder às nossas perguntas, aos nossos objetivos”.

A alfabetização tem por objetivo levar o educando a ação/reflexão, interpretando e entendendo seu mundo, tornando-se um transformador crítico da sua realidade social. Alfabetizar é fazer uma ampliação dos conhecimentos da criança através da leitura, é trazer dentro da sala de aula a vivência do educando e sua prática, levando-o a descobrir e dominar a leitura e escrita, não apenas pelo seu valor, mas como fator de crescimento pessoal. Ler e escrever passam a ser, portanto, os instrumentos de domínio da

realidade, tanto do ponto de vista social quanto do cultural e individual. Dessa forma, “a prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica” (FREIRE, 1987, pág. 9).

Portanto, para Freire (1987), investigar a linguagem e escrita para que possamos ensiná-las, é um ato importante do professor e passar melhores condições para que tenha mais meios para expressar sua própria cultura e, entende-la em relação com as demais. A criança precisa ser preparada para o aprendizado da leitura, onde significa oferecer-lhe oportunidade e experiências, onde possa buscar a valorizar seu próprio conhecimento, tornando eles mais críticos. Os benefícios que a leitura promove em sua sociedade são inúmeros, o resgate da cidadania, desenvolvimento de um olhar crítico e competências, aonde vem à interação social, a ampliação, seus conhecimentos, seu vocabulário além de se tornarem profissionais capacitados e competentes.

De acordo com Costa (2009), o investimento na formação do leitor capacita os indivíduos a melhor entender as relações humanas e a rede social, favorecendo maior respeito e a esperança num futuro melhor mais digno e humano. O educador, ao trabalhar a literatura, produz na criança além de informação, instrução, o conto infantil pode dar prazer quando é bem trabalhado. A literatura infantil é um amplo campo de estudos que exige do educador bastante conhecimento para saber adequar os contos de fadas às crianças, gerando um momento propício de encanto e estimulação para sua imaginação. É através da literatura, que as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, a imaginação e outros. Por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais.

De acordo com Costa (2009) é assim para:

A escola mesmo que realize um trabalho competente de formação, não conseguirá consolidar o leitor sem respaldo da sociedade que a sustenta. Na contramão da história, hoje, são as crianças que leem ou contam histórias aos

adultos. A família, embora se posicione a favor, não lê e interfere negativamente no trabalho de formação do leitor, ao privilegiar formas de lazer que, pensa ela, trazem maior prazer do que a leitura na verdade. Somos todos responsáveis pela leitura como somos responsável pelos pais (COSTA, 2009, pág.50).

Contudo é necessário que dentro do ambiente escolar o educador seja o mediador entre o educando e o livro, e para que essas situações ocorram é necessário que seja dado a possibilidade ao educando de viajar pelo mundo da fantasia e do faz de conta por meio da literatura infantil. Ao trabalhar a literatura, produz na criança além de informações, instrução, o conto infantil pode dar prazer quando é bem trabalhado na criança. Ela é ampla, e que exige do educador bastante conhecimento para saber adequar as crianças, tornando um momento propício de encanto e estimulação para a sua imaginação.

É através da literatura infantil, que a criança desperta uma nova relação com diferentes sentimentos e visões do mundo, não há dúvidas de que a literatura infantil é importante, em vários favorecendo o processo de ensino-aprendizagem. A literatura traz uma lição de vida de forma imaginária, contribuindo para uma formação da criança no processo de construção de sua personalidade. Estas habilidades podem ser observadas no aumento do vocabulário, nas referências textuais, na interpretação de textos, na ampliação do repertório linguístico, na reflexão, na criatividade e na criticidade. Todo pacto de leitura, em especial de leitura literária depende do despertar da curiosidade, do encantamento, do prazer, o leitor precisa ter encantamento pelo que está lendo, no momento que despertados o interesse dos pequenos é enriquecedor dentro do seu universo interior e, conseqüentemente o desenrolar dos seus conhecimentos fluem, crescem a cada etapa.

De acordo com Galvão (2005), acreditamos que para se compreender um fenômeno social, é importante que as narrativas sejam acumuladas com outras formas de investigação qualitativa e mesmo quantitativas, como observação e outras fontes,



pesquisadas de suas práticas pedagógicas e com a análise das propostas pedagógicas das instituições pesquisadas. Ele diz que:

[...] O conhecimento da compreensão do que é o ensino pode ser feito a partir da reconstrução dos acontecimentos pelos professores numa situação de partilha de suas histórias. A construção de narrativas possibilita ao professor refletir sobre o que faz e por que o faz. Pois escrever curáncim a prática pedagógica desenvolvida no contexto da escola oportuniza a reflexão sobre as situações vividas. Podendo levar o professor a redimensionar a sua atuação (GALVÃO, 2005, pág. 330).

É por essa razão que além de ser uma importante ferramenta de produção de dados para a pesquisa, as histórias, os contos, configuram-se como possibilidade de formação e auto formação, favorecendo um processo de emancipação conforme aprimorar não apenas seu exercício docente, como também sua vida pessoal, a partir de uma tomada de consciência sobre sua atenção enquanto sujeito social.

Kramer (2006) destaca a importância de a escola tomar a realidade das crianças como ponto de partida para o trabalho, reconhecendo sua diversidade. Assim, se a escola reconhece que a maioria das crianças vive em contextos que não possibilitam a vivência de variadas situações de letramento, então é a escola o espaço e tempo ideal para que essa vivência aconteça. Nessa perspectiva, a nosso ver, as metas da instituição deveriam contemplar as aprendizagens de todas as crianças, sem distinção. Assim:

A frequência à pré-escola favorece o desenvolvimento das crianças em testes no início da escolaridade formal. O que questionamos é a desconsideração de outros. Aspectos importantes ao desenvolvimento infantil no agora. Privilegia-se o desempenho dinâmico em detrimento do desenvolvimento motor afetivo. (KRAMER, 2006, pág. 38).

Então é preciso que a infância seja vivida de forma intensa e prazerosa no presente, tanto nos aspectos cognitivos, afetivos, psicomotor, ético, estético e social. Algo para que a criança que lhe será cobrado no futuro. Onde se representará um benefício para ela

nesse momento, no seu processo atual de desenvolvimento e aprendizagem. Essa reflexão vale para a educação infantil e para o ensino fundamental, pois, a educação infantil e o ensino fundamental são indissociáveis, ambos envolvem conhecimentos e afetos, saberes e valores, cuidados e atenção, seriedade e risco.

Na educação, o objetivo é garantir o acesso de todos que assim desejarem, dando a eles o direito de formação cultural. É dever que as crianças como sujeitos de cultura e história sejam sujeitos sócios. Então, na educação infantil e no ensino fundamental devem levar em conta a singularidade das ações infantis e o direito a brincadeiras, à produção cultural, na educação infantil e no ensino fundamental, assim as crianças podem aprender e a brincar.

Então vemos que especificamente à linguagem oral e escrita estão relacionadas em competências e habilidades. Estão ligadas entre si e auxiliam de forma direta. A aquisição da linguagem escrita pela criança, fator determinante para a compreensão da criança no cotidiano pelos quais as crianças se expressam. É acreditar na transformação do mundo pelo caminho, é acreditar na capacidade de todos os seres humanos alimentarem junto o contexto da mudança, onde o ambiente cultural nasce e se desenvolve no processo do conhecimento através da interação do sujeito historicamente situado com o ambiente sociocultural onde vive.

A criança aprende também com o contato com o brinquedo, é nele que a criança preenche necessidades dela, onde estão ligadas a tudo aquilo que é motivo de ação através do brincar, o que é vida real passa a despercebido para a criança, mesmo de forma oculta, onde todos os jogos se tem regras, exige liberdade de ação. Porque, o conhecimento se constrói por etapas, por caminhada longa, que podemos conquistar no passar dos anos.

Leontiev (1978) atribui importância fundamental à linguagem, como aspecto da atividade coletiva do homem, afirmando que ela se constitui na segunda condição indispensável do processo de apropriação. A linguagem é assim, uma adaptação reproduzida pelo homem a fim de que a compreenda e a utilize no meio social onde vive. Assim, o período da infância pré-escolar é o início da

formação inicial da personalidade, o período do desenvolvimento dos mecanismos pessoais da conduta, é o período da formação dos mecanismos psicológicos da personalidade:

De acordo com Leontiev (1978) ele diz que:

Esse meio imediato é o grupo social a que pertence e que constitui o domínio da sua comunicação direta. Nele o homem produz os meios da sua própria existência e, mediatiza, regula e controla este processo pela atividade, desempenhando na natureza, o papel de potência natural (LEONTIEV, 1978, p. 172).

Então é necessária a existência da linguagem para o desenvolvimento, isto é, entrar em contato com as particularidades sonoras de uma linguagem para desenvolver a capacidades de ouvir, compreender, pensar. Assim, o desenvolvimento acontece por meio das relações sociais, dos processos de educação e de comunicação. As dificuldades no desenvolvimento de talentos intelectuais superiores não se explicam pela incapacidade, e sim pelo lugar que ele ocupa nas relações sociais. Neste contexto a escola passa a ter grande importância na formação das crianças e, deve-se pensar nela com base nos direitos da criança, pois, a escola sendo feita para as crianças também construída por elas esse modelo de fundamentação se dá na visão da criança como sujeito ativo.

Embora seja possível compreender que o desenvolvimento da personalidade da criança inicia-se na infância. A infância é um direito da criança, é um período específico da vida humana, no qual deve ser privilegiada, a existência de relações da criança com o mundo constituído de pessoas e objetos num contexto único.

A história da escrita remete ao desejo da criança. Por isso, a correta organização do tempo e do espaço para que ela desenhe, pinte, fale, dance, represente, modele, esculpa e brinque de faz-de-conta permite o exercício outras formas de expressão e cria as condições para que se constitua como leitora e escritora.

A linguagem escrita vive a um plano posterior. Nosso ensino da escrita não se baseia ainda no desenvolvimento natural das necessidades da criança,

nem em sua própria iniciativa. Chega de fora, das mãos do professor e lembra a aprendizagem de um hábito técnico, como, por exemplo, tocar o piano. Com semelhante proposição, o aluno desenvolve a agilidade de seus dedos e aprende, lendo as notas, a tocar as teclas, porém não o introduzem na natureza da música (VYGOTSKY, 1995, pág. 1983).

É necessário o envolvimento da criança na escola, também, se dê por meio da expressão oral, para que ela se desenvolva as suas habilidades. Porque a palavra expressa o pensamento da inteligência, estabiliza o sentido, organiza o mundo para aquele que passa a ver e a conhecer a cultura humana e a natureza. Através dela ampliaremos a nossa memória, aprimoramos o nosso conhecimento do mundo, o controle da nossa própria conduta que se exerce pela linguagem interna. Permite-nos ampliar cada vez mais o nosso pensamento.

De acordo com Mukhina (1996), nas etapas primitivas do desenvolvimento da sociedade, a criança, desde seus primeiros anos de vida, era incluída nas atividades dos adultos aprendendo, na prática, o uso dos instrumentos. Dessa maneira, nessa fase, não existia o jogo separando do trabalho. O conceito de homem, a partir do qual pode ser possível extrair um novo conceito de infância, bem como apresento as preposições teóricas sobre a leitura e a escrita de modo a compreender, com mais profundidade, o papel do brincar na educação das crianças de seis anos e no processo de apropriação da leitura e da escrita. O brincar na educação infantil procura pensar o papel das atividades e vivências infantis como criança pequena.

Segundo Mukhina (1996) é a criança que:

Não tem uma fantasia mais rica, mas em muitos aspectos, mais pobre do que a do adulto. A experiência total da criança é muito inferior, portanto, pode imaginar muito menos coisas do que o adulto tem menos material para a imaginação. A imaginação em constante funcionamento amplia o conhecimento, que a criança tem do mundo circundante e lhe permite extrapolar os limites de sua pobre experiência pessoal. Mas isso requer o controle constante do adulto, para que a criança saiba distinguir entre o imaginário e o real (MUKHINA, 1996, pág. 294).

Então, vemos a imaginação, dessa maneira, o papel da reprodução da ação, o papel do lúdico, do brincar tornando a aprendizagem mais gratificante para que aos poucos faça este hábito com prazer. Porque quando a criança está brincando, não atrapalha nem mesmo suas próprias ações concretas, produzindo com prazer tudo que faz. Precisa-se que se permita aprender com as atualidades do nosso dia-a-dia, e cada vez aprendeu mais, para que tornamos crianças com a sua própria identidade, sabendo distinguir o seu próprio pensamento. Esse objetivo para serem concluídos deve desenvolver na criança as ações orientadoras, utilizando ao máximo os tipos de atividade infantil que caracterizam cada idade.

A infância é um período fundamental para a aprendizagem da criança, onde se definirão as bases e formarão essa etapa da vida do sujeito. Precisam pensar temas que envolvam a criança, exige que ela seja envolvida no contexto do ler e aprender, devem ser conquistadas para esse hábito, que para o futuro é tão proveitoso e abundante nas evidências da linha de conhecimento, a criança precisa estar integrada a vida cultural e humana, para que ela consiga se apropriar com clareza tudo que se obtém no conhecimento do ler e aprender.

De acordo com Poppovic e Moraes (1996), ter um nível suficiente sob determinados aspectos, para iniciar o processo da função que é a leitura e sua transformação gráfica, que é a escrita. Com base nesses conceitos, a autora propusera na época um programa para o desenvolvimento de funções específicas contendo exercícios que visavam ao trabalho com diferentes aptidões e atitudes consideradas prévias à aprendizagem da escrita e leitura. Nesse contexto a finalidade não era entrar no campo da alfabetização, mas sim, dar elementos à professores para a elaboração de um programa graduado de exercitação que pudesse as crianças em condições adequadas para enfrentar esse processo.

O treinamento motor, que está incluído em todos os exercícios, é feito em forma de recorte e colagem na 1ª e 2ª etapas, e com o uso do lápis na 3ª etapa

o uso de formas gráficas como números e letras não significa uma entrada no campo da escrita, o que seria totalmente prematuro, antes da aquisição da leitura, mas apenas um treinamento motor da movimentação direcional certa que a criança necessitará mais tarde (POPPOVIC; MORAES, 1996, p. 23).

Com bases nesses princípios, pode-se concluir que o trabalho na educação infantil deve-se diversificar o contato direto da leitura e escrita e se concentrar no estímulo aos chamados pré-requisitos, onde, para aprender a ler e escrever, conclui que tal desenvolvimento de habilidades de coordenação viso-motora, memória visual e auditiva, orientação definida, articulação adequada de palavras, atenção e concentração, podendo assim, desenvolver habilidades prévias em contextos a leitura e a escrita. Poderíamos iniciar o trabalho excessivo com letras, começando pelo conhecimento e escrita de vogais, seguindo o trabalho com as consoantes e famílias silábicas.

É neste contexto que o trabalho na educação infantil está a ideia de que o hábito da leitura e escrita corresponde a aquisição como se estivesse um código de transcrição do escrito para o oral e vice-versa; bastando que a criança memorize as associações sonográfica para sua alfabetização, podendo assim prosseguir no ritmo da alfabetização dentro do contexto positivo ao desenvolvimento da criança. O processo do desencaminhar da criança está no desenvolvimento de habilidades perceptuais e motora. A diferença é que letras e palavras são utilizadas para o treino da percepção e habilidades motoras das crianças, também temos em outros traçados que são através de formas e figuras, onde a criança também percebe seu ritmo de aprendizagem.

A educação infantil alfabetizada ou lendo palavras simples, por meio de exercícios variados, ditado de letras, sílabas de palavras, podendo também ilustrar com textos pequenos em quadrinhos. Então, este caminho se torna mais interessante e bastante criativo para que as crianças gostem das atividades aplicadas no decorrer das aulas e do cotidiano, permite que ela aprecie, enfatize com o gosto de observar através de imagens quadrinhos e outras coisas mais. As

crianças sabem, pensam, estimulam os seus pensamentos, mesmo antes de serem alfabetizadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve o objetivo de analisar os benefício e práticas da leitura na Educação Infantil, relacionando o processo ensino-aprendizagem a humanização do homem no sentido da educação, assim observando a um segundo plano ou até mesmo a fim de se priorizar uma educação cujo foco é a antecipação da escolaridade e a alfabetização. Enfatizando ainda a relação entre o fogo de faz-de-conta e o desenvolvimento humano bem como sobre suas aplicações no processo de apropriação da leitura e da escrita na infância, tendo por base os pressupostos da teoria histórico-cultural.

Com esse contexto, este trabalho relaciona o desenvolvimento e a formação da função simbólica da consciência à progressão na educação cada vez mais simbólica do faz-de-conta. Pretendeu-se também, (re) conceitualizar o brincar por entender que esta atividade deve-se ser explorada para alfabetizar as crianças, onde o papel do professor é de criar mediações entre a criança e a cultura. Entendendo-se que se é de suma importância socializar com os colegas, professores de educação infantil e do ensino fundamental, as ideias elaboradas possibilitando um debate sobre os trabalhos pedagógicos alternativos, no qual o brincar seja focado como um fazer que contribua para o desenvolvimento infantil e provoca a apropriação de capacidades humanas, dentre elas, ler e escrever.

A análise dos dados e os conceitos aqui trabalhados permitiram pensar implicações pedagógicas envolvendo: conceito de criança e de infância, a atividade na escola, o brincar e a apropriação da cultura a consciência no faz-de-conta, a fala e o gesto sintético e o surgimento de uma nova atividade. Ao focar o conceito de criança e de infância, é possível concluir que atribuem um sentido à infância vendo-o como um período preparatório a vida adulta, embasada num conceito de criança e de infância como fator de preparação para o futuro.

Desse modo, o compromisso com o enriquecimento das vivências infantis fundamentado no pressuposto de que não basta oferecer a criança elementos com os quais possa brincar, mas, faz-se necessário atuar no sentido de propiciar-lhes vivências no ato de brincar.

Desse modo é o professor é quem incentiva, planeja, cria situações e atividades de forma que as crianças aprendem a ler e escrever. Nesse sentido as vivências lúdicas propiciadas pelas brincadeiras oportunizadas às crianças fazem os processos de comunicação e aprendizagem tornando-as atividades essenciais para a leitura e escrita. Por fim acredita-se que a implementação do brincar na rotina escolar e na educação infantil contribui para o desenvolvimento do psiquismo infantil, possibilitando um repensar a respeito da importância dessa atitude e assim instigar o prazer da leitura e escrita no cotidiano do indivíduo dentro e fora do contexto escolar.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Desenvolvimento da escrita**: 100 propostas práticas para o trabalho com crianças de seis anos. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 3.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: língua portuguesa. Brasília, DF, 1997.
- CARVALHO, Maria Ângela Freire de; MENDONÇA, Rosa Helena. **Práticas de leitura e escrita**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.
- CHAGAS, Catarina. Novas perspectivas tecnológicas. Revista TV Escola, Curitiba, n. 3, p. 16, nov. /dez. 2010.
- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teoria, análise, didática. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2000.



- COSTA, Marta Morais da. **Literatura infantil**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.
- DUARTE, N. **Educação escolar**: teoria do cotidiano e a escola de Vigotski. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez, 2003.
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, Tânia Maria de Campos. **O fracasso dos jovens frente ao processo de leitura e escrita**: suas causas, implicações e consequências. 2007. Disponível em: <<http://www.profala.com/arteducesp91.htm>>. Acesso em: 10 maio 2015.
- GALVÃO, Cecília. Narrativas em educação. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 11, n. 2, p. 327-345, 2005.
- KRAMER, Sonia. **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a educação infantil. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- LEONTIEV, Alexei N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 5. ed. São Paulo. Ícone, 1988.
- \_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- MARICATO, Adriana. O prazer da leitura se ensina. **Criança**, Brasília, DF, n. 40, p. 18-26, set. 2005.
- MARQUES, Luciana P.; MARQUES, Carlos A. Dialogando com Paulo Freire e Vygotsky sobre Educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED), 29., 2006. **Anais...** Caxambu, 2006.
- MELLO, Sueli Amaral. Algumas contribuições da escola de Vygotsky para a compreensão dos problemas de indisciplina na escola. In: GARCIA, W. G.; GUEDES, A. M. (Orgs.). **Núcleos de ensino**. São Paulo: UNESP, 2003. p. 70-78. (Publicações UNESP, 1).

\_\_\_\_\_. Algumas implicações pedagógicas da Escola de Vygotsky para a Educação Infantil. **Proposições**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 16-27, mar. 1999.

\_\_\_\_\_. Concepção de criança e democracia na escola da infância: a experiência de Reggio-Emilia. **Cadernos da FFC**, Marília, v. 9, n. 1, p. 83-93, 2000.

MUKHINA, V. **Psicologia da idade pré-escolar**. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

POPPOVIC, Ana Maria; GOLUB, Genny de Moraes. **Prontidão para alfabetização**: programa para o desenvolvimento de funções específicas. São Paulo: Vetor, 1996.

RANGEL, E. O.; ROJO, R. H. R. **Língua portuguesa**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Zélia Maria Carvalho. **História e memória da educação infantil em Teresina**: Piauí (1968-1996). 2008. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e a escrever**: uma proposta construtivista Porto Alegre: Artmed, 2003.

TEBEROSKY, Ana. **Além da alfabetização**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

VILARDI, Raquel. **Ensinando a gostar de ler e formando leitores para a vida inteira**. Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya, 1999.

VYGOTSKY, Liev Semionovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

\_\_\_\_\_. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, Liev Semionovich. **Incluye pensamiento y lenguaje**: conferencias sobre psicología: obras escogidas II. Tradução José María Bravo. Madrid: Visor, 1982. (Colección aprendizaje).

\_\_\_\_\_. **Obras escogidas**. Madrid: Visor, 1995. v. 3.

\_\_\_\_\_. **Play and its role in the mental development of the child.**  
2002. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/vygotsky/>>. Acesso em: 2 jun. 2007.

\_\_\_\_\_. **Psicologia pedagógica.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. A prehistoria del desarrollo del lenguaje escrito. In: \_\_\_\_\_.  
**Obras escogidas III.** Madrid: Visor, 2000. p. 183-206.

# EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19 NA ESCOLA ESTADUAL EMÍLIO NEMER: O PERFIL DO PROFISSIONAL DO DOCENTE

Joelma Cellin  
Rosana dos Reis da Silva  
Jacqueline David Altoé

## 1. INTRODUÇÃO

O Município de Castelo está localizado na Região Sul do Espírito Santo e possui duas escolas estaduais que ofertam Ensino Fundamental II e Ensino Médio. A Escola Estadual de Ensino Médio Emílio Nemer, local onde realizamos a nossa pesquisa, é uma instituição que está localizada na área urbana de Castelo, à Rua Bernardino Monteiro, N<sup>o</sup> 126, Centro. Tem o Código 32054343 e apresenta IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) 0,726 – alto, segundo o PNUD/2010. Esta Unidade de Ensino atualmente funciona no turno matutino com o ensino médio regular e o integrado. Hoje recebe estudantes de diferentes segmentos socioeconômicos e culturais que moram no entorno da instituição, no centro da cidade e principalmente, alunos de bairros vizinhos e da zona rural.

Sensibilizada pela temática que envolve o contexto educacional vivenciado com o advento da Pandemia da COVID-19 que apresentou intenso uso das Tecnologias da Informação e Comunicação -TICs pelos professores da Escola Estadual de Ensino Médio Emílio Nemer, estaremos demonstrando como o aprendizado pode ser assimilado no período vivenciado em contraposição com a real formação docente.

Com a Pandemia da COVID-19 os professores tiveram que se adaptar a uma nova realidade, se reinventar em suas aulas, lidar

com outras tantas dificuldades como as ferramentas tecnológicas, o convívio familiar durante o expediente de trabalho e a falta de equipamentos aptos para o repasse de conteúdo.

Os professores na fase inicial da pandemia, entraram em pânico com o ensino híbrido, mas para Nóvoa (2008) manter-se atualizado sobre as novas metodologias de ensino e desenvolver práticas pedagógicas mais eficientes são alguns dos principais desafios da profissão de educador. Os profissionais não estavam acostumados com este tipo de educação e tiveram se adaptar ao ambiente ora posto que se mostrou bastante desafiador.

Durante o período de distanciamento social, inúmeras Escolas da Rede Estadual do ES utilizaram-se das plataformas de telecomunicação on-line para fortalecer o vínculo com os estudantes. Sendo assim, grupos de debate em aplicativos de troca de mensagens instantâneas, salas de aulas virtuais e mesmo lives, tornaram-se ferramentas comuns ao cotidiano das unidades escolares na Pandemia da COVID-19. As escolas desenvolveram inúmeras ações de esclarecimento ao aluno, como combate às fake news disseminadas na internet, Lives com profissionais de diversas áreas, com temas voltados para a psicologia, mercado de trabalho, futuro acadêmico e a importância do estudo e da aprendizagem.

A Secretaria Estadual de Educação – SEDU concedeu no ano de 2021 ajuda de custo a professores, pedagogos e diretores efetivos e professores contratados em designação temporária o valor de R\$ 5 mil para a aquisição de equipamento de informática (notebook, Chromebook ou tablet) e também “auxílio internet” no valor de R\$ 70,00 mensal. Também na ocasião adquiriu em uma primeira etapa, 60 mil Chromebooks com rede de internet que foram destinados aos estudantes da educação pública estadual do ensino médio. Esses equipamentos foram repassados em regime de comodato, devendo serem devolvidos após a conclusão dos estudos ou encerramento do vínculo de matrícula do estudante.

## 2. A PANDEMIA

Com os impactos da pandemia de COVID-19 na educação escolar, as escolas foram fechadas de forma abrupta e o ensino remoto foi adotado e segundo Nóvoa (2020)

[...] fechamento das escolas e a suspensão das atividades letivas presenciais levaram as escolas públicas e privadas a adotarem abruptamente um modelo de ensino não presencial com recurso a tecnologias digitais. Os professores tiveram que adaptar, de um momento para outro, suas práticas pedagógicas e planos de ensino a um modelo de ensino à distância, em muitos casos, sem os conhecimentos e competências digitais essenciais para promover uma aprendizagem de qualidade.

A comunidade escolar silenciou, pois nunca antes na história havia-se passado por tal situação. O Ministério da Educação propôs ensino distância para a educação básica e muitas interrogações surgiram, sendo as principais: como seriam computadas as aulas? Como se daria o acesso de todos? E as ferramentas tecnológicas como chegariam às comunidades?

O ensino a distância na LDB -Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 9.394 de 1996, em seu Artigo 80, estabelecendo que o “Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. No que se refere mais especificamente ao Ensino Fundamental, encontramos no Artigo 32, § 4º, que reza que “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. Em relação ao Ensino Médio, o Artigo 36, § 11º diz que “Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento”. Quanto a Educação Infantil, não foi encontrada, na atual LDB, nenhuma referência quanto a possibilidade do ensino a distância. (BRASIL, 1996)

Anterior a Pandemia, experiências planejadas de aprendizagem em EAD já eram significativas, porém, o ensino remoto adotado no início do ano 2020 era bem diferente. O ensino

presencial passou de forma repentina a ser virtual e o êxito da ação dependeria de fatores como motivação para a aprendizagem, o acesso à internet e a tecnologia e competência dos professores para a modalidade de ensino ora posta.

E no período vivenciado Almeida e Alves (2020) afirmam que a implantação do ensino remoto evidenciou ainda mais as disparidades socioeconômicas e culturais existentes no Brasil.

Adaptar-se à nova realidade não foi fácil, mas estudantes e professores começaram a estudar no mundo inteiro de forma virtual e essa necessidade, despertou um sentimento de que todos da comunidade escolar deveriam desenvolver habilidades e competências digitais.

## **2. DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -TICS**

O projeto tem o eixo central definido pela educação e pela tecnologia no meio escolar, no período da Pandemia da Covid-19, usando a interdisciplinaridade e aprofundando estudos acerca da importância da educação envolvendo o uso das tecnologias.

Buscamos fundamentar nossa pesquisa no tema tecnologia e conforme Moran (1995)

As tecnologias de comunicação não mudam necessariamente a relação pedagógica. As tecnologias tanto servem para reforçar uma visão conservadora, individualista como uma visão progressista. A pessoa autoritária utilizará o computador para reforçar ainda mais o seu controle sobre os outros. Por outro lado, uma mente aberta, interativa, participativa, encontrará nas tecnologias ferramentas maravilhosas de ampliar a interação.

E ainda segundo segundo Moran (2018),

Em escolas com menos recursos, podemos desenvolver projetos significativos e relevantes para os alunos, ligados à comunidade, utilizando tecnologias simples como o celular, por exemplo, e buscando o apoio de espaços mais conectados na cidade. Embora ter boa infraestrutura e recursos traga muitas possibilidades de integrar presencial e online, conheço muitos

professores que conseguem realizar atividades estimulantes, em ambientes tecnológicos mínimos.

A educação tecnológica pode transformar assuntos mais complicados em algo útil, simples e atrativo. A absorção das novas tecnologias nas aulas poderá, ainda, aumentar a participação, a criatividade e a proatividade. Mas, no entanto, a tecnologia da informação e comunicação, não é somente uma ferramenta de ensino, ela vai além das atividades propostas pelos professores.

O uso da tecnologia educacional enquanto simbólica, pode ser uma estratégia eficiente para a realização metacognição, ou seja, essa nova perspectiva de conhecimento e de sociedade é fundamental a fim de que os docentes sejam preparados para promoverem a reflexão proporcionado transformações de mentalidade e de práticas sociais. Isso implica na continuidade da formação docente na aplicação e utilização das estratégias, na Pós-modernidade, com a finalidade de incorporá-las no meio acadêmico de forma eficaz.

### **3. A FORMAÇÃO DOCENTE**

Os professores na pandemia em sua grande maioria, com formação insipiente ou preparo prévio, tiveram que mudar repentinamente sua prática pedagógica através do uso de contextos completamente novos. Da sala de aula tradicional presencial, os alunos passaram a ter aulas de um momento para outro de forma virtual. Processo extremamente difícil e ainda, com a falta de recursos tecnológicos e profissionais carentes de formação tecnológica. Na fase inicial, foi latente a realidade da desestruturação da educação pública, tanto para os alunos como para os professores que não tinham as ferramentas disponíveis para o estudo e a aprendizagem satisfatória.

A fragilidade do sistema educacional ficou exposta a todos. Os professores com experiência na prática docente apresentaram-se



totalmente despreparados para as aulas no ambiente virtual. Os profissionais da educação que deveriam dominar as Tics iniciaram um processo de aprendizagem para o uso das tecnologias, ao mesmo tempo em que passavam o conteúdo para seus alunos.

Segundo Nóvoa (2020) manter-se atualizado sobre as novas metodologias de ensino e desenvolver práticas pedagógicas mais eficientes são alguns dos principais desafios da profissão de educador. Concluir o Magistério ou a licenciatura é apenas

uma das etapas do longo processo de capacitação que não pode ser interrompido enquanto houver jovens querendo aprender, o professor se forma na escola.

Embora já tenhamos muitos cursos de formação continuada para preparar profissionais da educação, estes ainda deixam a desejar, pois não focam em situações como a da pandemia, é preciso um olhar para práticas e modelos inovadores como afirma GENTILE (2001).

O convite que vinha sendo feito há tempos ao professor para se reinventar, torna-se imprescindível com a pandemia. O professor precisa mais do que nunca ser capaz de pensar, analisar e questionar a própria prática com a finalidade de agir e aprimorá-la construindo uma atuação autônoma, possibilitando também aos estudantes a construção da autonomia.

A formação como relata Gentile (2001) é algo que pertence ao próprio sujeito e se inscreve num processo de ser (nossas vidas e experiências, nosso passado, etc.) e num processo de ir sendo (nossos projetos, nossa ideia de futuro).

E Paulo Freire (2003) explica-nos que a formação nunca se dá por mera acumulação. É uma conquista feita com muitas ajudas: dos mestres, dos livros, das aulas, dos computadores. Mas depende sempre de um trabalho pessoal. Ninguém forma ninguém. Cada um forma-se a si próprio.

#### 4. PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Em nossa pesquisa, entrevistamos 20 professores, 01 pedagoga e 01 coordenadora de curso conforme:

Quadro1 – profissionais entrevistados

Instituição	Escola	Professores	Pedagogos	Coordenador Turno
Escola Pública Estadual de Ensino Médio	Emílio Nemer	20	01	01

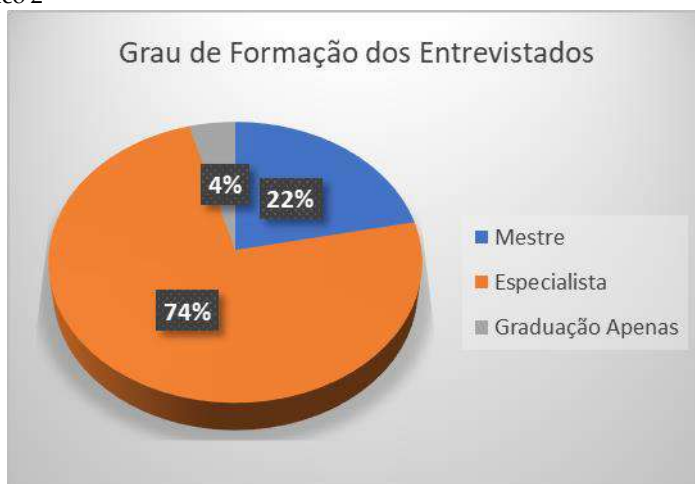
No gráfico 1 temos a média do tempo de serviço dos professores envolvidos, sendo a concentração de menos experientes dominante nos entrevistados:

Gráfico 1



No gráfico 2, torna-se explícito que o maior grau de formação é de especialistas, com poucos que apresentam a formação de mestre e ainda, apesar de todas as facilidades para se estudar no dia de hoje, uma minoria ainda apenas graduação concluída no público que apresenta menos tempo de serviço:

Gráfico 2



Quanto a situação funcional atual dos entrevistados demonstrada no gráfico 3, constatamos que os contratados em sistema de designação temporária são dominantes na escola Emilio Nemer conforme segue no gráfico:

Gráfico 3



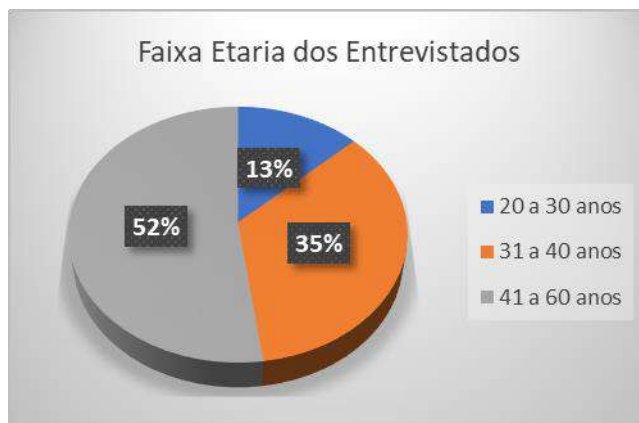
No gráfico 4 temos explícito que o gênero feminino é dominante entre os professores que atuam na instituição:

Gráfico 4



E no gráfico 5, demonstramos a faixa etária dos docentes sendo quemais de 50% concentra-se na faixa de 41 a 60 anos.

Gráfico 5



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tem relevância, pois viabiliza compreender a formação do professor investigado, bem como, o perfil destes entrevistados para que possamos entender a prática docente da sala de aula, no que tange ao uso das TICs e o papel

destes profissionais no contexto metacognitivo com o advento da Pandemia da COVID-19.

## REFERÊNCIAS

Almeida, B. O. & Alves, L. R. G. (2020). **Letramento digital em tempos de COVID- 19: uma análise da educação no contexto atual**. Debates em Educação, 12(28).

BACICH,L.;MORAN,J. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 2011.  
BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum - BNCC**. Mec, 2018.

BLOOM, B. S. et al. **Taxonomy of educational objectives**. New York: David Mckay, 1956. 262 p. (v. 1)

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº 10.382: Plano Estadual de Educação do Espírito Santo– PEE/ES**. Vitória: 2015.

GENTILE, Paola. Antonio Nóvoa: **professor se forma na escola**. Associação Nova Escola, v. 1, 2001.

FLAVELL, J. H. **Metacognition and cognition monitoring: a new area of cognitive-developmental inquiry**. American Psychologist, Washington, D.C., v. 34, p. 906-911, 1979.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas,1991.

LAKATOS; MARCONI. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LAVILLE,Cristian;DIONES,Jean.**A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Papirus Editora, 2000..NovasTecnologias eo

**Reencantamento do Mundo.** Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro, vol. 23, n.126, setembro-outubro1995, p. 24-26.

\_\_\_\_\_. **Metodologias ativas para uma aprendizagem profunda.** In: MORAN, José; BACICH, Lilian (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

\_\_\_\_\_. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias. **Informática na educação: teoria & prática**, v. 3, n. 1, 2000.

NÓVOA, António Sampaio. **Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente.** Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, out./dez. 2017.

\_\_\_\_\_. A pandemia de Covid-19 e o futuro da Educação. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 7, n. 3, p. 8-12, 2020.

\_\_\_\_\_. **Formação de professores em tempo de pandemia.** Economic News Brasil, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FOUREZ, G. Crise no Ensino de Ciências? Revista Investigações em Ensino de Ciências – V8 (2), p. 109-123, 2003.

PORTELA, Fábio. **Marco teórico: um guia não convencional para escolher o seu.** Disponível em< <https://medium.com/teoria-juridica/marco-te%C3%B3rico-um-guia-n%C3%A3o-convencional-para-escolher-o-seu-48555169c476>. htm>. Acesso em 20.06. 2022



# A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO HUMANO NO BRASIL: A CONCRETIZAÇÃO DO ART.205 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Érica Luzia Figueiredo Camilo Tenório  
Pátyna Fernanda Nascimento Zanette

## 1. INTRODUÇÃO

A história da educação no Brasil começa no período colonial, quando se deu a primeira relação entre o Estado e a educação por meio dos jesuítas. Os primórdios da educação no Brasil, mais precisamente o ensino, são entendidos como um processo sistemático de disseminação do conhecimento, indissociável da história da Companhia de Jesus. Nesse contexto, a Companhia, formada para se opor ao avanço da Reforma Protestante, foi trazida ao Brasil para desenvolver um trabalho educativo e missionário. O objetivo era ensinar, instruir e cooperar com os índios, tornando-os mais dóceis e, portanto, mais propensos a serem usados como mão de obra.

Por consequência da saída dos jesuítas que estavam no Brasil em 1759, até o fim do século XVII, o país ficou totalmente abandonado do ponto de vista educacional. Essa situação só se alteraria a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa. Ainda que a Constituição de 1824 tenha começado a sugerir leis que abordassem o tema da educação popular, **grande parte da população brasileira era desassistida com relação à infraestrutura escolar, professores treinados e acesso a livros.** Embora tenha ocorrido transformações relevantes no século XX e XXI, a educação no Brasil ainda sofre de problemas graves e urgentes.

É nas pessoas, no ser humano, que nos importa considerar e avaliar os efeitos destas transformações, porque, como ser consciente e livre é o ser humano a única criatura mundana capaz não só de tomar conhecimento daquilo que



nela está ocorrendo, como também de reagir, aceitando ou rejeitando e de se esforçar por eliminar tais efeitos. (MOURA, 2002, p.23)

As deficiências educacionais na base da população brasileira provocam sequelas que se estendem a outras esferas, como a econômica, a social e a cultural. As desigualdades entre ricos e pobres se acentuam ainda mais, o que faz com que problemas como violência urbana e corrupção se tornem mazelas ainda constantes em nossa sociedade. Todos esses fatores apontam para a disparidade entre o direito proclamado no art.205 da Constituição de 1988 e a sua concretização.

Considerando a educação numa perspectiva de capital social, estende-se aos direitos sociais (saúde, moradia, educação, dentre outros), e é justamente nessa premissa que a educação tem como fundamento tornar favorável uma integração das culturas, promovendo o respeito entre as diferenças, independentemente de etnia, gênero, religião ou classe social. A educação vista como um processo formativo, garante o desenvolvimento social, econômico e cultural do país.

Para a construção deste artigo foi realizada uma abordagem qualitativa nas referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como MOURA, ASSMANN, MO SUNG, dentre outros. Utilizou-se: livros, artigos, teses e dissertações disponíveis na rede mundial de computadores, por meio dos buscadores Google Acadêmico, Scielo.Org; Leis e Decretos disponíveis no Portal da Legislação da Presidência da República Brasileira. Como descritores foram usadas as palavras: "Cidadania"; "Direitos Humanos"; "Educação".

## **2. EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS**

A luta pela cidadania perpassa pela educação, pela promoção de um ensino pautado nos princípios de democracia, justiça e igualdade (considerando também pertinente a perspectiva da equidade). A Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/96

reconhecem a educação como um direito humano fundamental. Entretanto, ainda é possível observar vários percalços nas escolas brasileiras que impedem a universalização do ensino de qualidade e que atenda à diversidade étnica e cultural do país. Sendo assim, o direito à educação está além do acesso às escolas, mas, inclui-se aqui o desafio da permanência dos alunos e da necessidade de um ensino que promova a sua formação integral.

### **3.1. EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA NO BRASIL**

A Constituição do Império Brasileiro de 1824 e a Constituição Republicana de 1891 afirmam o direito de todos à educação. No entanto, o conceito educacional só ganha visibilidade na constituição do Brasil de 1934. Desde sua apresentação inicial na Carta de 1934, que declara, pela primeira vez, no seu art. 140: “a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos”:

A Constituição de 1934 inaugura, em âmbito nacional, a educação como um direito declarado. E, excetuados os casos em que a força se sobrepôs à lei e ao arbítrio ao direito (ainda que textualmente mantido em vários itens, como no caso da educação escolar primária), as constituições posteriores não fizeram mais do que manter, ampliar ou recriar este direito declarado. (CURY, HORTA e FÁVERO, 1996, p.25)

Desde sua apresentação inicial na Carta de 1934 até o presente, a ideia de educação como direito se forma e se supõe configurar diversidade, sem prejuízo dos aspectos jurídico-constitucionais, suportar a pressão dos momentos históricos seu conteúdo e processo são definidos. Demarcação de limites impostos pelo contexto sociopolítico quando surgem normas institucionais, é importante por exemplo, entenda as razões da Carta de 1934, quando regulamenta a questão da escolaridade obrigatória de forma a que se limite à escolaridade obrigatória, ou seja, aplicável apenas aos alunos do ensino básico (Rocha, 1996).

Deste fato segue-se que o nome comum “direito de todos”, na verdade, só serve para quem tem a matrícula garantida. Pode-se dizer que a questão do direito à educação tem origens no vício: não para todas as crianças em idade escolar, mas limitado àqueles que são “privilegiados” de frequentar a escola. Então como falar sobre o direito à educação e a educação obrigatória abstraindo suas reivindicações de universalidade? Portanto, é claro que o direito à educação da Carta de 1934, era ineficaz e só podia ser assumido por parte do país. Mas esse entendimento, pelo menos do ponto de vista legislativo, foi aprovado mais de três décadas depois. O estabelecimento das obrigações do Estado ao direito de todos à educação apareceu pela primeira vez na Emenda Constitucional de 1969, art. 176. A constituição de 1988 relata que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1988, Art.205)

Porém até a contemporaneidade o que se observa é uma discrepância, um abismo entre o que trata o artigo e o que vemos, sendo assim, deixamos a reflexão de Mandela "A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo", porque a educação tem de fato um poder transformador na vida dos seres humanos.

### **3.2. A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

A Educação e os Direitos Humanos fazem parte de três pontos essenciais: primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e terceiro, é uma inculcação de valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos.

Educação em Direitos Humanos é a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da vivência dos valores da

liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura é compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados, os quais devem se transformar em práticas.

Assim, falamos em cultura nos termos da mudança cultural, uma mudança que possa realmente mexer com o que está mais enraizado nas mentalidades, muitas vezes marcadas por preconceitos, por discriminação, pela não aceitação dos direitos de todos, pela não aceitação da diferença. Trata-se, de uma mudança cultural especialmente importante no Brasil, pois implica a derrocada de valores e costumes arraigados entre nós, decorrentes de vários fatores históricos: nosso longo período de escravidão, que significou exatamente a violação de todos os princípios de respeito à dignidade humana, a começar pelo direito à vida; nossa política oligárquica e patrimonial; nosso sistema de ensino autoritário, elitista, e com uma preocupação muito mais voltada para a moral privada do que para a ética pública; nossa complacência com a corrupção, dos governantes e das elites, assim como em relação aos privilégios concedidos aos cidadãos ditos de primeira classe ou acima de qualquer suspeita; nosso descaso com a violência, quando ela é exercida exclusivamente contra os pobres e os socialmente discriminados; nossas práticas religiosas essencialmente ligadas ao valor da caridade em detrimento do valor da justiça; nosso sistema familiar patriarcal e machista; nossa sociedade racista e preconceituosa contra todos os considerados diferentes; nosso desinteresse pela participação cidadã e pelo associativismo solidário; nosso individualismo consumista, decorrente de uma falsa ideia de “modernidade”.

A mudança cultural necessária deve levar ao enfrentamento de tal herança e ainda ser instrumento de reação a duas grandes deturpações que fermentam em nosso meio social, como parte de uma certa “cultura política”, em relação ao entendimento do que sejam direitos humanos. A primeira delas, muito comentada atualmente e bastante difundida na sociedade, inclusive entre as

classes populares, refere-se à identificação entre direitos humanos e direitos da marginalidade, ou seja, são vistos como “direitos dos bandidos contra os direitos das pessoas de bem”. Essa deturpação decorre certamente da ignorância e da desinformação mas também de uma perversa e eficiente manipulação, sobretudo nos meios de comunicação de massa, como ocorre com certos programas de rádio e televisão, voltados para a exploração sensacionalista da violência e da miséria humana.

A segunda deturpação, evidente nos meios de maior nível de instrução (meio acadêmico, mas também de políticos e empresários), refere-se à crença de que direitos humanos se reduzem essencialmente às liberdades individuais do liberalismo clássico e, portanto, não se consideram como direitos fundamentais os direitos sociais. Com tal quadro histórico e com tais deturpações, muitas vezes conscientes e deliberadas, de grupos ou pessoas interessadas em desmoralizar a luta pelos direitos humanos, porque querem manter seus privilégios ou porque querem controlar e usar a violência, sobretudo a institucional, apenas contra os pobres, contra aqueles considerados “classes perigosas”, reafirmando que uma educação em direitos humanos só pode ser uma educação para a mudança, e não para a conservação.

Embora insistamos na ideia de cultura, trata-se da criação de uma nova cultura de respeito à dignidade humana; portanto, o termo cultura só tem sentido como mudança cultural. Esse quadro bastante negativo sobre a realidade histórica e contemporânea do Brasil não deve ser um empecilho para o nosso trabalho; pelo contrário, deve ser incentivo para procurar mudar. Portanto, ser a favor de uma educação que significa a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, significa querer uma mudança cultural, que se dará através de um processo educativo.

Uma compreensão histórica de direitos humanos traz como eixo principal e óbvio o reconhecimento do direito à vida, sem o qual todos demais direitos perdem o sentido. Costuma-se falar, apenas por uma questão didática, em gerações de direitos humanos; não se trata de gerações no sentido biológico, do que

nasce, cresce e morre, mas no sentido histórico, de uma superação com complementaridade, e que pode também ser entendida como uma dimensão.

A primeira geração, contemporânea das revoluções burguesas do século XVIII e de todo o século XIX, é a dos direitos civis e das liberdades individuais, liberdades consagradas pelo liberalismo, quando o direito do cidadão dirige-se contra a opressão do Estado ou de poderes arbitrários, contra as perseguições políticas e religiosas, a liberdade de viver sem medo. Dessa importantíssima primeira geração, ou dimensão, são os direitos de locomoção, de propriedade, de segurança e integridade física, de justiça, expressão e opinião. Tais liberdades surgem oficialmente nas Declarações de Direitos, documentos das revoluções burguesas mal do século XVIII (na França e nos Estados Unidos) e foram acolhidas em diversas Constituições do século XIX.

A segunda geração, que não abrange apenas os indivíduos, mas os grupos sociais, surge no início do século XX na esteira das lutas operárias e do pensamento socialista na Europa Ocidental, explicitando se, na prática, nas experiências da social-democracia, para consolidar-se, ao longo do século, nas formas do Estado do Bem Estar Social. Refere-se ao conjunto dos direitos sociais, econômicos e culturais: os de caráter trabalhista, como salário justo, férias, previdência e seguridade social e os de caráter social mais geral, independentemente de vínculo empregatício, como saúde, educação, habitação, acesso aos bens culturais etc.

Em complemento às duas gerações, a terceira dimensão inclui os direitos coletivos da humanidade, como direito à paz, ao desenvolvimento, à autodeterminação dos povos, ao patrimônio científico, tecnológico e cultural da humanidade, ao meio ambiente ecologicamente preservado; são os direitos ditos de solidariedade planetária. Tais gerações mostram como continua viva a bandeira da revolução francesa: a liberdade, a igualdade e a fraternidade. A liberdade nos primeiros direitos civis e individuais, a igualdade nos direitos sociais, a solidariedade como responsabilidade social pelos mais fracos e em relação aos direitos da humanidade. Direitos

humanos são fundamentais porque são indispensáveis para a vida com dignidade.

Quando insistimos nessa questão da dignidade, muitas vezes esbarramos numa certa incompreensão, como se o termo fosse indefinível e tratasse de algo extremamente abstrato em relação à concretude do ser humano. Proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) diz “que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana, e dos seus direitos inalienáveis e iguais, constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz do mundo”.

Sendo assim, de extrema importância os direitos humanos para com a educação, pois como no decorrer do artigo nota-se a grande revolução que os Direitos Humanos trouxe, trazendo a promessa de melhores condições de vida e uma educação de qualidade.

### **3.3. DIREITO A EDUCAÇÃO: CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA**

**O conceito para** cidadania apresentou-se inicialmente na Grécia, nas chamadas cidades estados, que haviam assembleias, das quais apenas poderiam participar os cidadãos da cidade, ou seja, os estrangeiros não podiam comparecer às deliberações sobre os destinos da cidade. É compreensível a proximidade das expressões cidade e cidadania, possibilitando a ideia de inserção do homem na cidade que era chamada de *pólis* (também podendo ser associada à política). Desta forma, cidadão e *pólis* parecem estar profundamente relacionados, uma vez que ser cidadão está implícito ser político.

A cidadania grega era compreendida apenas por direitos políticos, identificados com a participação nas decisões sobre a coletividade (PINSKY, 2005). De acordo com Platão e Aristóteles, na Grécia eram considerados cidadãos aqueles que tinham condições de opinar sobre os rumos da sociedade, essas condições

eram: ser um homem totalmente livre, não ter a necessidade de trabalhar para sobreviver, uma vez que o envolvimento nas questões públicas exigia dedicação integral. Ainda excluía mulheres, escravos e os estrangeiros. Dessa maneira, o número de cidadãos era reduzido, praticamente apenas os proprietários de terras eram livres para ter o direito de decidir sobre o governo.

Já para os romanos, a cidadania era atribuída somente aos homens livres, mas nem todos os homens livres eram considerados cidadãos. Conforme Pinsky (2005), Marshall (2002) e Demo (1995) em Roma existiam três camadas sociais: Os patrícios, a classe dominante, formada por nobres e proprietários de terra – Os plebeus, que eram constituídos por comerciantes, artesãos, camponeses e pequenos proprietários – Os clientes, que viviam da dependência dos patrícios.

Profundas mudanças nas estruturas sociais ocorreram com o declínio do Império Romano e início da Idade Média. A sociedade no período medieval é marcada pela hierarquia de classes sociais: clero, nobreza e servos. A Igreja cristã passa a constituir a instituição básica do processo de transição para o tempo medieval. A doutrina cristã, ao alegar a liberdade e igualdade de todos os homens e a unidade familiar, provocou transformações radicais nas concepções de direito e de estado. (MARSHALL, 2002).

Com o fim do feudalismo vieram a formação dos Estados Nacionais. Mesmo ainda organizada em nobreza, clero e povo, a sociedade nota o poder retornar às mãos do rei e o nascimento do Estado unitário ou centralizador. A discordância entre a cidadania e a monarquia absoluta, obriga os pensadores modernos a redefinir o que seja sua própria cidadania.

Historicamente a cidadania mostra-se em permanente construção, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. É muito diferente ser cidadão na China, no Paraguai ou no Brasil, não só pelas regras burocráticas que definem quem é ou não titular da cidadania, mas pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada um dos países na atualidade.



### 3.3.1 EDUCAÇÃO E CIDADANIA

A educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autônomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos. O direito à educação se inclui como instrumento de transformação social presumida na Constituição Federal, art. 205 e na LDB nº 9.394/96, sendo assim, a educação configura-se tanto como um direito humano como um dispositivo para efetivação dos Direitos Humanos. É evidente que, sozinha, a escola não conseguirá resolver todos os problemas sociais de nosso país, mas poderá dar seu passo inicial orientando o aluno a respeitar o próximo, conviver com as diferenças, pensar coletivamente, conhecer os seus direitos e deveres e ter objetivos e projetos para o futuro em coletividade.

As reformas educacionais que estamos vivenciando em nosso país (Em destaque, a reforma do ensino médio) tem por objetivo garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens e aproximar as escolas do contexto social do estudante de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade. As reformas baseiam-se nos “Quatro Pilares da Educação” (DELORS, 1996), sob a orientação de que a educação precisa ser compreendida, enquanto processo formativo, devendo atuar pela formação integral do aluno, nas suas múltiplas dimensões: física, intelectual, social, emocional e simbólica. Dessa maneira, trabalhamos na perspectiva de “descompartmentar” os componentes curriculares. Sobre as mentes formadas pelas ciências disciplinares MORIN (2000) *apud* ASSMANN; MO SUNG (2000) afirma:

perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes, do mesmo modo que para integrá-los em seus conjuntos naturais. O enfraquecimento da percepção global conduz ao enfraquecimento da responsabilidade (cada qual tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada), assim

como ao enfraquecimento da solidariedade (cada qual mais sente os vínculos com seus concidadãos). (p. 40)

A prática da educação para a cidadania constitui um processo participado, individual e coletivo, que apela à reflexão e à ação sobre os problemas sentidos por cada um e pela sociedade.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, portanto, é um direito constitucionalmente assegurado a todos, inerente à dignidade da pessoa humana, bem maior do homem, por isso o Estado tem a obrigatoriedade de prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Além dessa perspectiva individual, este direito deve ser visto, sobretudo, de forma coletiva, como um direito a uma política educacional. Entende-se por educação em direitos humanos, a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz.

Num país marcado por mazelas sociais como o Brasil, a compreensão dos mecanismos sociais possibilita uma melhor formação humana e a busca por políticas públicas que objetivem diminuir as desigualdades, coibir práticas discriminatórias e de exclusão social. Quando se desenvolve uma prática pedagógica consciente e permeada pelos princípios dos direitos humanos, o indivíduo entende-se como participante ativo de sua comunidade, exercendo sua cidadania.

#### REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em direitos humanos: de que se trata.** Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, p. 309-318, 2003.

BRASIL. **Constituição da República de 1891**. Disponível em: <<https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/4ed91893cbdd0e10032569fa0074213f?OpenDocument&Highlight=1,&AutoFramed>>. Acesso em: 22 de jul. de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 21 de jul. de 2022.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**. Disponível em: <<https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/e964c0ab751ea2be032569fa0074210b?OpenDocument&Highlight=1,&AutoFramed>>. Acesso em: 22 de jul. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 21 de jul. de 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil; HORTA, José Silvério Baía e FÁVERO, Osmar. **A relação educação-sociedade-estado pela mediação jurídico constitucional**. In: FÁVERO, Osmar (org.) *A educação nas constituintes brasileiras – 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 1996.

DE MOURA, Laércio Dias. **A dignidade da pessoa e os direitos humanos: o ser humano num mundo em transformação**. Edusc, 2002.

FISCHMANN, Roseli. **Constituição brasileira, direitos humanos e educação**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, p. 156-167, 2009.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo, Cortez; Brasília, UNESCO, 2000, p.38. In: ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Editora Vozes, 2000.

ROCHA, Marcos Bessa Mendes da. **Tradição e modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34**. In: FÁVERO, Osmar (org.) *A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 1996.



não apenas refletir os fatos em questão, mas torná-los evidentes em seu contexto de realidade.

Quanto à pesquisa bibliográfica documental, MARCONI e LAKATOS (2003, p. 183) é uma pesquisa científica e merece sim atenção no mundo acadêmico. Uma pesquisa de dados empíricos uma vez que outrora recebera o cotidiano popular, “*oficiosos*” podem sim passar a ser erudito, “*canônico*” quando no confronto com a práxis essas evidências traduzem dados e realidades das teorias. O processo de análise dos resultados como forma de conclusão desses, puramente estatístico é delicado! Os dados em análise de documentos, configuram na construção de fatos uma vez que no confronto destes se constata a verdade.

Em defesa da pesquisa documental afirma as pesquisadoras: “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Ou seja, conclusões na maioria das vezes inovadoras que no confronto de dados e registros trazem à tona verdades que ainda estavam por descobrir. Não se trata de tornar o oficioso como oficial. Ou seja, condicionar o senso comum, dados empíricos como verdades acadêmicas. Nesses âmbitos as autoras comungam da mesma ideia de SEVERINO 2013 que dados documentais racionalizados pelo sujeito pesquisador tornam-se outros dados e verdades acadêmicas (MARCONI e LAKATOS -2003). Para essas pesquisadoras, toda pesquisa transcendente não apenas de um inconsciente empírico. Mas, dessas realidades confrontadas em produção do conhecimento.

SEVERINO 2013, p.39-42 nos afirma que, “*Documentar é registrar os elementos colhidos mediante atividade de estudo ou pesquisa das diversas fontes*”. A pesquisa bibliográfica deve ser uma mensagem codificada pelo autor que necessariamente será decodificada pelo leitor. Para este, os textos não se tratam de maneira alguma em restringir o estudo aos “*manuais*” como forma de fuga do laboratório, pesquisa de campo e levantamento estatístico. Mas, o papel que estes representam torna-se importante instrumento para justificar um discurso científico. A pesquisa

documental é um encaminhamento lógico que conduz a resultados uma vez que estes são usados de forma concatenada e coesa.

Os fatos e estudos apurados atendem à uma criteriosa leitura humanizadora como forma de justiça aos sujeitos do noturno. Nestes termos foram pesquisados ARROYO 2017, GADOTTI 2021, entre outros, como principais inculturadores da Pedagogia da Práxis marxista e freiriana. Os textos em questão proporcionaram maiores evidências sobre os fatos em questão, além de apontar caminhos para um novo pensar sobre a escola, o aluno e sociedade.

Tem-se como principal norteador, objetivo, a inclusão do aluno como sujeito, retirando-o da condição de objeto. Fala-se muito atualmente de inclusão. Porém inclusão de quem? Os alunos da EJA não se tornam integrantes entre os invisíveis sociais a somar. Mas, são tidos como mais um. Destinados a calar, apenas ouvir e na maioria das vezes engolir sem mastigar. Um apagamento da identidade os conduz à condição de objeto, invisíveis sociais. Os chavões de “*analfabetos*”, “*desinformados*”, “*incapazes*”, entre outros tendem a assumir a identidade deste ser humano que na maioria das vezes os leva à desistência.

A pesquisa em questão foi vivenciada ao longo do ano letivo de 2022 com alunos da E E Lydes Rachel de Diadema-ABC Paulista. Se de um lado tivemos alunos com dificuldades no processo do aprender, por outro pudemos perceber que vale a pena insistir e não desistir do aluno.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente artigo trata-se de uma experiência prática vivida no solo escolar no ano 2023 na Escola Estadual Lydes Rachel em Diadema- ABC Paulista SP. O Plano de trabalho do professor implicou em resolver algumas demandas em sala de aula como:

✓ Os alunos apresentaram sérias dificuldades de compreensão, interação, se abrir e falarem se estavam aprendendo ou não. O fato foi constatado após atividade realizada com apenas 20% de resultados positivos do montante de 35 alunos.

✓ Muitos alunos que entram na segunda aula são por razões de fome e trabalho. Ambos chegam direto do trabalho e a merenda da escola acaba sendo a janta. Após a janta o cansaço força o corpo a pedir descanso.

✓ As aulas precisam serem mais alegres e lúdicas por razões do fardo de um dia de trabalho.

✓ O conhecimento empírico do aluno não se deve ser considerado obsoleta, absurdo, equivocado ou inapropriado. O aluno tem sim seus conhecimentos pré-estabelecidos e concretizado sobre a moral, ética e valores. O que falta é concatenar esses conhecimentos formatando-os no mundo acadêmico.

Na literatura pesquisada pode-se constatar em GRAMSCI 1917, FREIRE 1970, ARROYO 2017, GADOTTI 2012 e LUCIANO 2012, que o popular dialoga com o erudito. Ou seja, os saberes não são de posse única e exclusiva deste ou daquele. O processo de construção do conhecimento extrapola o próprio entendimento e racionalidade.

No pensamento gramsciano vemos uma escola que sai do seu exclusivismo incluindo o ser humano no seu processo de existência do fazer histórico. GRAMSCI 1917, propõe uma escola humanizadora exatamente por vivenciar que os excessos tecnicistas haviam levado à falência todo o regime governamental russo além de ameaçar o governo italiano. Mesmo que lhe custe o cárcere, esse por sua vez não desiste. Em seus cadernos escritos na prisão não se cala e escreve muito que incomoda ao governo fascista. Ao afirmar que *“educar é um ato político”*, afirma sua opção e preocupação com os subalternos propondo uma nova hegemonia social. Em GRAMSCI não existe separar para aprender, mas incluir e somar. Porque o aprender é na história assim o defende.

ARROYO 2017 nos apresenta uma escola que integre, saia da sua bolha e mesmice se reinventando no processo de construção dos saberes. Em *“Passageiros da noite”*, *“Currículo”* entre outros, este apresenta o aluno como sujeito no processo ensino aprendizagem. É preciso investir na formação do magistério e nestes termos é mais

urgente ainda que a EJA deixe de ser um “*bico*”, afirma ARROYO em sua obra e entrevistas por repetidas vezes.

Os sujeitos da noite não são meros “*zumbis*” no espaço escolar. Trazem consigo uma história. Na maioria das vezes, uma história maculada de dor por perdas, trabalho etc. Suas narrativas devem compor o currículo. Uma aula “*engessada*” num currículo já pronto é absurda para a EJA. Essa modalidade implica numa formatação curricular e da práxis a todo instante atendendo às demandas sociais e locais da escola e do aluno inserido neste espaço. É função da escola, do docente aprender a aprender. Não como formas de reviver VIGOTVICKSK 2021, mas de humanizar e dignificar o processo ensino aprendizagem da escola pública.

GADOTTI 2012 por sua vez afirma que “*ninguém alfabetiza ninguém*”, essa educação deve estar vinculada a projetos comunitários. Como seguidor de Freire, propõe a racionalização do pensamento e práxis pedagógicos. Entende que a forma máxima de humanizar e educando. GADOTTI ao repetir as falas de SOAREZ 2018 “*é preciso alfabetizar letrando*” propõe a necessidade de uma prática educativa que humaniza no fazer histórico e cotidiano do aluno. Para este, ser fiel as ideias freiriana implica em reinventar-se com ele.

Letramento é usar a escrita para se orientar no mundo (o atlas), nas ruas (os sinais de trânsito), para receber instruções (para encontrar um tesouro... enfim, é usar a escrita para não ficar perdido. As camadas populares têm que lutar muito contra a discriminação e a injustiça. Alfabetização e letramento têm esse objetivo: dar às pessoas o domínio da língua como instrumento de inserção na sociedade e de luta por direitos fundamentais. Por isso, a arma social de luta mais poderosa é o domínio da linguagem (SOAREZ, 2009, p. 11)

Em *Educação e Poder- Introdução à pedagogia do conflito*, o autor propõe uma nova reestruturação da escola não como forma de desconstruir Freire ou apagar seus ensinamentos. Mas, como necessidade e emergência do momento de reencantar o aluno como sujeito neste processo. Grande é sua preocupação quanto aos excessos do tecnicismo e avanços tecnológicos. Afirma GADOTTI;



*“vivemos num mundo dominado por aquilo que a ideologia dominante chama de “progresso tecnológico” este mesmo progresso sequestra a identidade pessoal e cultural de todos os que não pertencem à classe dominante.”*

É preciso criar o interesse e o entusiasmo pela participação: o educador popular é um animador cultural, um articulador, um organizador um intelectual (*no sentido gramsciano*). O educador popular não pode ser nem ingênuo nem espontaneísta. (GADOTTI, 2001, p. 33).

FREIRE 1970 por sua vez, é compreendido na ciência como o grande pensador que racionalizou Marx e Gramsci. A pedagogia da práxis proposta por Freire, não é um discurso do além. Trata-se de um texto construído em seu exílio com embasamento em experiência prática vivida no RN. A tamanha saudade do Brasil no exílio, o leva a construir a (*Pedagogia do Oprimido*) no Chile. É um direcionamento, construído a partir de experiência própria vivida e constatada seus resultados.

A obra em questão, não propõe romper com o velho mundo. Mas, propor que a ciência, o conhecimento seja dignificada a todos. Somente após Freire que os movimentos, MOVA, MOBREAL, entre outros avançam até chegar a EJA nos parâmetros de hoje. É preciso destacar que dentre todas as suas preocupações com a escola; o aluno da EJA sempre foi o seu foco. O trabalhador rural ou urbano, na visão freiriana já é excluído por demais. Excluí-lo da leitura, da escola, dos saberes e da ciência não o permitindo a estes novos conhecimentos é excluir demais.

Em FREIRE 2021, a modalidade EJA implica na inculturação, experiência do outro como forma de produção do conhecimento. Em suas obras, o autor aborda o aprender versando pelo saber popular na cultura. É preciso que o professor saia do trono do saber absoluto. E sair do seu “casulo, bolha social”, implica em esvaziar-se do eu para encher-se do outro. Deixe de ser um transmissor de conhecimento assumindo a condição de mediar a produção do conhecimento. O conhecimento se constrói na vida com a práxis.

Para LUCIANO 2012, em suas teses afirma; que não existe duas literaturas. Mas uma só literatura. O erudito e popular são formas de dissociação, separar ainda mais o pobre do rico. Este por sua vez não poupa críticas à ABLE e em defesa ao popular, ao povo argumenta que a escrita do povo, a história do povo precisa ser reconhecida como literatura. Esse sem dúvida resgata as belas falas machadianas. *“O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária.”* ASSIS, Machado 1897 (Discurso de posse).

...basta observar os exemplos de eventos literários, simpósios, congressos e feiras literárias, nos quais os poetas “populares” são alijados de toda participação e que, quando participam, há sempre o curral da apartação, como num zoológico. (LUCIANO, 2012, p.20)

## **ERUDITO OU POPULAR A LEITURA QUE LIBERTA CADA VEZ MAIS DISTANTE**

Erudito e popular, são termos que “*duelam*” entre si desde os mais primórdios tempos da história, até dias atuais. Sagrado e profano, certo e errado, pobres e ricos. Uma dicotomia de termos ou apenas formas clássicas de exclusão sem dúvida surgem no contexto social e histórico. Se por um lado, a história no apresenta que os supostos sabidos são os “*donos*” da literatura, por outro vemos no transcórre histórico que não é bem assim. Nesse paradoxo de realidades a história, a língua portuguesa caminha como forma de resistência.

Esse artigo não visa apenas acender chamas sobre os conceitos. Promover balbúrdia ou disparate de diversos conceitos. Mas, racionalizar estes como forma justa e humana em uma nova visão social. Podemos de início, afirmar que tudo o que separa nem sempre é para uma melhor compreensão. Na maioria das vezes, é exclusão. A ciência poderá afirmar que é necessário separar as moléculas da água para uma melhor compreensão posterior de seus estados físicos. No entanto, nem tudo se explica, compreende separando, dissociando. Ou seja, é unindo os pontos como metade que se completam o todo.

A compreensão em separado da realidade, torna-se uma forma suspeita, egoística de enxergar na totalidade esses conceitos. Sem dúvida, uma forma que precisa ser revista, repensada. Pontos opostos, realidades diferentes, fazem parte de um contexto social no todo. A quebra dos átomos para compreensão das moléculas não é o bastante para compreender a célula. Pois, a composição iônica traduz partículas ainda mais invisíveis que surgem a cada dia que somam na composição do ser desafiando a ciência. Nestes termos, a exclusão é absurda e totalmente descabível. Quando vemos pontos diferentes e choque de conflito é apenas uma forma do outro enxergar o que eu não consigo ver.

Ainda sobre os termos *Erudito e Popular*, torna-se impossível associar esse termo sem falar de exclusão. Durante toda a história, pobres e ricos foram separados pelo poder. O termo erudito, clássico, fino, elegante de um lado. Enquanto o termo popular seria rústico, grosseiro, do gueto social ou desprovido de conhecimento. Na literatura, inúmeros são os exemplos. Em *Vidas Secas*, Fabiano é popular. Por isso, veste-se de uma cultura e conhecimento restrito, enquanto seu patrão é erudito possuindo um conhecimento capaz de lhe roubar sobre seus dias trabalhados.

Em "*Grande Sertão:Veredas*", ROSA, Guimarães nos apresenta Roboaldo e Diadorin como instrumentos para um resgate da língua e fala popular interiorana do sertão(norte mineiro e sertão baiano). A jagunçagem nessa obra não se trata de um fato central, mas a língua em construção. Considerado como "o inventor de Palavras", Guimarães Rosa se preocupa com as falas e dialetos que estavam para se perder. Por essa razão percorre todo o sertão catalogando esses registros linguísticos. Torna-se um novo avanço no entendimento e justiça quanto aos termos erudito e popular.

No período da ditadura brasileira, ainda sobre o governo de Juscelino Kubitschek era nítido a discrepância entre erudito e popular, pobres e ricos. O estado de São Paulo, sobre o governo de Ademar de Barros vivia os tempos dos barões do café. Nesta época, o poder econômico era entendido como "saber". A literatura era

“escrava” do domínio econômico. Registra-se nessa época o lançamento de *“Quarto de despejos”* de Carolina Maria de Jesus.

A obra em questão, é um compêndio de relatos do cotidiano de uma favela (Canindé-SP) torna-se sob a gestão de Adáulio Dantas (jornalista *Folha de SP*) um “best seller” a ser lançado na Biblioteca de SP. Os desabafos e lamúrias de uma viúva negra, com três filhos, vinda do triângulo mineiro, jogada ao relento condicionada a se prostituir e nestes termos se recusar como forma de resistência percorrem o mundo. Mas, vale a pena refletir como se dava a divulgação literária na década de 1960. A literatura era em forma de sarau literário. Essa tradição de “café literário” ainda se preserva nas cidadezinhas do interior e fortemente no nordeste brasileiro.

A vendagem dos títulos dos escritores era após suas declamações. Daí, eram convidados para café com governadores e deputados e assim a literatura seguia “escrava” de um sistema. É nesta época que escritos da Clarice Lispector entram em decadência. Os seus fãs começam a ver com desconfiança. Os rumores da Clarice fumante se espalham. Apenas se espalhou uma escritora fumante. Não houve outras notícias. Mas, esta foi o suficiente para preocupar a escritora. É nesta época, que essa toma a decisão de visitar Carolina Maria de Jesus em seu lançamento. Para Carolina um momento de glória. No entanto, o único momento de glória de uma negra “roubado” por uma branca. Todos foram cumprimentar Clarice por ser branca. Esses registros se encontram nos anais da *Folha de SP* pelo jornalista Adáulio Dantas.

Por muitos anos na literatura brasileira o popular não teve espaço nos “cânones” literários. De um lado, a escrita erudita falada e pronunciada pelos brancos (ABLE Academia Brasileira de Letras) e do outro, os que não tinham espaço. A estes, seus escritos tomam vários nomes como “pasquim”, “escrita de doido”, “de desocupados”, “de menor valia”. É nestes termos que surge outra Academia. A ABLC (Academia Brasileira de Literatura de Cordel). Esta por sua vez recebe riscos e pobres, negros e brancos.

Na literatura brasileira, muitos são os escritores que se dedicaram a este assunto entre eles Machado de Assis, João Cabral

de Melo Neto, Ariano Suassuna, entre outros. Machado no século XVIII, usa não apenas de recursos linguísticos da metalinguagem para sustentar os seus textos em romances, contos, jornais etc. Mas, por meio desses recursos tece um verdadeiro diálogo na Academia e sociedade sobre a exclusão social principalmente ao negro nesta época. O homem negro excluído da literatura machadiana é o Severino retirante de João Cabral ou o mesmo João Grilo em Ariano Suassuna que permeando na jocosidade textual registra a sua forte crítica ao clero e o estado.

CAPUCHO (2012) nos convence que um direito clássico da EJA, assegurado pela Constituição Federal é ameaçado. A cidadania, identidade e cultura são vertentes que tecem uma teia de reconstrução legal, uma vez que tais direitos de oficiais passam despercebidamente para oficiosos. Para este, no avanço do Capitalismo, as forças defensoras do capital passam a ameaçar a cidadania e conseqüentemente a democracia. Essas ameaças, sufocam políticas públicas inovadoras e formativas que contribuam para uma escola mais humana e cidadã. São ameaças implícitas, no entanto latentes e reais. Ditadas por um neoliberalismo que traz com sua cartilha o lucro, o poder, o capital como aversão à ética humana e valores formativos dessa.

As Diretrizes Nacionais para a EJA, (BRASIL, MEC/CNE, 2012) asseguram um educar para a igualdade dos direitos, justiça social, transparência de poder, respeito, diversidade, tolerância, soberania popular para a democracia. No entanto, não basta a legislação assegurar esses direitos e tais documentos reescreverem as clausuras pétreas constitucionais. É preciso fazer valer esses direitos na práxis. A escola pública caminha para um “*desmonte*” da comunidade EJA. Por um lado, vemos o PEI que surge como o novo “*conto de fadas*” da Educação pós-moderna. Do outro, temos um magistério sem esperança e sonhos, causado como conseqüências dessas situações. Um sistema de ensino que não forma, não humaniza e nem acrescenta. Mas serve à um sistema capital de empresários como instrumento para sustentar existência de empresas.

No espeço EJA, vemos em nosso cotidiano uma formação, métodos e linguagens engessados por teorias da pós-modernidade. As teorias da complexidade de Edgar Morin por exemplo, torna-se atualmente um dos maiores entraves neste contexto. Se por um lado, a compreensão do Ser em sua complexidade torna-se importante para a racionalização da escola e compreensão desses saberes. Por outro, tudo isto é absurdo, irrelevante e ineficaz. Não basta compreender o pensamento complexo na pós-modernidade. É preciso compreender a fome, miséria social e invisibilidade deste ser na sociedade. Reconhecê-lo apenas como um Ser complexo não é o bastante. É preciso ações!

No processo de construção dos saberes, a escola caminha devagar parando. Construindo métodos e formas de linguagem que atendendo à uma linguagem única de pensamento torna-se suspeito e nestes termos se afastando do real. A realidade não é apenas Jussara Hoffman, Cipriano Luckesi ou Edgar Morin. A compreensão do sujeito da EJA, implica em leituras múltiplas, realidades e métodos múltiplos. Leituras estas, consideradas até "*extra canônicas*". Um dogmatismo de verdades suspeitas, impostas por teorias que se sustentam também em argumentos suspeitos ou falaciosos não pode ser considerada ciência.

Este artigo, versou pela teoria da práxis uma leitura do mundo, da realidade, da vida. Como uma pessoa irá compreender a literatura, o outro se é ignorada o seu mundo, sua história e existência? Não se trata de oficializar os argumentos empíricos como verdade e nestes termos calar a ciência com argumentos absurdos. Não é isso que se trata. A escola de Frankfurt, trouxe à tona novos ares para a ciência. Entre elas, a práxis pedagógica como instrumento de convencer o aluno que é possível aprender a partir de seu mundo. No entanto, essa mesma escola foi superada por novas teorias e necessidades de dialogismo do cotidiano para com o aluno.

Num duelo entre "*sábios e sabidos*" no chão da escola, quem perde é o aluno. Existem docentes que se fecham ao aprender e ainda insistem a explicar a escola pela punição e tortura. Os poucos

que acreditam e tentam nos projetos são ceceados, humilhados e nem todos os gestores os apoiam. Neste universo de sábios e sabidos a dicotomia de erudito e popular da linguagem sequer é bem-vinda a adentrar numa sala de leitura.

Os gêneros de escrita e leitura formatados para a EJA como escrita de cartas, causos, poemas declamatórios são todos versados pela sabedoria popular. Literatura essa que a ABLE a tem como de menor valia, escrita de doido ou de desocupado. Mais uma vez terei que ser repetitivo. Se a história dessa pessoa não é relevante para ser lida, por que então esse aluno se interessaria em conhecer uma história de outra pessoa sendo que ainda nem o conhece e nem foi incluído neste contexto histórico?

[...] “O Brasil não se define, como cultura, apenas pelos discursos pronunciados nas suas academias de letras, de filósofos, e de ciências, ou nas universidades. Define-se também, pelas histórias contadas em português espontâneo, rústico, rude, porém expressivo. Pelas cantigas também espontâneas, cantos de analfabetos etc. Se define pela sua sabedoria popular manifestada, por vezes, de modo surpreendente, intuitivos e imaginativos.” (FREIRE, 1933, p.47)

A sabedoria popular também é literatura. As cantigas de roda das lavadeiras do São Francisco, cantigas da colheita do alecrim dourado do Jalapão, as cantigas de ninar, todas são história, são literatura. Precisam ser contadas, recontadas para que a história não se perca. Por que não se coloca esse aluno para contar essa história do seu jeito? A sua vida, visão de escola, da língua e leitura será outra a partir desse momento.

## RESULTADOS

No transcorrer da aplicação de tais métodos e formas de ações pedagógicas, diversas foram as reações dos alunos. Desde espanto, crise, assustados até ao ponto de contentamento.

De imediato, pode-se perceber um aluno formatado e educado ao modelo tradicional do aprender. Ou seja, copiar, copiar e copiar.

Pode-se constatar que inúmeros que copiavam sequer sabiam ler e compreender o que haviam copiado. Neste conflito gerado pela aula do professor houve proposta de mudança de didática. A mudança didática, não visava apenas o aprender do aluno, mas colocar o professor na mesma condição dos demais professores da escola. Estabelecia-se nessas vertentes portanto, uma condição favorável e de conforto administrativo.

A insistência de aulas onde o professor se sentava no meio dos alunos, com exemplos do dia a dia como por exemplo aula de verbos construindo uma receita de salada de frutas causa uma confusão no corpo docente. Outro fato constatado é que cerca de 85% do quadro de professores são docentes efetivos que trabalham em outro cargo no matutino e torna-se cômodo, menos cansativo o modelo tradicional de lousa e giz. A chamada "*aula morta*" para a academia convence a estes por ser um forte meio de garantir estas aulas uma vez que no noturno já estão cansados.

O convencimento a este formato de aula é tão forte por parte de alguns professores que até alguns alunos não entendem que a lousa sem lição não significa que não houve aula. No 3º Ejapec Administração pode-se ver mais de três alunos que não apenas não sabiam ler como afirmaram que não sabiam o que se copiou da lousa. Estes mesmos alunos copistas, possuem uma grande preocupação com a chamada, com o registro do professor. Se fez chamada, se registrou presença ou falta.

O processo do aprender na EJA é lento. Um dia, a mesma aluna que havia dito que nada aprendera nas aulas de Língua Portuguesa afirmou que foi a melhor aula que tinha visto ao longo da sua vida e de fato tinha aprendido verbo. O aluno ainda não tem maturidade para compreender que ofendeu o professor ao dizer algo semelhante nestes termos. No entanto, cabe ao professor provar com a sua práxis que é capaz, que sabe e convencê-lo por meios simples do cotidiano do aluno, com exemplos de seu cotidiano a necessidade de aprender e assim a importância da busca pelo conhecimento.



Pode-se constatar, portanto, que o maior empecilho para que impede a EJA de encantar, convencer por parte da docência é: Temos grande parte do corpo docente que se prendeu à um currículo falido, uma aula que não encanta, um método que não acrescenta e nem comunica. Boa parte destes tem aula no matutino, ou à tarde, sendo a EJA como um “*bico*”. Chagam cansados ou já criaram um rótulo. São “*burros*” não sabem nada. Qualquer coisa para eles são conteúdo, conhecimento. Estes absurdos na maioria das vezes, espanta o aluno que vem cansado para a escola. No fundo da sala e se vê ali sem acrescentar nada que possa aliviar ao seu dia cansativo do trabalho. Certamente este aluno estará destinado a se tornar estatística no quadro de evasão escolar.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA**, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017 pp.125-132
- \_\_\_\_\_. **Currículo, território em disputa**, 5ª Edição, Petrópolis, RJ:2022, Editora Vozes. p.53, 7, 124, 223
- \_\_\_\_\_. **Outros sujeitos, outras pedagogias**, 2ª Edição, Petrópolis, RJ: 2022, Editora Vozes. pp.23-61
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**, 47ª Edição, RJ:2021, Editora Paz e Terra. p.82
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**, 32ª Edição, RJ: 1970, Editora Paz e Terra. pp.30-48,62
- \_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**, 53ª Edição, RJ: 2022, Editora Paz e Terra. p.113
- CAPUCHO, Vera. **Educação de Jovens e Adultos: Prática pedagógica e fortalecimento da cidadania**, 1ª Edição, São Paulo:2012, Editora Cortez. pp. 21-39, 114-129
- GADOTI, Moacir. **Educação e poder: Introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Editora Cortez:2012 pp.121-139

GADOTTI, M, ROMÃO, J. E. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, práticas e propostas**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Odeio os indiferentes: escritos de 1917**, São Paulo:2020, Editora Boi Tempo. p.35,87

JACOMI, Márcia A. **Antônio Gramsci e a pesquisa educacional**, São Paulo:2022, Alameda Casa Editorial. pp.110-150, 155-176

JESUS, Antônio T. **O pensamento e a prática escolar de Gramsci**, 2ª Edição, São Paulo: 2005, Editora Autores Associados. p.43,68-81,85, 103

MORCONI e LAKATOS. **Metodologia do trabalho científico**, 9ª Edição, São Paulo:2022, Editora GEN Grupo Editorial Nacional/Atlas. pp.31-70

LUCIANO, Aderaldo. **Apontamentos para uma História Crítica do Cordel Brasileiro** Edições Adaga/Editora Luzeiro, 2012

MONASTA, Atílio. **Antônio Gramsci**. Recife/PE:2010, Editora Fundação Joaquim Nabuco Massangana/MEC- Cadernos da Educação. pp. 20-28, 40, 92-127

SEMERARO, Giovani. **Intelectuais da Educação: Um estudo do caderno 12 de Antônio Gramsci**, 1ª Edição, São Paulo: 2021, Editora Expresso Popular. pp.27-63

\_\_\_\_\_. **GRAMSCI e os novos embates da Filosofia da Práxis**, 4ª Edição, São Paulo: 2006, Editora Ideias e Letras. pp. 32-37,193-208

SEVERINO, Joaquim A. **Educação, Ideologia e Contra- Ideologia** – Col. Temas básicos de educação e ensino. Editora Pedagógica e Universitária Ltda. São Paulo:1986. p.5,41,50-51

\_\_\_\_\_. **Metodologia do trabalho científico**. Editora Cortez. São Paulo:2013. pp. 40-52

SOAREZ, Magda B. **Letramento, um tema de três gêneros**. 3ª Edição. Editora Autêntica. Belo Horizonte: 2009

VIGOTSKI, Lev S. **A construção do pensamento e da linguagem**, 5ª Edição, São Paulo:2021, Editora WWF Martins Fontes Ltda. pp.97-111



# CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CEARÁ: RESISTÊNCIA E RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS

Murilo Orlando Cordeiro Barbosa

## 1. INTRODUÇÃO:

O presente trabalho tem por objetivo analisar a cultura afro-brasileira de uma comunidade remanescente dos quilombos. Busca também fazer uma reflexão da importância da cultura afro-brasileira escolas. Conhecer a cultura das comunidades remanescentes de quilombos existentes no Brasil é de suma importância para fortalecer a crença na riqueza das diferenças étnicas e culturais que constituem a sociedade brasileira como um todo.

Na comunidade residem 260 famílias que sobrevivem basicamente da agricultura de subsistência. A oralidade tem sido o meio de transmissão de costumes, tradições e valores da comunidade, dado não ministrado pela história formal.

Ao chegar às terras brasileiras os africanos influenciaram com sua cultura os valores da nova nação. Trouxeram uma vasta gama de conhecimento que mesclado ao do índio e do europeu constituiu o que mais tarde o que se tornou “identidade cultural brasileira”. Nesse sentido é imprescindível se fazer perceber a importância da história local, e que a mesma mereça posição de destaque no contexto didático e sociocultural. A opção de se trabalhar com essa comunidade é de possibilitar a compreensão do objeto de estudo por meio da relação entre as várias temporalidades que o mesmo proporciona, levando assim ao conhecimento de todos através da aprendizagem do conteúdo Afro-brasileiro na disciplina de história, despertando assim um maior interesse sobre o tema.

Para realizar esse estudo empreendemos uma pesquisa qualitativa onde parto inicialmente para uma pesquisa

bibliográfica, onde busco recursos teóricos para as reflexões sobre o tema.

Participamos das comemorações do dia 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra) na comunidade, visando obter o máximo de informações acerca das atividades dos afrodescendentes.

A comunidade quilombola de Conceição dos Caetanos, situa-se, a 107 quilômetros de Fortaleza, CE.

As famílias da comunidade quilombola sobrevivem basicamente da agricultura de subsistência. Planta-se a mandioca, feijão, batata, milho etc.

Segundo Goldenberg (1997, p. 49), A pesquisa qualitativa busca compreender profundamente certos fenômenos sociais “apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social”. Isto porque o tema proposto tende à subjetividade e a pesquisa qualitativa é subjetiva, ou seja, busca o que é peculiar, característico de cada fenômeno.

No campo de pesquisa, utilizou-se entrevistas, e observação participante que foi feita através do cotidiano dos sujeitos; esses são recursos importantes para se obter uma descrição densa, a mais detalhada e criteriosa possível. Participou-se das comemorações do dia 20 de novembro na comunidade, visando obter o máximo de informações acerca das atividades culturais dos afrodescendentes.

A entrevista foi do tipo não estruturada. A entrevista não estrutura é aquela que abrange a história oral, história de vida e narrada pelos sujeitos. Foram entrevistadas pessoas remanescentes da família Caetano e que atuam na comunidade, sendo uma líder comunitária e uma idosa com bastante relevância local.

Segundo Dias (2010) a observação participante é uma técnica em que o pesquisador se associa intimamente às pessoas que estão sendo testadas. Com isso, ele espera obter a confiança delas e, assim, compreender as suas atitudes e comportamentos.

Com as fontes orais buscamos valorizar e memória quilombola local, como também mostrar a riqueza imaterial deste povo (cultos religiosos, dança, etc.). A memória é essencial a um grupo porque

está atrelada a construção de sua identidade. Ela (a memória) é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, isto é, identidade. (PINSKY, 2005).

Considerando as fontes de dados o estudo é bibliográfico. Entende que a pesquisa bibliográfica é feita com base em material escrito ou gravado de áudios. A pesquisa bibliográfica vale-se essencialmente de livros e artigos científicos, além de periódicos como jornais e revistas, enciclopédias, páginas de sites da Internet, entre outros.

## **2. CULTURA NEGRA: FORMAS DE RESISTÊNCIA.**

Geograficamente o continente se encontra dividido em África meridional, África oriental, África ocidental, África central e África setentrional. A África é o segundo continente mais populoso do mundo. Possui, 1,3 bilhão de habitantes. Composta de 54 países o continente Africano e dotado de antagonismos. De um lado é rica em metais preciosos e vastas fontes de petróleo que se constituem em grandes riquezas mundiais. Do outro temos a África das constantes guerras civis, que agoniza de fome e sucumbe a vários tipos de epidemias.

A África antes da chegada do homem branco era livre e organizada em vários impérios. Estes eram ricos em diversos minerais metálicos e não metálicos como o ouro e pedras preciosas. A população africana sobreviveu aos gregos, romanos e árabes até ser colonizada pelos europeus. Na antiguidade, algumas sociedades chegaram a formar grandes reinos, como o Egito, o Mali, Songai, Oio, Axante e Daomé. Nas aldeias eram onde os grupos se organizavam, e cada família tinha seu chefe, que era responsável em manter as regras a serem cumpridas, e as tradições. A descendência afro em terras brasileiras se deu no processo de colonização do país através do escravismo negro.

O “descobrimento do Brasil” foi fruto da expansão marítima e comercial atlântica exercida no séc. XV, pelos portugueses, que já navegavam desde o início deste século.

Nesse período histórico, o açúcar era um produto de grande valor comercial e bastante desejado pela população europeia. Com a experiência portuguesa no cultivo do açúcar nas colônias do Atlântico e com o solo e clima adequado Portugal viu na cultura e comércio da cana-de-açúcar uma maneira de obtenção de lucro certo, além de efetivar o processo de colonização do Brasil.

A exploração agrícola da cana-de-açúcar exigia grande quantidade de mão-de-obra para seu desenvolvimento. A saída seria a utilização de negros trazidos da África. Foram cerca de 350 anos de trabalho forçado que contribuíram para a formação do povo e da cultura brasileira. Foi aproximadamente em 1580 que começaram a chegar com maior frequência ao Brasil escravos trazidos de determinadas regiões do continente africano. Os escravos que aqui chegavam eram embarcados em vários portos do continente africano, sendo a grande maioria pertencente ao grupo linguístico banto. Essas diferentes etnias foram reagrupadas com os nomes de Angola, Congo, Benguela e Cabinda, identificando os africanos pelos portos nos quais haviam sido embarcados ou pela região na qual eles se localizavam. Aqui no Brasil, escravos e seus descendentes refizeram suas religiões, assim mantendo sua cultura mais perto das suas matrizes africanas.

Vejamos o que Slenes (1999) tem a dizer sobre essa afirmação:

Embora esses escravos viessem de várias tribos possuíam uma cultura comum que predominava na região da África Central, a chamada cultura banto. Esses escravos falavam a mesma língua e tinham traços culturais semelhantes, dos quais destacam-se o fato de as sociedades se estruturarem em torno da família concebida como um grupo de parentesco que traça sua origem a partir de um ancestral comum e o de possuírem valores ligados. A ideia de que o universo é caracterizado em seu estado normal pela harmonia, o bem-estar e a saúde, e que o desequilíbrio o infortúnio e a doença são causados pela ação malévola de espíritos ou de pessoas, frequentemente através da feitiçaria. (SLENES, 1999, p. 143).

Cada época da História do Brasil teve diferentes portos importantes de embarque de escravos, e cada porto recebia escravos provenientes de uma grande região que ia até de centenas de quilômetros para o interior da África. Portanto, a origem étnica dos escravos recebidos no Brasil é muito variada, além de se ter alterado ao longo dos séculos, por conta do tráfico negroiro.

Apesar disto, os grupos étnicos acabaram se dividindo em locais, com preponderância dos Bantos no Rio de Janeiro e dos escravos oeste-africanos na Bahia e norte do Brasil. A distribuição dos escravos se dava em função do momento histórico em que ocorria cada ciclo econômico nas diferentes regiões do Brasil. (Açúcar no Nordeste, ouro em Minas Gerais e café no Rio de Janeiro) e a oferta maior de escravos em uma região da África.

Durante os séculos e XVII e XVIII, os negros e mulatos foram a grande maioria da população brasileira. O crescimento da entrada de escravos africanos a partir do século XVI, os extermínios dos indígenas a relativamente pequena quantidade de colonos portugueses contribuíram para o surgimento de uma grande maioria de afrodescendentes no Brasil. Desde os tempos coloniais, há uma distribuição irregular da população de afrodescendentes no Brasil. Por conta disso atualmente pode-se encontrar populações negras em várias partes do território brasileiro.

### **3. PRECONCEITO RACIAL E EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS**

Diante dos fatos históricos fica evidente qual era o pensamento vigente sobre o negro nesse período da História do Brasil. Não é de se admirar também que um país que viveu a escravidão até a segunda metade do século XIX e com essa carga de preconceito no imaginário da sociedade, excluísse dos livros didáticos o que se pensava que deveria ser excluído da nossa história.

De acordo com Nogueira (2008) o preconceito é, primeiramente, uma opinião que se emite antecipadamente, a partir de informações acerca de pessoas, grupos e sociedades, em



geral infundadas ou baseadas em estereótipos, que se transformam em um julgamento prévio negativo. Já o preconceito racial é um julgamento e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestam.

O conceito de raça é importante do ponto de vista dos grupos sociais, pois configuram agrupamentos humanos identificados por suas características externas- modo de falar, hábitos costumes, etc., o que facilita a identificação entre seus membros, que se reconhecem como pertencente a ele; e, ao mesmo tempo os diferencia de outros grupos. (DIAS, 2010)

No Brasil a ideia de raça, remete tanto a aparência física dos negros, quanto sua região de origem, o continente africano. A cor, desde do início da colonização do país foi um elemento de preconceito e exclusão social. Era ela, muitas vezes, quem determinava o tipo de trabalho a ser exercido pelo escravo. Ao “negro retinto” era escolhido as piores tarefas, como as da moenda, da fornalha e das caldeiras etc... Os “mais claros”, as tarefas domésticas.

Nesse sentido não é à toa a manifestação fortemente preconceituosa da sociedade brasileira. A maioria dos brasileiros infelizmente ignora ou nega as contribuições feitas durante séculos, pelos negros, para a formação do povo brasileiro e para seu crescimento econômico através da força do trabalho dos escravos africanos e dos afrodescendentes. É muito importante identificar as influências africanas na formação do povo brasileiro e da comunidade quilombola estuada aqui.

Outro problema é o auto preconceito existente entre negros. Na comunidade quilombola em estudo- Conceição dos Caetanos- segundo uma reportagem feita pelo Diário do Nordeste em novembro de 2007, existem na comunidade vários afrodescendentes com vergonha de sua cor, o negro não quer ser negro, quer ser pardo. Isto por que sabe que no Brasil eles são alvo

de um preconceito muito grande. Ainda segundo o jornal, o estudante Adailton Caetano, 18 anos, que vive na comunidade, diz ter orgulho de ser negro, mas admite ser uma raridade. “Muita gente tem vergonha” fala o jovem.

Nesse sentido faz-se necessário que as instituições de ensino do Brasil, na disciplina de história ou através de temas transversais passar as crianças e jovens informações necessárias para que eles entendam sua própria riqueza cultural, de forma que essas questões são de prioridade para a formação da identidade dos afrodescendentes.

É importante, porém destacar que o Ministério da Educação, vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro. Em 2003 a política educacional brasileira deu um grande salto em práticas afirmativas com a aprovação da lei 10639/03, que tornou obrigatório o ensino da História da África e dos afrodescendentes, em escolas públicas e particulares,

Lei 10639, de 9 de janeiro de 2003.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 2003).

Segundo o Ministério da educação (MEC, 2004) a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando

reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

A história da África destina-se assim, a pesquisas específicas de alunos quando tem em sua pós-graduação como objeto de estudo a sociedade africana.

A educação formal constitui-se de uma visão eurocêntrica da sociedade brasileira que além de perpetuar o preconceito e a discriminação torna-se responsável pela não transmissão da cultura africana para a sociedade.

#### **4. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS**

A cultura é uma das principais características humanas, pois somente o homem tem a capacidade de desenvolver culturas, distinguindo-se assim dos animais.

Segundo Giddens (2005) a cultura refere-se às formas de vida dos membros de uma sociedade ou de grupos dentro da sociedade inclui como eles se vestem, seus costumes matrimoniais e vida familiar, seus padrões de trabalho, cerimônias religiosas e ocupação de lazer. Todas as sociedades são unidas pelo fato de que seus membros são organizados em relações sociais estruturadas, de acordo com uma cultura única.

Nenhuma cultura poderia existir sem sociedade. Mas igualmente nenhuma sociedade poderia existir sem cultura.

Novo Mundo, os negros criaram de forma ativa uma cultura e uma "África" próprias. A deportação atlântica, a sociedade de plantation, a abolição da escravidão, a liberdade e o ajustamento à modernidade foram os contextos nos quais os negros tiveram de redefinir, geralmente em um curto período de tempo, e sob pressão intensa, o que seriam suas culturas e como elas se manifestariam

(ou como deveriam se manifestar). Suas novas culturas tinham de significar algo e ser inteligíveis para os próprios negros, que no início provinham geralmente de origens diversas bem como, embora de outra forma, para os brancos. Por definição, a criação de novas culturas centradas na experiência de um africano no Novo Mundo, em vez de relacionar-se à nação, era um fenômeno transnacional (SANSONE, 2000).

Os quilombos são celeiros da tradição africano-brasileira, o povo quilombola tem sua identidade preservada pela perpetuação de seus costumes e de suas tradições, repassados, ao longo dos tempos séculos, pelos mais velhos aos mais novos através da tradição oral.

Os quilombos eram habitados não só por negros fujões, mas por brancos pobres, foragidos da justiça mulatos e índios. Durante todo o período colonial criou-se quilombos em várias partes do país, sendo o mais conhecido o de Palmares (Estado de Alagoas). Foram núcleos de resistência ao colonialismo, a escravidão, e ao mesmo tempo, apontar para a importância da memória de nossos antepassados para a continuidade das manifestações culturais das comunidades quilombolas, na nossa sociedade atualmente.

Essas comunidades são definidas por Nascimento (1980) como,

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização socioeconômica política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural. (NASCIMENTO, 1980, p.32).

Atualmente, podemos conceituar Quilombos Contemporâneos como comunidades negras rurais habitadas por descendentes de africanos escravizados, que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo.

Os habitantes dessas comunidades valorizam as tradições culturais dos antepassados, religiosas ou não, recriando-as no presente. Possuem uma história comum e têm normas de pertencimento explícitas, com consciência de sua identidade. (MOURA, 2007).

## **5. COMUNIDADE CONCEIÇÃO DOS CAETANOS: O PASSADO NO PRESENTE.**

Do tempo do quilombo, o pouco que resta se perde na memória dos moradores mais velhos. Falta de registros documentais, assim como, a não existência do assunto em livros didáticos leva a perda da memória desse povo.

O senhor Caetano José da Costa, foi o comprador da terra e junto com a esposa por volta de 1884 e seus filhos fundaram essa comunidade. (Esposa e mãe de dezesseis filhos) [...] Primeiro ele morou no Trairi em uma fazenda chamada Pintos e com o dinheiro que ele juntou comprou as terras onde hoje é a comunidade, ele veio de horizonte para o Trairi (uma moradora idosa da comunidade quilombola).

A população reclama da falta de livros que retrate a história do quilombo. Tem receio que um dia ninguém mais saiba a origem de Conceição dos Caetanos e que suas crenças, danças, assim como outras manifestações culturais tenha caído no esquecimento:

Eu fico contando para os mais novos como era a vida dos antigos. Eu me lembro que meus pais e avós também me contavam. Sei não...esses jovens não querem saber...só alguns. E quando os mais velhos morrerem? Quem vai contar? Era bom se tivesse livros contando nossas vidas (moradora, 86 anos)

A tradição oral afro-brasileira está presente na comunidade. Os mais velhos que habitam na região buscam construir suas identidades no dia a dia, a partir de valores, conceitos e hábitos construídos e/ou preservados pela memória. Segundo Parafita (2005):

É a transmissão de saberes feita oralmente, pelo povo, de geração em geração, isto é, de pais para filhos ou de avós para netos. Estes saberes tanto

podem ser os usos e costumes das comunidades, como podem ser os contos populares, as lendas, os mitos e muitos outros textos que o povo guarda na memória (provérbios, orações, lengalengas, adivinhas, cancioneros, romanceiros, etc.). Também são conhecidos como património oral ou património imaterial. Através deles cada povo marca a sua diferença e encontra-se com as suas raízes, isto é, revela e assume a sua identidade cultural (PARAFITA, 2005, p.30).

A fazenda Conceição dos Caetanos, manteve-se praticamente isolada até 1950, quando a energia eléctrica, a cachaça, o fumo e os casamentos com brancos transformaram as tradições e os costumes da família Caetano, descendentes de escravos que ali se haviam refugiado (ALENCAR, 1996).

Em meado da década de 70 o processo de miscigenação intensificou-se, com a migração dos moradores para Fortaleza e a consequente venda de propriedades no local.

O “relacionamento com as pessoas de outra raça no início não era permitido, mas alguns foram se envolvendo e hoje tem Caetanos de todas as cores” (Moradora idosa da comunidade).

Para alguns o costume de manter o relacionamento entre os próprios parentes da comunidade [...] “é costume o casamento entre membros da família, esse costume tem desde sempre [...] mas alguns foram morar fora e hoje tem pessoas da comunidade em Fortaleza nos bairros Quintino Cunha, Vila Velha, e nos estados do Acre e Pará” (líder comunitária).

É importante ressaltar que alguns moradores reconhecem a importância da preservação da identidade cultural na comunidade. Porém, a migração rural-urbana e urbano-rural nas últimas décadas permitiu que esse processo não conseguisse ser preservado. A chegada da energia eléctrica, e consequentemente a televisão, foram elementos que acentuaram a uma maior diversidade cultural e um maior processo de miscigenação.

Quanto à miscigenação, estima-se que em torno de 20% dos habitantes do quilombo sejam de quilombolas puros, o restante tem descendência quilombola, mas é fruto de casamentos de negros com brancos ou pardos vindos de outras partes.

Quanto a religião, cerca de 90% dos afrodescendentes são praticantes do catolicismo, a comunidade é distrito da paróquia de Tururu (diocese de Itapipoca).

Os traços da religião afro só são expressos no dia da consciência negra (20 de novembro) “Hoje em dia tem a área das pastorais que são comuns todas as datas religiosas, praticam-se lá a Oração do Ofício; Adoração do santíssimo; Terço dos Homens; e várias celebrações Catequistas” (líder comunitária).

Percebe-se assim que a comunidade referida não tem laços religiosos da sua própria cultura afro.

Para ela é importante a criação de um arquivo com documentos locais. A luta para que a comunidade seja reconhecida, e a criação de um centro de apoio que sirva para divulgar as comunidades no local das cidades.

Toda essa paisagem retrata um rural que convive com uma tradição cultural oriunda das famílias de descendentes afro-brasileiros, que se caracteriza pelo uma grande apego a terra através da agricultura local, a forte relação de parentesco, e por outro lado convivem com motivações trazidas das cidades grandes, como exemplo, os hábitos de consumo, revelados na compra de remédios substituindo os chás, o uso de refrigerantes, enlatados, no lugar de comida produzida por eles mesmos, assim como, nos valores e crenças.

## **6. O DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA (20 DE NOVEMBRO) NA COMUNIDADE.**

A comunidade quilombola em estudo, busca preservar ativamente a memória de seus antepassados em uma data pontual que é o dia do zumbi, que é comemorado na comunidade no dia 20 de novembro (dia nacional da consciência negra). Essa data é celebrada em todas as comunidades remanescentes de quilombo espalhadas pelo território brasileiro. Esse dia é dedicado à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira. A data foi

escolhida por coincidir com o dia da morte de Zumbi dos Palmares, em 1695.

A mesma possui tradições culturais que deveriam fazer parte do cotidiano local através da disciplina de história como uma forma de divulgar e valorizar uma cultura que faz parte de toda a sociedade brasileira.

Dentre as manifestações culturais desse dia podemos citar diversas danças de origem africanas como o balaio da nega, maculelê, e a dança do tronco que lembra o tronco onde os escravos eram castigados por seus respectivos senhores.

Destaca-se nesse dia a missa em estilo africano, que só acontece nessa data, que simboliza e fé das afrodescendentes resgatando assim parte da sua cultura.

No ritual da missa são usados elementos da religião católica e africana, como instrumentos musicais (atabaque, berimbau, reco-reco, tamborim e agogô), cantos, gestos e símbolos que lembram fortemente o folclore popular ou mesmo o Candomblé, a Umbanda, além de danças e paramentos bastante coloridos.

Todos esses elementos, representam nosso sincretismo religioso onde os orixás africanos são relacionados aos santos católicos.

As comidas típicas- vatapá, cocada, pé-de-moleque, feijoada entre outras são servidas em uma feirinha, assim como os artesanatos africanos.

São realizadas oficinas de leituras com as crianças locais, e ministradas palestras sobre a cultura afro. Alguns grupos artísticos da região se apresentam nesse dia.

Essas manifestações tem o apoio da prefeitura do município, que objetiva fortalecer a identidade dos afrodescendentes da comunidade.

De acordo com Gomes (2007) as comunidades remanescentes de quilombos no Brasil buscam, cada vez mais, o reconhecimento de seus direitos, a valorização de sua cultura, a afirmação de sua identidade e uma maior participação na sociedade envolvente. Para tanto, é necessário que sejam integradas à sociedade brasileira,



do ponto de vista sociopolítico e econômico, por meio de políticas públicas, uma vez que elas são alvo de diferentes formas de discriminação e privação dos direitos humanos fundamentais.

A lei N.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, incluiu o dia 20 de novembro no calendário escolar, data em que comemoramos o Dia Nacional da Consciência Negra. A mesma lei também tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Com isso, professores devem inserir em seus programas aulas sobre os seguintes temas: História da África e dos africanos, luta dos negros no Brasil, cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. O dia da consciência negra também é marcado pela luta contra o preconceito racial, contra a inferioridade da classe perante a sociedade, além de temas como mercado de trabalho, discriminação política, moda e beleza negra, etnias, homenagens a negros que se destacaram.

## **7. METODOLOGIA**

Para realizar esse estudo empreendi uma pesquisa qualitativa partindo inicialmente de uma pesquisa bibliográfica, onde busco teóricos para obter informações sobre o tema.

Segundo Goldenberg (1997, p. 49), a pesquisa qualitativa busca compreender profundamente certos fenômenos sociais “apoiados no pressuposto de maior relevância do aspecto subjetivo da ação social”. Isto porque o tema proposto tende à subjetividade e pesquisa qualitativa baseia-se em dados que exprimem valores, experiências, significados, vivências, comportamentos, buscando o que é peculiar, característico de cada fenômeno.

Na pesquisa de campo, utilizo entrevistas e observação participante para coleta de dados para o desenvolvimento do trabalho, enfocando cotidiano dos sujeitos, com visitas realizada aos sábados, intercaladas, durante 6 meses, além de também participar ativamente das comemorações dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Utilizou-se o registro em diário de campo, anotando informações dos quilombolas, o ambiente e o

comportamento social, esses são recursos para se obter uma descrição importante, mais detalhada e mais criteriosa possível em relação a comunidade estudada.

Segundo Dias (2010) a observação participante é uma técnica em que o pesquisador se associa intimamente às pessoas que estão sendo testada. Com isso, espera-se obter a confiança dos sujeitos pesquisados e, assim, compreender as suas atitudes e comportamentos.

Foram realizadas várias entrevistas semiestruturadas, com remanescentes da família Caetano, que atuam ativamente na comunidade, com lideranças e idosos com bastante relevância social. A entrevista não estruturada é aquela que abrange a história oral, seja tipo história de vida ou narrativa.

Com as fontes orais busco valorizar a memória quilombola local, como também mostrar a riqueza e patrimônio imaterial desse povo (comidas típicas, cultos religiosos, danças etc.). A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. A memória e resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, isto é, identidade. (PINSKY, 2005).

Com relação aos níveis de pesquisa o estudo é exploratório. Gil (1994) sugere que os estudos exploratórios pretendem mostrar uma visão geral de assuntos poucos explorados como é o caso do tema proposto, pois há pouco material que estude a comunidade em questão.

Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, o estudo exige uma discussão da teoria e os dados obtidos através de entrevistas e da observação participante ela e capaz de identificar e analisar dados que não podem ser mensurados numericamente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na comunidade quilombola estudada a tradição oral afro-brasileira está muito presente no cotidiano dos sujeitos que a povoam. Os quilombolas reconstroem suas identidades

cotidianamente a partir de tradições, valores, conceitos e hábitos preservados pela memória das pessoas mais velhas.

A pesquisa realizada aponta a tradição oral como um importante elemento na preservação de uma cultura construída ao longo da trajetória de referenciais históricos e culturais e da memória ancestral, preservada ao longo dos anos.

Na História percebe-se que a arte de falar dos antepassados sempre fez parte da vida e manteve viva a memória e saberes transmitidos ao longo do tempo.

Levar essas discussões para a sala de aula, dentro das aulas de história pode ser uma contribuição para o desenvolvimento social do povo de Conceição dos Caetanos com o restante da população brasileira, já que a história da mesma ao ser vinculada a grade curricular possibilitará essa aproximação cultural que já deveria existir há tempos atrás. É de suma importância que se conquiste o “Dia Nacional da Consciência Negra” como o dia nacional de todos os brasileiros que lutam por uma sociedade democrática, igualitária e sem preconceitos raciais, integrando a raça negra a sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, F. **História da Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1996.

DIAS, Reinaldo. **Introdução à Sociologia**, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**, São Paul, Editora Artmed, 2005.

GIL, A, C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, Verônica. Organização Social e festas como veículo de educação não-formal. **Educação Quilombola**; In. Boletim 10 – junho de 2007; SEED MEC.

- MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. E para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
- MOURA, Glória. Proposta pedagógica. In: **Educação Quilombola**. Boletim 10 – junho de 2007; SEED MEC.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NOGUEIRA, Léo Carrer. **Para estudar a África**. Anápolis: Núcleo de seleção – UEG. 2008.
- PARAFITA, Alexandre. **História de arte e manhas**. Texto Editores, Lisboa, 2005, p.30.
- PYNSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- SANSONE, Lívio. **Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil**. Mana vol. 6 n.1 Rio de Janeiro. Apr. 2000.
- SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste séc. XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



# EDUCAÇÃO E AS TICS: REFLEXÕES SOBRE NOVOS PARADIGMAS PARA A CIDADANIA DO SÉCULO XXI

Washington José Laranjeiras Borges

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo é uma proposta de trazer uma reflexão sobre a Educação e Cidadania sob a ótica epistemológica da teoria de sistemas na área de ensino que vem crescendo nas últimas décadas no Brasil, através da formação a nível técnico dos docentes e qualidade de ensino: "da formação inicial, a formação continuada, a educação profissional técnica de ensino médio, a educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação" (BRASIL 1996).

Para tanto, foi necessário direcionar o olhar investigativo da pesquisa de forma a se entender não apenas a importância da formação do docente mas também as necessidades da sociedade em relação a uma formação de mais qualidade e equidade.

Os levantamentos iniciais realizados para o desenvolvimento dessa abordagem demonstrou, que a área de educação no Brasil vive um momento de muita carência em ter que entregar ao mercado de trabalho, um cidadão melhor preparado para enfrentar um mundo conectado com as novas TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação que permita atender a educação inclusiva, o ensino híbrido, além da falta de recursos e a necessidade de melhor capacitação do docente.

O principal objetivo que moveu a escolha deste tema foi poder analisar as melhores opções de formação que garanta ao indivíduo uma cidadania digital. Além de objetivos mais específicos de: entender qual é o papel da instituição de ensino para a devida formação digital dos futuros cidadãos; verificar qual é a formação oferecida ao docente para transmitir esse aprendizado aos alunos;

descrever as principais dificuldades e desafios das instituições de ensino em estabelecer essa prática.

Dentre os principais motivos que torna essa temática relevante estão a oportunidade de se evidenciar a contribuição que o ensino focado em cidadania digital pode promover em uma formação mais completa do aluno, integrando os seus aspectos cognitivos racionais e os emocionais.

Essas observações compuseram a mola propulsora para direcionar um olhar investigativo, contribuindo para o enfrentamento dos desafios

profissionais e desenvolvendo uma formação com multi-habilidades. É preciso preparar esse futuro cidadão com experiências positivas e negativas para que tenham conhecimentos para corresponder às exigências de um mundo globalizado, conectado e altamente competitivo.

A partir dessa exposição sobre a temática, a proposta aqui apresentada se justifica na medida em que nos fornece, informações sobre as necessidades do professor em atender as novas demandas do mercado e da sociedade.

Em virtude da dimensão desse universo, optou-se por um recorte que dirige um olhar investigativo dessa pesquisa para a teoria do sistema de educação que surge na área de ensino como um novo paradigma a ser discutido, questionado e, analisado verificando-se sua devida adequação educacional.

Toda a abordagem aqui estabelecida visa obter a principal resposta a essa temática: a teoria de sistema pode contribuir na construção epistemológica de professores e alunos no sentido de ampliar a sua visão e concepção de humanidade?

A estrutura do trabalho contará com uma ampla discussão sobre a temática da educação e cidadania e todas as influências que interfiram na epistemologia do sistema na área de ensino. Essa pesquisa traz como contribuição esse novo olhar para somar as demais investigações que já existem.

## 2. METODOLOGIA

A abordagem dessa pesquisa se diferencia das demais porque volta seu olhar investigativo para a importância da educação e cidadania, independente de faixa etária, classe socioeconômica ou qualquer outro tipo de classificação social.

Para Zanella (2013, p. 23), a metodologia de uma pesquisa científica não pode ser descrita como sendo um conjunto de regras fixas. Cada pesquisa tem suas particularidades, dependendo do assunto, da temática ou de escolhas e decisões do próprio pesquisador, e que “etapas comum a todas as pesquisas iniciam com seu planejamento, segue sua execução e, por fim, apresenta a comunicação dos resultados, mas cada investigação segue seu próprio caminho” (2013, p.23).

Os métodos qualitativos permitem por si só a obtenção da informação necessária em uma pesquisa, embora os estudos não permitam uma abordagem generalizada permite uma contribuição para a consolidação do conhecimento científico (SILVA & SILVA, 2014).

A partir dessa conceituação, o trabalho será fundamentado nas técnicas de pesquisa exploratória, conforme Gil (2010), através de levantamentos de fontes secundárias: livros, artigos, documentos, jornais, e sites oficiais que permitiram informações referentes aos benefícios que a prática do ciclismo pode proporcionar a saúde física e mental das pessoas.

Utilizou-se também, para uma maior compreensão de estudos nacionais, a base de dados do Google Acadêmico, Scielo (Scientific Electronic Library Online). Como base de pesquisa utilizou-se as seguintes palavras-chave: *Sistema educacional. Teorias Educacionais. Formação de Docentes. Tecnologia em educação.*

Os critérios de inclusão estabelecido foram: artigos compatíveis com o objetivo aqui estabelecido; publicações que abordassem as questões que envolvam os conceitos e práticas do sistema de educação e seus novos paradigmas e como critério de



exclusão adotou-se para os artigos e publicações que não estejam dentro do recorte aqui estabelecido.

Os procedimentos metodológicos que nortearam essa pesquisa seguirão as seguintes sínteses, não necessariamente nesta ordem: pesquisa e análise documental: se apresentam como caráter exploratório-descritivo e qualitativo. Portanto, através dessa pesquisa exploratória será possível avaliar-se e desenvolver uma relevante abordagem sobre a educação e cidadania.

### **3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A educação formal como se conhece há muito tempo, vive um momento de impasse diante as inúmeras mudanças na sociedade: como ser eficiente e atender as distintas necessidades oferecendo um ensino de qualidade e equidade. É preciso rever os processos, reorganizar os currículos, mudar as metodologias além dos tempos e os espaços.

Essa escola padronizada, parece não querer ver que a sociedade do conhecimento se pauta em competências cognitivas, pessoais e sociais que não absorve aprendizados da forma convencional que ensina e avalia a todos de forma igual. Uma sociedade que pede proatividade, personalização, enquanto que os métodos tradicionais privilegiam a transmissão de informações pelos professores (MORAN, 2015, p. 02).

A internet disponibiliza diversos cursos e matérias, as pessoas têm a possibilidade aprender em qualquer lugar, em qualquer tempo. Almeida & Valente (2012), alerta que isso é complexo, necessário, contudo, assustador na medida em que não se tem modelos prévios de referências de um aprendizado flexível em uma sociedade altamente conectada (ALMEIDA & VALENTE, 2012).

O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo digital (MORAN, 2015, p. 03). Não se trata de mundo e espaços distintos, mas sim na extensão de um espaço, “uma sala de aula

ampliada, que se mescla, hibridiza constantemente”. Portanto, “a educação formal é cada vez mais *blended*, misturada, híbrida”, posto que “não acontece só no espaço físico da sala de aula, mas nos múltiplos espaços do cotidiano, que incluem os digitais” (MORAN, 2015, p. 03).

No entanto, apesar de todos os desafios, problemas e deficiências estruturais, as instituições institucionais vem buscando alternativas educacionais tanto no setor público, quanto no privado. São duas as principais mudanças, uma apresenta um caminho mais tranquilo, com mudanças progressivas, outro mais amplo e com mudanças radicais. No primeiro caso, as escolas mantêm o modelo curricular e priorizam um maior envolvimento do aluno, “com metodologias ativas como o ensino por projetos de forma mais interdisciplinar, o ensino híbrido ou *blended* e a sala de aula invertida”. A outra opção, a escola propõe:

[...] modelos mais inovadores, disruptivos, sem disciplinas, que redesenham o projeto, os espaços físicos, as metodologias, baseadas em atividades onde cada aluno aprende no seu próprio ritmo e necessidade e também aprende com os outros em grupos e projetos, com supervisão de professores orientadores” (MORAN, 2015, p. 17).

A teoria de sistemas desponta na área de educação como um novo paradigma que vem provocando discussões no meio acadêmico e pesquisas por parte de teóricos e pesquisadores do tema, posto que a inovação e tecnologia ativas são conceitos que fazem presente no contexto de ensino e aprendizagem. Entre outros benefícios a teoria de sistema pode contribuir no estreitamento dos conteúdos entre professores e alunos, na medida em que ela se compõe de partes independentes que formam um todo com determinadas características e funções. O pensamento sistêmico exige que se entenda as configurações pertinentes a cada parte, através de sua interconexão e não de forma individual e isolada. O pensamento sistêmico é relacional, dialógico e sinaliza que tudo que existe, coexiste.

O mundo contemporâneo exige dos indivíduos saberes e competências, tornando importante e necessário que os conceitos de diversidade e cidadania estejam presentes nas atividades e práticas educacionais ubíquas ou não, que de acordo com Pinto a ciência abrange e explora a técnica, uma vez que a técnica é um “produto da concepção humana que retorna ao mundo em forma de ação, materializado em instrumentos e máquinas, e entregue à transmissão cultural” (PINTO, 2008, p. 221).

Partindo da concepção que o papel da escola é formar um cidadão ela precisa acompanhar as mudanças, interferir e propor alternativas com o propósito de consolidar a participação dos indivíduos nesse processo.

A Educação pautada em um modelo sistêmico torna-se um sistema aberto e transformador que valoriza as ações do sujeito com o outro bem como com o meio em que vive. A educação visa os demais e com o meio em que vive. A educação não se limita ao desenvolvimento das habilidades mas conforme afirma Moraes (1997, p. 211) implica uma ação conjunta da “intuição, da criatividade, da responsabilidade social incluindo os componentes éticos, afetivos, físicos e espirituais”(MORAES, 1997, p. 211).

A urbanização decorrente da revolução industrial disseminou pelo mundo o modelo de escolarização elementar de massas, e as taxas de alfabetismo passaram a ser utilizadas como indicadores importantes da condição de desenvolvimento socioeconômico das nações. Além disso, a alfabetização faz parte do processo de desenvolvimento do sujeito e do cidadão, uma vez que a aquisição da linguagem escrita possibilita ao indivíduo alcançar novas formas de pensamento e de exercício das funções psicológicas superiores, e não ler e escrever numa sociedade letrada implica exclusão social e impedimento para o exercício dos direitos do cidadão.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica CEB (BRASIL, 2012) define tecnologia e sua relação com a educação:

A tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida. É importante a integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular (BRASIL, 2012, p. 21).

Medeiros (2017, p.44) nos apresenta tecnologias educativas que permeiam o cotidiano das pessoas em todas as esferas: acadêmica, familiar e profissional. Segundo ele “o aluno vive um envolvimento com a tecnologia que vem se tornando parte de um modelo cultural que já está enraizado em nossas comunidades” (2017, p.44). Nesse novo modelo, “os materiais didáticos cópias de livros, apostilas impressas”, estão saindo de cena e dando espaço para se trabalhar “arquivos digitais por exemplo, arquivos no formato de *e-books* (livros digitais), apostilas em PDF, apresentações de *slides*, artigos, entre outros” (MEDEIROS e BALDIN, 2017 p. 44).

A palavra tecnologia, atrelada à educação, ainda é polêmica. Para alguns professores causa “espanto”, outros apresentam certos preconceitos sobre a questão, contudo, o fato é que algumas tecnologias que há pouco tempo eram utilizadas, atualmente são facilmente substituídas, tais como: retroprojetor que praticamente desapareceram, os quadros-negros hoje foram substituídos por lousas interativas digitais entre outros.

Essa atitude entra em choque com o corpo docente, que, em grande parte foi criado sob a cultura da oralidade, da escrita e da mídia de massa. Em Costa e Tonus (2010, p.83) encontra-se fundamentação para essas considerações. Em seus estudos eles abordam que o professor da “Geração X” ou até um “Baby-Boomer<sup>1</sup>”, não se identifica com a relação educativa dos alunos, estão muito distantes do novo perfil de aluno que frequentemente têm se

---

<sup>1</sup> A Geração *Baby Boomer* surgiu logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. O termo *Geração X* é utilizado para rotular as pessoas nascidas após o chamado “*Baby Boomer*”, ou seja, nascidos durante a Guerra Fria. Termo criado por Robert Capa, em 1950. JORDÃO, (2016, Pág.3)

mostrado mais avançados em relação ao conhecimento e uso dos recursos tecnológicos (COSTA; TONUS, 2010, p.84).

Atualmente, a maior parcela dos estudantes são os “*Nativos Digitais*”, que nasceram no mundo da “*Era Digital*”, ou como se diz popularmente, “nasceram plugados”. Pensam e processam informações, de forma bem diferente de seus pais diferente dos professores. O que por vezes acaba gerando um conflito entre gerações, entre tradição e inovação

Segundo Antônio e Lemos (2014), a tecnologia é uma aliada do professor que, já preparado para a sistematização do conteúdo tem nessa ferramenta o aperfeiçoamento do material didático e de sua difusão para seus alunos. Porém isso exige infraestrutura da escola em equipamentos e capacitação docente para que o professor consiga assimilar todos os mecanismos tecnológicos disponíveis e adapte suas competências, “reaprendendo a ensinar, mudando o tradicional papel do professor como merotransmissor de conhecimento e o dos alunos como simples recebedores desse conhecimento” (Ono, 2015, p. 1).

No contexto atual, de uma sociedade contemporânea em que a velocidade da informação se equivale com a do pensamento humano, a busca da inovação já não é mais um diferencial e sim uma necessidade.

De acordo com Weber, Santos e Cruz (2014), ainda que o uso de tecnologias digitais não seja incluído nas práticas pedagógicas dentro da escola, os alunos se apropriam dessas tecnologias, o que é evidenciado pelo uso constante dos telefones celulares em sala de aula, alterando a dinâmica da escola. Para os autores é importante o reconhecimento de que a emergência do ciberespaço, um meio de comunicação surgido a partir da rede mundial de computadores, ocasionou a constituição de uma nova dimensão da sociedade,

na qual o fluxo constante de informações delinea novas formas de relações, entre elas, relações educacionais (WEBER; SANTOS; CRUZ, 2014).

Os alunos atuais se diferenciam das gerações anteriores na forma de interagir e de socializar, apresentando características como rapidez, processamento não linear, primazia do gráfico, preferência por se manter conectado com os outros, proatividade e interesse pela tecnologia.

#### 4. OS AUTORES E SUAS DISCUSSÕES

Na era contemporânea os autores que pesquisam a temática da tecnologia, desenvolvem suas abordagens com base nos termos das *TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação* conforme argumentam Bertoldo, Salto e Mill (2018). Os autores envolvem também as *TDI – Tecnologias Digitais da Comunicação*, para eles as TIC são “novos meios de produção e troca de conhecimento, de promoção da educação e da pesquisa, de organização e manejo de dados, informação e conhecimentos” (BERTOLDO, SALTO e MILL, 2018, p. 619).

Kenski (2012), em “Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação”, aponta que o processo educacional deve se adequar aos objetivos que levam as pessoas aos desafios de aprender, demonstrando também uma visão construtivista, em que a educação não deve ser desarticulada da realidade social dos educandos. A autora descreve sobre as profundas mudanças sociais em decorrência das novas tecnologias, salientando que essas mudanças devem também se refletir na escola, reforça que os métodos pedagógicos devem ser reformulados para atender as necessidades impostas por uma sociedade digital, e ressalta que a aprendizagem pode ser mais criativa e dinâmica com o uso das novas tecnologias

Para que isso transcenda a teoria e atinja a prática, entretanto, uma nova mentalidade é exigida da escola, o direcionamento para a compressão de que na nova sociedade predomina a linguagem digital, e o movimento em direção a essa transformação deve ser de professores, alunos, pedagogos, pais, enfim, todos aqueles que estão envolvidos na formação de cidadãos através da educação básica

Na concepção de Coll e Monereo (2010) a Sociedade da Informação se desenvolve com base nas TIC, portanto, eles ressaltam o impacto das tecnologias no desenvolvimento do homem, quando se utiliza de suas ferramentas e de seu potencial, principalmente quando utilizadas pelas escolas. Para eles, a internet não alterou somente o modo de se comunicar, mas também o de viver, de comercializar produtos, serviços, e também de aprender (2010). A reflexão dos autores sobre essas mudanças sinalizam que as TIC alteraram os hábitos e estilos de vida das pessoas.

Com base nesse contexto, Horn e Staker (2015) trazem para a discussão o argumento de que é preciso motivar a autonomia dos alunos, estabelecer um desafio e que na educação híbrida, o aluno é protagonista em seu processo de aprendizagem (2015). Portanto, sob o paradigma da utilização da tecnologia que permita a aprendizagem de diversas formas e em diferentes locais a qualquer momento é o fenômeno denominado por Santaella (2013) de aprendizagem ubíqua.

Para Pimentel (2017) o conceito de ubiquidade representa uma constante quebra de espaço-tempo, posto que a informação “pode ser adquirida de qualquer lugar de maneira síncrona ou assíncrona”. Para ele: “a ubiquidade potencializa as instituições não educacionais para ações educativas, pois as ações de educação e formação são reconfiguradas nesses ambientes” (PIMENTEL, 2017, p.51).

Contudo, apesar da necessidade eminente Santiago (2006) argumenta que um dos maiores desafios consiste em observar que:

A tecnologia na educação requer novas estratégias, metodologias e atitudes que superem o trabalho educativo tradicional. Uma aula mal estruturada, mesmo com o uso da tecnologia, pode tornar se tradicionalíssima, tendo apenas incorporado um recurso como um modo diferente de exposição, sem nenhuma interferência pedagógicarelevante. (SANTIAGO, 2006, p.10 11).

Assim, se tecnologias forem mal utilizadas pela instituição de ensino será apenas uma substituição de formato, mas o conteúdo continuará sendo tradicional.

Dada a forte presença da tecnologia na sociedade contemporânea Vieira(2005), ressalta a necessidade de aprofundar a compreensão teórica desse fenômeno. A partir de suas reflexões sobre o tema, o autor contribui com o campo teórico com diversas acepções que o termo suscita: “a) tecnologia como

e epistemologia da técnica; b) tecnologia como sinônimo de técnica; c) tecnologia como o conjunto de todas as técnicas; d) tecnologia como ideologização da técnica” (VIEIRA, 2005). Essa contribuição foi de grande valia para o entendimento da questão da tecnologia na sociedade contemporânea, bem como sua relação com a área da educação.

Ao colocar a técnica como objeto de reflexão, Vieira Pinto (2005) acrescenta elementos importantes a essa discussão, na medida em que amplia o campo de reflexão para além dos técnicos. Permite que se reflita sobre a divergência reinante na sociedade entre teoria e prática, ao mesmo tempo possibilita compreender a técnica como uma dimensão da cultura, desenvolvida pela própria humanidade (VIEIRA, 2005).

Cabe ressaltar que a análise de Vieira Pinto (2005) se dá sob a ótica da técnica entendida como o desenvolvimento ocorrido nas relações humanas. Na mesma linha conceitual, Silva (2013, p. 845), complementa afirmando que “a técnica é o nome dado à mediação exercida pelas ações humanas, direta ou por meio de instrumentos, na concretização das finalidades que o homem concebe para lutar contra as resistências da natureza” (2013, p. 845).

A relevância de uma reflexão sobre o pensamento sistêmico na educação consiste na possibilidade de se buscar por respostas aos questionamentos, sem limitar-se a uma única área do conhecimento.

Kim (1997) alega que apesar de se constituir por muitos subsistemas, o sistema EaD precisa “de comunicação, visão sistêmica, dentre outros fatores, as práticas educacionais”.



Na concepção de Vasconcellos (2002), o pensamento sistêmico se apresenta “como um conjunto de proposições, um novo paradigma para as ações no mundo”. O autor reflete ainda sobre a semelhança com “os conceitos de paradigma, pressuposto epistemológico, premissa e concepção de mundo que estão relacionados com o pensamento sistêmico” (2002). É nesse sentido, que o pensamento sistêmico se constitui um elemento importante para se estudar sistemas que envolvem a ação humana, inclusive as Instituições de Ensino que envolve as mais diversas formas de informação onde. Dessa forma Capra (1997, p. 39) se refere ao pensamento sistêmico dizendo que é “um fenômeno dentro de um contexto, que estabelece a totalidade das interações envolvidas, em oposição à busca das relações causais simples entre partes isoladas” (CAPRA, 1997, p.39). Já na perspectiva de Keim (2000, p. 64) ele está “pautado na organização e não na ordenação”, cuja complexidade se dá em “razão das dependências, relações e reflexos que há em cada elemento de uma organização”, pautados em Morin (2005), que entende a complexidade como sendo “o tecido de acontecimentos, ações, interações, decisões e acasos que constitui um ambiente fenomênico” (COSTA; DADALOTTI, 2018, p.07).

Flood e Carlon (1998), complementam esclarecendo que o pensamento sistêmico é o pensamento voltado para o todo, onde toda ação na educação é onde nenhuma ação na educação é empreendida levando em consideração seu impacto sobre as outras áreas da sociedade (FLOOD, CARDON, 1998).

Nesse movimento é que se agregam as TIC que se constituem em subsistema de um sistema maior que possibilita o diálogo. Para Freire (1984) as tecnologias na educação “são mais do que bem-vindas, são necessárias para o processo de ensino-aprendizagem”.

É fundamental que haja uma discussão constante sobre esse modelo de aprendizagem que integra dispositivos digitais e móveis para um ensino remoto, permitindo ao estudante acesso e compartilhamento de informações e conhecimentos. Não há como não reconhecer, que esse tipo de aprendizagem pode proporcionar

a realização de atividades escolares, ampliar as possibilidades de interação entre professores e alunos.

Trazendo a discussão mais próxima da nossa atualidade, o isolamento social causado pela COVID-19 levou a população a condição de reflexão e anecessidade se se olhar para o ser social e histórico, pensante e soluções paraeducação da pandemia, Freire (2001, p.146) idealizava "(...) Assumir-se comoser social e histórico, como ser pensante, comunicante"(FREIRE, 2001, P. 146).A educação vem se transformando e se adaptando tanto pelos docentes, quanto pelos discentes. Ainda em Freire, (2001 p. 146), ele afirmava que“nunca concebeu a educação como uma experiência fria, sem alma, com umarepressão dos sentimentos, sonhos, desejos, assim como admitia uma práticaeducativa com uma experiência sem o rigor da disciplina intelectual” (2001, p. 146).

Em nossos levantamentos bibliográficos, constatou-se que uma formação genérica e conceitual, não atende as necessidades dos docentes,que precisam ter valores que estejam fundamentados em uma formação reflexiva, ética, criativa e crítica e de acordo com Pimenta (2002) só uma formação com esses novos valores permitirá que os profissionais sejam *críticosreflexivos*.

Contudo, esta formação deve ser fundamentada em princípios como reflexividade, relação teoria e prática, criticidade e específica para a área de atuação, pois, quando é genérica e conceitual, não atende às necessidades formativas dos professores.

Assim as percepções vão se confrontando, por vezes sinalizando na mesma direção e às vezes em direções opostas. Alguns teóricos avançando, inovando os processos a partir de suas percepções e outros tentando provar que métodos ensino e aprendizagem tradicional ainda são os mais eficazes.

Esses significados tão divergentes demonstram o quanto o tema é delicado e de grande relevância para o processo Na contemporaneidade a escola tende a se firmar como um espaço de construção e socialização do saber, de interação entre pessoas e cidadania, desenvolvendo no aluno o senso crítico preparando-o para conviver em sociedade (GROCHOSKA, 2013). Na percepção de Saviani (2013), a escola tem o papel de transmitir os

conhecimentos acumulados pela humanidade e que necessitam ser assimilados pelos alunos para se tornarem humanos. Ou seja, elas não podem desconsiderar o contexto sociocultural, histórico e político que as envolve, ao contrário, levar em conta a cultura na produção do discurso, na redução de práticas linguísticas que valorizem a sociedade como produtora de comunicação, favorecendo uma educação crítica e aliada das tecnologias (LIBÂNEO, 2011).

A instituição escolar como parte integrante dessa comunidade interligada pela de informações cada vez mais rápida, não pode se manter alheia a esse processo.

No mundo moderno com a ascensão da classe média como classe social hegemônica institui e direciona uma nova diretriz ideológica sobre estilo de vida. Neste contexto, a educação adquire um papel de garantir o papel de incorporar valores burgueses por indivíduos e grupos sociais específicos (CERQUIER-MANZANI, 2010).

A relação entre educação e cidadania vem apresentando e exercendo reflexões nos setores da intelectualidade brasileira nas últimas décadas, dentre as pautas a educação formal e o sistema escolar ganham espaço de forma expressiva.

Os “Programas para a Sociedade da Informação”, os quais já estavam implantados nos EUA desde a década de noventa, começam a ser pauta política no Brasil a partir do ano 2000, quando se lança do “*Livro Verde – Sociedade da Informação no Brasil*” (TAKAHASHI, 2000). É no âmbito dessas iniciativas que se identificam as desigualdades no que tange ao acesso da grande massa populacional às *Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)*. Bonilla e Oliveira (2011, p. 23) afirmam que tais desigualdades, vêm sendo denominadas genericamente como: “digital divide, gap digital, *apartheid* digital, infoexclusão, ou exclusão digital” (2011, p. 23), fator esse que tem justificado diversas políticas públicas com a finalidade de minimizá-las.

A atual realidade de mercado exige uma capacitação maior do profissional no sentido que tenham uma boa visão econômica mercadológica e tecnológica, Gentili (1998) alerta que há

necessidade de se intensificar a preparação dos futuros profissionais, além da formação cidadã (Gentili, 1998).

O próprio contexto político nas últimas décadas vem apresentando abordagens de cunho mais humanitário, voltadas a preservação dos direitos de equidade, a diversidade, a violência contra a mulher, envolvendo as políticas públicas dos governos de modo geral. Dessa forma é fundamental levar aos indivíduos conhecimentos sobre as principais transformações que ocorrem na sociedade, principalmente a tecnologia digital. Conforme Martinez, 1996, p. 22).

Não existe um método infalível para que alguém possa chegar, sempre, às melhores decisões sobre todas as coisas, mas pode-se melhorar a capacidade de raciocínio com a prática, o estudo, a crítica, a reflexão. O grande objetivo, que mais parece um ideal inatingível, é conseguir que cada indivíduo se torne autônomo, isto é, que seja capaz de decidir por si mesmo, não se sujeitando a interferências ou pressões externas. É o caminho que levará à formação de cidadãos conscientes (MARTINEZ, 1996, p. 22).

A área de ensino enfrenta diversos problemas que exigem uma reformulação, a carreira de docente vive uma crise em todo o mundo, contudo no Brasil ela é ainda mais grave, posto que há uma quebra de identidade em relação ao que a profissão tinha anteriormente, onde ser professor era uma vocação.

A proposta aqui é alertar para a necessidade de estabelecer uma educação pautada no diálogo dentro da cidadania digital que pede uma conduta mais elaborada abarcando as novas e antigas questões e que, agora, contam com uma ferramenta multidimensional que é a internet.

Resgatando um pensamento de Rousseau (2009, p. 55),

[...] diferencia uma liberdade discricionária do homem natural, de uma liberdade moral que se alcança pela desnaturação do homem em cidadão pelo exercício pedagógico da política. O homem natural teria uma soberania pessoal ilimitada, com total arbítrio para atuar ou não, sem ter que dar conta a quem quer que seja de suas ações (ROSSEAU, 2009, p. 55).

É preciso pensar a educação no sentido de formar e não apenas transmitir conceitos padronizados. A sociedade não é homogênea, fechada e uniforme, ela se constitui de diversidades que não são indiferentes entre si. Dessa forma, busca-se por uma educação que ofereça uma formação que retome valores essenciais para a afirmação do homem enquanto fim em si mesmo. Luzuriaga (1960, P. 29) afirma que a educação deve ser ao mesmo tempo social e individual. “A educação é social quando procura comunicar os valores e bens sociais de uma comunidade; mas é individual quando põe esses valores e bens a serviço da personalidade” (LUZURIAGA, 1960, P. 29).

A sociedade humana na concepção de Lima, (2011, p. 92) “só existe não só natural, mas culturalmente”. Nesse sentido, cabe um esforço da comunicação em transmitir o que é culturalmente essencial, afinal, a comunicação pode ser entendida como uma ferramenta que possibilita a continuidade de uma sociedade.

## 5. CONCLUSÃO

Toda a abordagem aqui estabelecida teve como principal proposta entender de que forma a teoria de sistema visa pode contribuir na construção epistemológica de professores e alunos no sentido de ampliar a sua visão e concepção de humanidade.

Não há como responder integralmente essa questão sem um trabalho mais intenso, dada as dimensões que envolvem a área de ensino. Foi preciso ir além da teoria do conhecimento para buscar o que a justifica. Contudo não se pôde deixar de mencionar, ainda que de forma rápida ao longo deste trabalho, o lado das instituições que vivem graves problemas de estrutura, de capacitação do professor, de reformulação que permita um ensino mais acessível a todos, e aí entra a tecnologia como uma facilitadora. Tanto no sentido de adaptações como de uma nova linguagem a ser utilizada, ela ajuda na acessibilidade. No entanto, exige que haja investimento na estrutura tecnológica da escola, assim como na formação dos docentes, que em sua formação inicial não recebem,

de forma mais incisiva, práticas de ensino que habilite nesses principais recursos tecnológicos, nem tampouco com relação a uma escola mais inclusiva, que saiba lidar com a diversidade e consiga passar esses conceitos.

Dessa forma, os desafios da escola híbrida, não reside no sistema em si, ao contrário, o ensino híbrido traz muito mais vantagens do que desvantagem, Ele soma. Ele resolve algumas questões de crianças que estão temporariamente ou de forma permanente sem condições de ir à escola presencial. Resolve até a questão da escassez de vagas que deixa a criança sem aula. Enfim, são inúmeras as vantagens. Os desafios então, estão na falta de Políticas Pública, na falta de uma reformulação na formação do docente, na falta de uma conscientização da sociedade em olhar em torno e ver o que dá para irmos mudando e tentando construir uma escola melhor que possa formar melhor o cidadão do mundo futuro.

Se por um lado na educação presencial as práticas pedagógicas são percebidas como potencializadoras dos processos de ensino-aprendizagem, na educação a distância representam a oportunidade de criação de ambientes virtuais de aprendizagem, nos quais professores e alunos têm a possibilidade de realizar trabalhos em grupos, debates, fóruns, dentre outras formas de tornar a aprendizagem mais significativa.

## REFERÊNCIAS

- BALDIN, Y Y. **O Significado da introdução da Metodologia Japonesa de Lesson Study nos Cursos de Capacitação de Professores de Matemática no Brasil**. In: Simpósio Brasil – Japão, 2009, São Paulo/SP. Anais Simpósio Brasil – Japão. São Paulo/SP: Associação Brasil-Japão de Pesquisadores.
- BERTOLDO, H. L. SALTO, F. MILL, D. **Tecnologias da Informação e Comunicação**. In. MILL, Daniel (org.). Dicionário crítico de

educação e tecnologias e de educação à distância. Campinas: Papirus, 2018, p. 617 – 625.

BRASIL. (2012). MEC-Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2012**. Brasília: Diário Oficial da União.

\_\_\_\_\_. (1996). **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: L9394 (planalto.gov.br). Acesso em: 02.05.2023.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Cuktrix, São Paulo, 1997.

COLL, C; MONEREO, C. (Orgs.) **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

COSTA, D. B. S. E. da; BEDALOTTI, G. M. **Educação a distância sob a ótica da teoria geral de sistemas**. Indaial Julho/2018. Disponível em: 5400.pdf (abed.org.br). Acesso em: 02.05.2023.

FLOOD R. L. & CARLSON, E. R. *Dealing With Complexity: Na introduction to the Theory and applications of systems Science*. Plenum Press, New York, 1988. In: COSTA, D. B. S. E. da; BEDALOTTI, G. M. **Educação a distância sob a ótica da teoria geral de sistemas**. Indaial Julho/2018. Disponível em: 5400.pdf (abed.org.br). Acesso em: 02.05.2023

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GROCHOSKA, M. A. **As contribuições da autoavaliação institucional para a escola de educação básica: uma experiência de gestão democrática**. Rio de Janeiro: Vozes, 2103.

HORN, M; STAKER, H. **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Tradução de Maria Cristina Gularte Monteiro; revisão técnica: Adolfo Tanzi Neto, Lilian Bacich. Porto Alegre: Penso, 2015.

KEIM, E. J. **Educação, meio ambiente e vida - uma abordagem avaliativa, complexa e transdisciplinar**. Educação e Ensino. USF, Bragança Paulista, julho/dezembro 2000.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. Editora Papirus, 1ª Ed., 141p., Campinas: 2012.

KIM, D. H. **Systems Thinking Tools: A user reference guide**. Cambridge, Pegasus Comunicatins Inc., 1997. In: COSTA, D. B. S. E. da; BEDALOTTI, G.

**M. Educação a distância sob a ótica da teoria geral de sistemas**. Indaial/Julho/2018. Disponível em: 5400.pdf (abed.org.br). Acesso em: 02.05.2023

LUZURIAGA, L. **Pedagogia social e política**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Cia. Editora nacional, 1960.

MEDEIROS, C. F. **Por uma Educação Matemática como intersubjetividade**. In. BICUDO, M. A. V. org. Educação Matemática. São Paulo: Moraes, 1985.

MORAES, M. C. **Subsídios para Fundamentação do Programa Nacional de Informática na Educação**. Secretaria de Educação a Distância, Ministério de Educação e Cultura, jan.1997.

MORAN, J. **Mudando a educação com metodologias ativas**. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Vol. II] Carlos Alberto de Souza e Ofelia Elisa Torres Morales (orgs.). PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

ONO, K. **Uso das mídias como ferramenta para trabalhar dificuldades de aprendizagem na alfabetização de alunos do Ensino Fundamental**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

PIMENTA, S.G., LIMA, M.do S.L. **Estágio e docência: diferentes concepções**. Revista Poiesis -Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24, 2005/2006.

PIMENTEL, F. **A aprendizagem das crianças na cultura digital**. 2ª ed. rev e ampl. Maceió: Edufal, 2017.

PINTO, Á. V. **O conceito de tecnologia**. São Paulo: Contraponto, 2008. v. 1.



ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2009.

SANTAELLA, L. **Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação**. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTIAGO, M. E. **Ser professor/professora: convivência ética, respeitosa e crítica**. Revista de Educação AEC, Rio de Janeiro, v. 36 n. 145 jul./set., 2006, p.61.

SILVA, A.R., et al. **Aceitação do Psicólogo do Esporte por parte de atletas e Comissão Técnica de Equipes Profissionais de Futebol**. In: VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, V Simpósio De Pós-Graduação. Anais. São Paulo, Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, 2000, p.77.

VASCONCELLOS, M. J. E. de. **Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência**. Campinas, SP: Papirus, 2002

VIEIRA, M. C. A. **Gestão escolar e as tecnologias da informação e comunicação: análise das percepções de diretores escolares para o trabalho com as TICs**. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, São Paulo: 2007.

ZANELLA, L. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração**. Brasília: CAPES, 2013.

# TECNOLOGIA ASSISTIVA NAS PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS

Simone Esteves da Silva  
Valmir Leandro Pio  
Angélica Maria Abílio Alvarenga

## INTRODUÇÃO

O presente artigo visa através de consultas bibliográficas , buscou investigar sobre as tecnologias assistivas (TA), bem como demonstrar sua contribuição no ambiente escolar, destacando a sua eficácia na interdisciplinaridade e na potencialização das mesmas para as pessoas com deficiências, isso quando utilizada dentro de um viés pedagógico e multidisciplinar, apresentaremos algumas destas Tecnologias e abordaremos alguns aspectos de seu advento e suas normatizações , uma vez que ainda encontra -se em processo de estruturação.

Nesta perspectiva, a inclusão que defendemos refere-se a práticas pedagógicas em que todos os alunos tenham a oportunidade de acesso a aprendizagem, onde o professor tenha as metas e objetivos claros, as barreiras da aprendizagem sejam diminuídas e os alunos não sejam excluídos e segregados do processo de ensino-aprendizagem, mas que eles interajam, colaborem e participem contribuindo através de suas competências e habilidades.



## TECNOLOGIA ASSISTIVA

Tecnologia Assistiva (TA) é fruto da aplicação de avanços tecnológicos em áreas já estabelecidas, contribuindo para dinamizar a aula usada em disciplinas de domínio de profissionais de várias áreas do conhecimento, que interagem para restaurar a função humana. Tecnologia Assistiva diz respeito à pesquisa, fabricação, uso de equipamentos, recursos ou estratégias utilizadas para potencializar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência.

Em 16 de novembro de 2006 foi instituído, pela Portaria nº 142, o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), estabelecido pelo Decreto nº 5.296/2004 no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, na perspectiva de ao mesmo tempo aperfeiçoar, dar transparência e legitimidade ao desenvolvimento da Tecnologia Assistiva no Brasil. Ajudas Técnicas é o termo anteriormente utilizado para o que hoje se convencionou designar Tecnologia Assistiva.

Do mesmo modo, a entrada em vigor em 2008, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tratado da Organização das Nações Unidas – ONU, simbolizou a determinação da comunidade internacional em colocar o tema das pessoas com deficiência na agenda global na perspectiva dos Direitos Humanos, orientando e cobrando dos governos nacionais ações que transformem suas vidas com o processo de inclusão à sociedade.

O Departamento de Educação dos Estados Unidos, 2000. A Classificação Nacional de Tecnologia Assistiva do Departamento de Educação dos Estados Unidos foi desenvolvida a partir da conceituação de Tecnologia Assistiva que consta na legislação norte-americana e integra recursos e serviços. Além de catalogar 10 itens de componentes de recursos, por áreas de aplicação, esta classificação apresenta um grupo de serviços de Tecnologia Assistiva que promove o apoio à avaliação do usuário, o desenvolvimento e customização de recursos, a integração da TA com ação e objetivos educacionais e de reabilitação e os apoios legais de concessão.

No estudo sobre Classificação de TA, foram adotadas três importantes referências que apresentam diferentes focos de organização e aplicação.

- ISO 9999
- Classificação Horizontal European Activities in Rehabilitation Technology - HEART
- Classificação Nacional de Tecnologia Assistiva, do Instituto Nacional de Pesquisas em Deficiências e Reabilitação, dos Programas da Secretaria de Educação Especial, Departamento de Educação dos Estados Unidos.

Tecnologia Assistiva - TA é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. (BERSCH & TONOLLI, 2006)

Palavras Chaves: Tecnologia Assistiva, Educação Inclusiva e

## A TECNOLOGIA COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA FOMENTAR A APRENDIZAGEM

O termo “assistiva” está surgindo aos poucos no vocabulário técnico ou popular. Seria no sentido de assistir, dar um suporte (mecânico, elétrico, eletrônico, computadorizado, etc.) às pessoas com deficiências física, visual, mental ou múltipla. Suporte como cadeira de rodas, uma prótese, uma órtese, várias adaptações de acordo com a necessidade pessoal (comunicação, alimentação, mobilidade, transporte, educação, lazer, esporte, trabalho e outras).

A área da Tecnologia Assistiva que se destina especificamente à ampliação de habilidades de comunicação é denominada de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) A comunicação é um direito de todos, portanto todo enriquecimento favorece a acessibilidade, e todos devem ter acesso. Garantir a comunicação entre todos e para todos é necessário, conduzir todos nesse caminho. O termo Comunicação Aumentativa e Alternativa foi traduzido do inglês *Augmentative and Alternative Communication - AAC*. Além do termo resumido "Comunicação Alternativa", no Brasil também encontramos as terminologias "Comunicação Ampliada e Alternativa - CAA" e "Comunicação Suplementar e Alternativa - CSA".

Pensar em uma sala de recursos de baixa ou de alta tecnologia é essencial, porque não adianta ter um ambiente de alta tecnologia, mas não desenvolver as competências e habilidades para desenvolver e garantir as questões de ler e aprender.

Porém, o que significa um aluno com necessidade complexa de comunicação?

Significa que o aluno apresenta um grave distúrbio na sua comunicação ou ainda aquele que não consegue se comunicar usando a fala, ou a escrita para trocar informações.

A impossibilidade de comunicar é muito incapacitante não podendo ser subvalorizada. As pessoas que não conseguem comunicar aprendem depender totalmente de terceiros, desenvolvem um sentimento de impotência perante o meio, e um estado de desistência aprendida, em que

deixam de reagir por interiorizarem que as suas ações são inúteis e que não tem controle sobre as situações (Brasil 1992).

Existem alguns fatores que permeiam o uso da Comunicação Alternativa: Domínios da pessoa com necessidade complexa, programas, desafios, materiais, recursos e estratégias. É preciso refletir e pensar em questões de planejamento, para colaborar no conjunto de disciplinas a qual o aluno está se desenvolvendo.

Designa-se por Comunicação Aumentativa quando complementa (não substitui) outras formas de comunicação, como fala, gestos, vocalização, expressões faciais. Comunicação Alternativa é quando se emprega métodos, modos e estratégias alternativos.

Alternativa é definido por outras formas de comunicação além da modalidade oral, com o uso de gestos, língua de sinais, expressões faciais, o uso de pranchas de alfabeto, símbolos pictográficos, uso de sistemas sofisticados de computador com voz (Glennem 1997)

No Brasil inicialmente os sistemas simbólicos mais propagados foram o **BLISS** e o **PCS**. Entretanto, atualmente existem várias bibliotecas **ARASAAC**, **WIDGIT**, **SYMBOLSTIX**, **PICTO**, **REBUS**, **SCLERA** e **PICSYMS** que são extremamente úteis e adequado para usuários de qualquer idade.

## **CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Sugestões de ferramentas para construção de pranchas e outros recursos de CAA: Ferramentas gratuitas, Ferramenta adquirida, o Mind Express.

A seguir apresentaremos recursos de baixa tecnologia (baixo custo) - fotos de pranchas de comunicação:

Comunicação alternativa (apoio da Educação Inclusiva); prancha com fotos;



Prancha de comunicação alfabética; Prancha de comunicação com símbolos;



Prancha silábica estruturada



prancha com números



Seu objetivo primário é facilitar a participação das pessoas nos vários contextos comunicativos. Tais contextos dependem das circunstâncias em que a pessoa vive, bem como do tipo e grau de distúrbios de comunicação que ela apresenta.

Existem crianças que falam, mas só o pai ou a mãe entendem, então é necessário usar um instrumento, como pastas, para

externalizar o que se quer, para que a pessoa possa entender. É necessário um maior engajamento entre a equipe. O terapeuta ocupacional pode nos ajudar, para que o indivíduo tenha acesso aos recursos. É de suma importância um trabalho colaborativo, visto que:

Em grupos de colaboração, os professores debatem sobre o progresso do processo, refletem criticamente o ensino, partilham de uma linguagem para se referirem a conceitos, constroem e reconstróem juntos conhecimentos acerca do ensino, procedendo desta forma, à autorregulação da sua aprendizagem e das suas práticas. A formação em contexto colaborativo necessita do compartilhamento das decisões por todos os envolvidos, que acabam por responsabilizarem-se pela produção conjunta, segundo suas necessidades, possibilidades e interesses [...]. (BASTOS; HENRIQUE, 2016, p. 305).

A busca por instrumentos veio favorecer. Serve para o indivíduo ter voz, para eles terem acesso a compreensão e assim compreender novas informações. É preciso compreender e respeitar as características, as diversidades, a cada indivíduo e as peculiaridades de cada um. “A CAA inclui quatro componentes primárias: símbolos, produtos de apoio, técnicas e estratégias” (Beukelman & Mirrenda, 2005).

O sistema de símbolos, recursos, estratégias e técnicas podem ser utilizados para ampliar a comunicação. Sabemos que uma parcela da sociedade é incapaz de comunicar-se através da fala. Pessoas autistas, com paralisia cerebral, que tiveram acidente vascular cerebral (AVC), pessoas com atraso no desenvolvimento da linguagem e pessoas com transtornos do sistema nervoso central congênito ou transtorno adquirido.

Podemos utilizar algumas estratégias quando o indivíduo não tem possibilidade de falar e tem novas possibilidades de trocar informações: A interação social contribui; as pastas; as fichas favorecem a comunicação e o planejamento.



## AMPLIANDO A COMUNICAÇÃO

### O símbolo

Os símbolos podem ser gráficos, auditórios, gestuais ou táteis. Eles podem ser utilizados pela pessoa apenas com recurso ao seu corpo (sinais, gestos, expressões faciais), em sistemas de comunicação sem ajuda, ou podem requerer o uso de objetos físicos, imagens, desenhos ou ortografia, em sistemas de comunicação com ajuda.

O que diferencia muito a área da comunicação alternativa da tecnologia assistiva é a questão do símbolo, nós vamos precisar refletir o que representa o conteúdo, novos conceitos, organização desses símbolos para representar o que eu quero externalizar. Exemplo: Eu quero pão. A fala representa o nosso idioma, a nossa língua que aprendemos no nosso ambiente social.

A família é o primeiro núcleo que oferece o modelo, o segundo é a escola que vai dar continuidade a modelos de complexidade textuais.

### Produtos de apoio

Referem-se a produtos de apoio à comunicação como por exemplo computador, tablet ou telefone utilizados para transmitir uma mensagem.

### Técnicas de comunicação

São as formas através da qual a mensagem pode ser transmitida. As técnicas se constituem na forma **como** o aluno com necessidade complexa de informação selecionará os símbolos para se comunicar: seleção direta, seleção indireta, codificação.

## Estratégias

Referem-se ao **modo** de transmitir as mensagens de forma mais eficaz e eficiente. As estratégias podem ter três objetivos: melhorar a sincronização das mensagens, auxiliar a formulação gramatical das mensagens ou aumentar a taxa de comunicação. O como nós vamos ensinar o vocabulário no meio da representação de imagem do objeto, é fundamental.

Cada criança tem a sua singularidade e os materiais a serem ofertados devem ajustar-se às suas necessidades, portanto há necessidade de se conhecer este aluno. Algumas estratégias são muito boas, como por exemplo, tirar foto do banheiro da escola, da cantina, do parquinho, montar (Pec's) pranchas para proporcionar uma comunicação com o aluno com TEA, por exemplo.

Quando um professor tem um aluno que é muito carente de informação, quanto mais o professor levar informações sobre o real, mais vai favorecer o processo de ensino.

Uma criança cega é preciso tomar cuidado para o objeto tátil se apresentar como no real. A foto é preciso representar de forma bem clara e não complexa devido a lesão neurológica com figura e fundo.

É preciso que o professor tenha competência. Uma boa estratégia é solicitar ao aluno para contar como foi o final de semana. Depois pedir para elaborar um texto. Portanto, trabalhar com intervenção bem precocemente possibilita o trabalho na comunicação alternativa. Outro ponto que é necessário colocar que é preciso observar habilidades como: será que ele olha? Ele mexe a mão? Ele grita? Faz algum gesto? Chora?

Ele pode ter habilidades para trocar com o outro. Algumas vezes ele morde, mas a intenção não é de morder, é de dizer que está com fome, que quer ir ao banheiro, ou está com dor. Temos que identificar esses comportamentos para atuar em ações práticas, para fazer a substituição, criar estratégias específicas para fazer de fato o ensino acontecer.

Os recursos são utilizados para transmitir a mensagem e são divididos em dois sub componentes: não eletrônicos e eletrônicos. Recursos não eletrônicos são recursos de baixa tecnologia que exigem mais esforço do usuário, porém são mais leves para transportar, de baixo custo e fáceis de confeccionar. Com por exemplo tem-se o uso de prancha de alfabeto, prancha de símbolos gráficos e ou fotografias, uso de objetos reais, objetos em miniaturas.

Os recursos eletrônicos de média e alta tecnologia, caracterizam-se por três tipos: saídas visuais, dispositivos geradores de fala e tecnologia móvel. As tecnologias móveis em Csa (IOS, Android, Windows) com softwares e aplicativos que fornecem saída de voz sintetizada e/ou digitalizada.

Não podemos deixar de considerar o fator tempo, que é fundamental para o processo de ensino. E também é necessário inserir família, escola e o profissional da saúde.

A seguir apresentaremos recursos de alta tecnologia (alto custo)

Registros de estratégias que os professores podem utilizar para incluir em sala de sala:



Prancha de comunicação impressa; vocalizadores de mensagens gravadas; prancha de comunicação gerada com o software Boardmaker SDP no equipamento EyeMax (símbolos são selecionados pelo movimento ocular e a mensagem é ativada pelo piscar) e pranchas dinâmicas de comunicação no tablet.



**Kahoot!** É uma plataforma de aprendizado baseada em jogos, usada como tecnologia educacional em escolas e outras instituições de ensino. Seus jogos de aprendizado, "Kahoots", são testes de múltipla escolha que permitem a geração de usuários e podem ser acessados por meio de um navegador da Web ou do aplicativo Kahoot.



O **Scratch** é uma linguagem de programação e uma comunidade online onde você pode criar suas próprias histórias, jogos e animações interativas, e compartilhar suas criações com pessoas do mundo todo.

## CONCLUSÃO

Sem querer esgotar o tema, concluímos que a tecnologia assistiva é uma excelente estratégia pedagógica para fomentar a aprendizagem, seja de baixo ou alto custo pois, contribui com grande relevância para garantir ao indivíduo uma qualidade na aprendizagem, estimulando os alunos na construção do conhecimento e ampliando sua comunicação.

A prática docente intencional e planejada possibilita, mobiliza e instiga os desafios, levando a aguçar a curiosidade para que o professor retenha a atenção dos alunos e obtenha êxito.

Sabemos que todos os alunos têm condições de aprender, alguns de forma diferente. Por isso é necessário que a Unidade Escolar respeite as diferentes formas de ter acesso a aprendizagem e ofereça novas e desafiadoras experiências capazes de provocar transformações e potencializar a aprendizagem. Inserindo o aluno em sua totalidade nas vivências interativas de modo a favorecer o pleno desenvolvimento da aprendizagem em todos os aspectos de sua vida acadêmica.

## REFERÊNCIAS

ACESSO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA ÀS ESCOLAS E CLASSES COMUNS DA REDE REGULAR

BASTOS, FABIO BERNARDO; HENRIQUE, JOSÉ. Pesquisa colaborativa: do isolamento docente a partilha entre pares. In: IBIAPINA, IVANA MARIA LOPES DE MELO; BANDEIRA, HILDA MARIA MARTINS; ARAUJO, FRANCISCO ANTONIO MACHADO (org.). **Pesquisa colaborativa: multirreferenciais e práticas convergentes**. Teresina: UFPI, 2016. p. 301- 319.

BERSCH, RITA (2017). **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre • RS.

BEUKELMAN, D.R.,& MIRENDA, P. (2005). *Augmentative and Alternative Communication: Supporting children and adults with complex communication needs* ( 3ª ed.). Paul H Brookes Publishing.

Brasil. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. *Tecnologia Assistiva* . – Brasília: CORDE, 2009. 138 p

Cartilha da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Brasília, setembro de 2004.

Decreto Nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm) - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 - DOU de 03/12/2004. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm) - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida

Decreto Nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm) - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Decreto Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm)  
- Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência  
- Plano Viver sem Limite.

Formato PDF: [http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/pessoa-com-deficiencia/acesso\\_alunos\\_ensino\\_publico\\_2004](http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/pessoa-com-deficiencia/acesso_alunos_ensino_publico_2004)

GLENNEN, S. L. (1997) **Introduction to augmentative and alternative communication**. Em S.L. Glennen & D. DeCoste (Eds). The handbook of augmentative and alternative communication, (pp. 3-20). San Diego, Singular.

Ministério de Ciência e Tecnologia. Chamada pública MCT/FINEP/Ação Transversal Tecnologias assistivas - Seleção pública de propostas para apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias assistivas para inclusão social de pessoas portadoras de deficiência e de idosos. Brasília, setembro 2005

TETZCHNER, S., & MARTINSEN, H. (2000). **Introdução à comunicação Aumentativa e Alternativa**. Porto: Porto Editora.

VITALIANO, CÉLIA REGINA; MANZINI, EDUARDO JOSÉ. **A formação inicial de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. In: VITALIANO, Célia Regina. Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Londrina: UEL, 2010. p. 49-112.

ZERBATO, ANA PAULA. **Desenho universal para a aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar: potencialidades e limites de uma formação colaborativa**. 2018. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/10253.html>

## SITES

<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Kahoot>

<<https://ctrlplay.com.br/o-que-e-e-para-que-serve-o-scratch/>

< <https://www.assistiva.com.br>



## ORGNAIZADORA E ORGANIZADOR



### **Ana Estela Brandão Duarte**

Pós-doutorado em Educação, com ênfase em educação Inclusiva e Tecnologia; doutorado em Ciências da Educação com foco em TICs e Inclusão; mestrado em Ciências da Educação, com ênfase em educação do Campo, Currículo e Formação docente; possui graduação em Matemática e Pedagogia; atua com tecnologia, ministério da Educação, Brasil, Universidade Aberta do Brasil; professora de mestrado e doutorado da Universidad del Sol, e da Universidad Columbia Del Paraguai e pós-graduação em: Matemática, Educação Inclusiva, Psicopedagogia Clínica e Institucional, Educação E Desenvolvimento Sustentável e Docência.

Contato: aayanne@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0232314870124337>



### **Diogo Janes Munhoz**

Doutorando em Ciências da Educação na Universidad Columbia del Paraguai; possui graduação em Educação Física pela Universidade Norte do Paraná (2001) e especializações nas áreas de Treinamento Desportivo (2004); Educação Especial (2005); e Ensino a Distância (2008); Dedicar-se a estudos na área de Altas Habilidades-Superdotação e atualmente coordena o setor de Educação Especial do Núcleo Regional de Educação de Londrina/PR.

Contato: munhozdiogo@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5792026950175789>





## AUTORAS E AUTORES



### **Albertina Oliveira de Lima**

Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad Columbia/PY., Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Columbia/PY., Pós Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Tecnologia, Comunicação e Turismo se Olinda/PE, Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco (2013). Experiência em Magistério, na área de Biologia Geral, com ênfase em Biologia Geral, atuando principalmente no seguinte tema: inclusão.

<http://lattes.cnpq.br/0055405560289856>



### **Angélica Maria Abílio Alvarenga**

Graduada pela Universidade Estácio De Sá; Psicóloga Clínica. Especialista em Atenção à saúde da pessoa idosa-Faculdades Integradas de Jacarepaguá; Especialista em Psicopedagogia-Faculdade Internacional Signorelli; Especialista em Neuropsicologia pela Universidade Cândido Mendes; Especialista em Inclusão nos Transtornos do neurodesenvolvimento: Autismo e suas comorbidades-Neurosaber; aluna do programa de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Columbia del Paraguay, em parceria com o Instituto IDEIA – BR.

contato: [Angelica.m.alvarenga@gmail.com](mailto:Angelica.m.alvarenga@gmail.com)

lattes:<https://lattes.cnpq.br/2141529880897291>



### **Arlindo Carlos de Oliveira**

Docente em Língua Portuguesa. Atualmente lotado no cargo na EE Prof. José Fernando Abbud. Com bolsa do governo federal CAPES/PIBID graduou-se em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa pela UMESP (Universidade Metodista de São Bernardo do Campo). Cursou Pedagogia pela Faculdade de Educação da Lapa, Licenciatura em Língua estrangeira Espanhol pela Fael. Licenciatura em Educação Especial pela Universidade Santa Cecília de Santos e Mestrando em Literatura pela Universidad de Columbia Assunción – PY

Contato: aar.lind@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6758387738183352>



### **Bruna Nunes Mont'mor**

Doutoranda em Ciências da Educação na Universidad Columbia del Paraguai. Possui graduação em Licenciatura Química pela universidade federal do Espírito santo (2015) e mestrado em Agroquímica pela Universidade Federal de Viçosa, onde desenvolveu pesquisa em síntese orgânica e produtos naturais (2017). Trabalhou como professora substituta de Química na UFES Campus de Alegre durante o ano de 2018/2 a 2019/1. Foi professora na escola estadual Henrique Coutinho no período de 2020 à 2023/1. Atualmente exerce a função de professora na Escola Estadual Bernado Horta , Irupi-ES, desde maio de 2023.



### **David Alex Santos da Silva**

Especialista em Libras (Língua Brasileira de Sinais), Psicopedagogia Clínica e Institucional, Educação Especial e Inclusiva. Graduado em Pedagogia e Letras Libras. Proficiente na Tradução e Interpretação em Libras/Português pelo Centro de Apoio ao Surdo CAS/PE. Atualmente, exerce a função Coordenador do NAPED (Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente) e Docente na FAMEG. Professor Tradutor Intérprete de Libras na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco pela Escola Padre Antônio Callou de Alencar - EPACA.



### **Érica Luzia Figueiredo Camilo Tenório**

Mestranda em Ciências da Educação na Universidad Columbia del Paraguai; possui Pós-Graduação em Gestão Escolar pela Faculdade de Educação São Luís (2017) Pós- Graduação em Literatura Contemporânea pelo Centro Universitário Barão de Mauá (2015); possui graduação em LETRAS pela Associação Educacional Machado de Assis (2006)

*Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/6153072177581289>

### **Geovana Barbosa Oggione**

Cursando Mestrado em Ciências da Educação na Universidad Columbia del Paraguai; possui graduação em Educação Administração de Empresas pela Faculdade Porto Seguro (FAPS) (2007), Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade de Nova Venécia (UNIVEN) (2013), Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade de Ariquemes (2015) e especializações na área da Educação(2013); Educação Especial (2014); e Ensino Profissionalizante (2014); Professora em escolas Estaduais do Estado do Espírito Santo.

Contato: [geovanaoggione4@hotmail.com](mailto:geovanaoggione4@hotmail.com)

<https://lattes.cnpq.br/0415675081874048>



### **Jacqueline David Altoé**

Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Columbia Del Paraguai/Instituto IDEIA-Brasil. Graduada Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Especialista em Educação Especial/Inclusiva pelo Instituto superior de Educação e Cultura “Ulisses Boyd”. Pós-Graduação “Lato Sensu” em LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais pela Faculdade Europeia de Vitória-FAEV. Pós-Graduação “Latu-Sensu” em anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil pela Faculdade Ciências Aplicadas “Sagrado Coração”. Atualmente Professora de Atendimento Educacional Especializado pela Prefeitura Municipal de Vargem alta e Secretária Estadual de Educação.

Email: [jacq.daltoe@gmail.com](mailto:jacq.daltoe@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3089-794x>





### **Jeane Rodella Assunção**

Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Colúmbia, Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Iberoamericana (Diploma Revalidado pela UFRJ). Pós-graduada em Psicomotricidade (UCAM/2018), Ergonomia pelo Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa (INESP/2012), Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade de Ciências Educacionais (FACE/2005) e Tutoria em Educação a Distância (UCAM/2016). Possui Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/2003) e graduação em Pedagogia (FAC/2016). Tem 30 anos de experiência na área de Educação. Servidora pública na área de educação pela Prefeitura Municipal de Salvador / BA. Professora no Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), no Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU) e na Atualiza Cursos dando aula nos cursos de Pós-graduação. Pesquisadora Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Física / NEPEF da Unijorge. Sócia efetiva da Associação Brasileira de Psicomotricidade. Suas pesquisas são direcionadas para aspectos teórico conceituais, metodológicos, políticos e sociais da Educação e Educação Física. Tem experiência na área de Tutoria em EAD, Ensino Fundamental, Médio, Superior, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial e Inclusiva.  
<http://lattes.cnpq.br/7514511246153599>



### **Joelma Cellin**

Mestranda em Ciências da Educação, Mestre em Língua e Cultura Italiana, Especialista em áreas da Educação e da Gestão Pública e graduada em Artes Plásticas. Ocupa cargos de gerência e de direção no serviço público desde o ano de 1998. Foi Secretária de Educação do Município de Castelo-ES e participou de projetos de intercâmbio com a Itália com bolsas de estudos nos anos de 1998, 1999, 2008, 2009, 2010. Atualmente é Diretora do Centro Estadual de Educação Técnica -CEET Emílio Nemer de de Castelo, professora concursada das Redes Públicas SEDU e

Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim-ES e professora do Ensino Superior. Escritora com os livros publicados: 1- Piemonteses em Castelo-ES: aspectos culturais e 2- Corpus Christi em Castelo-ES: manifestação da fé e da expressão artística. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5933530177496565> e ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6255-9577>.



### **Jonas Bezerra da Costa**

Licenciado em Ciências Biológicas – Unemat. Licenciado em Geografia - Unemat. Professor Especialista em Educação Ambiental e Práticas Escolares - UNINTER. Mestre em Ciências da Educação – UDC/PY. Doutorando em Ciências da Educação – UTIC/PY. Professor efetivo na rede pública municipal de ensino em Guarantã do Norte/MT

Endereço para acessar: [orcid.org/0000-0002-4885-4318](https://orcid.org/0000-0002-4885-4318)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1230291518536655>

email : [jb14costa@gmail.com](mailto:jb14costa@gmail.com)



### **Josiângela Farias Zanon Ventorim**

Licenciada em Letras- habilitação em Português/Inglês e respectivas Literaturas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (2004), Estado do Espírito Santo. Especialização em Estudos da Linguagem :Pressupostos Linguísticos, Cognitivos, Tecnológicos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre(2006). Pós- Graduada – em Literatura e Cultura( 2008), pela Faculdade Porto Seguro, de Iúna, Espírito Santo. Pós-Graduada em Literatura e cultura (2008), pela Faculdade Porto Seguro, Iúna, Espírito Santo. Pós- Graduada em Brincadeiras e Leituras (2014), pela Faculdade de Ciências Humanas de Vitória, Vitória, Espírito Santo. Atuo como professora no CEEFMTI Henrique Coutinho na cidade de Iúna, Espírito Santo. Mestranda em Ciências da Educação na Universidad Columbia del Paraguai.

Contato : [josiangelafzanon@hotmail.com](mailto:josiangelafzanon@hotmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9873128599892873>



### **Maria Aparecida Monteiro da Silva**

Licenciada em Pedagogia. Doutora em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela- ES. Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Politécnica e Artística Do PY. Atuou como Gestora e Docente na graduação e pós-graduação na Universidade Paranaense- UNIPAR por mais de três décadas: Diretora da Faculdade de Filosofia Ciências e letras; Coordenadora do Colegiado do Curso de Pedagogia , Presidente do Instituto de Pesquisa, Estudos e Ambiência Científica (IPEAC).Atuou como Docente na pós-graduação na Unicesumar. e de vários Institutos Paranaenses. Membro do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis) Docente e orientadora no Stricto Sensu pelo Instituto IDEIA,nas universidades Americana, Iberoamericana e Columbia do PY



### **Marluce Andrade de Almeida**

Licenciada em Letras, Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas pela (Unopar) Universidade Norte do Paraná, com especializações em Linguística e produção textual/Educação Especial Inclusiva pela FAFI (Faculdade de Filosofia Cachoeiro de Itapemirim. 2ª licenciatura em Pedagogia na Unisanta (Universidade Santa Cecília). Atuo como professora no CEEFMTI Henrique Coutinho na cidade de Iúna Espírito Santo. Mestranda em Ciências da Educação na Universidad Columbia del Paraguai.

Contato:marluceandradeirupii@hotmail.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5415812418887080>



### **Manoel Anório Apolônio Filho**

Doutorando em Ciências da Educação e Mestre em Educação pela Universidad Colúmbia del Paraguay. Possui Licenciatura em Pedagogia, Letras Libras, Informática, Educação Especial e Bacharel em Letras Libras. Proficiente na Tradução e Interpretação em Libras/Português pelo Centro de Apoio ao Surdo CAS/PE. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Língua Brasileira de Sinais e Educação

Especial, Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial, Neuropsicopedagogia, Educação Inclusiva, Autismo, Gestão de Polos, Psicomotricidade, Novas Tecnologias Digitais e Inovações na Educação, Neuropsicologia, Gestão Escolar, Comunicação Social-Publicidade e Propaganda, Marketing Digital, Educação Musical, Linguística Aplicada, Coordenação Pedagógica, Gestão em Marketing, Educação a Distância: Gestão e Tutoria, Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa, Ludopedagogia, Docência do Ensino Superior, Gamificação: Diversão, Tecnologia e Aprendizagem, Neuroeducação e Pós-graduando em Tutoria em EAD e Educação Especial, Gestão em Serviços de Saúde, Formação Docente, Gestão de Pessoas e Influência Digital: Conteúdo e Estratégia. Atualmente, exerce a função na Rede Estadual de Pernambuco como Professor Instrutor de Libras da Escola Padre Antônio Callou de Alencar, Diretor do Centro de Educação Inclusiva e Pedagógico de Canhotinho e Docente da Disciplina de Libras da FIC (Faculdade Integrada CETE).



**Murilo Orlando Cordeiro Barbosa**

Mestrando em Ciências da educação, com ênfase em currículo, ensino e sociedade; Graduação em história, especializações nas áreas de História e Cultura afro-brasileira e indígena e gestão escolar; dedica se e estudos da área da Cultura afro-brasileira e das comunidades QUILOMBOLAS locais; atua como professor e coordenador pedagógico.





### **Pátyna Fernanda Nascimento Zanette**

Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay, Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário São Camilo, Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade de Tecnologia Cachoeiro de Itapemirim – FACI, Graduada em Ciências – Habilitação: Matemática pelo Centro Universitário São Camilo, Técnica em Tradução e Interpretação de LIBRAS pela Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Liceu Muniz Freire”. Professora da disciplina de Matemática na Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo (SEDU/ES).  
Contato: patynazanette@gmail.com  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3947327177515568>



### **Rosana dos Reis da Silva**

Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Columbia Del Paraguai. Graduada Pedagogia pela Fundação Padre Cleto Caliman (Funpac), Pós graduada “Latu-Sensu” em Psicopedagogia Institucional pelo Instituto Superior de Educação e Cultura “Ulisses Boyd”. Pós graduada “Latu-Sensu” em Educação Especial/Inclusiva e Educação Infantil pela Faculdade Regional Serrana da Serra (Fase). Pós graduada “Latu-Sensu” Alfabetização e letramento/ Gestão do Trabalho Pedagógico: Supervisão, Orientação, Inspeção e Administração Escolar pela Faculdade Futura. Especialização em Oratória, Transversalidade e Didática da fala para Formação de Professores pela Universidade Federal do Espírito Santos (Ufes).Atuação: Professora de Atendimento Educacional Especializado pela Prefeitura Municipal de Vargem Alta e Secretária Estadual de Educação.  
Contato: rosanareis.prof@gmail.com  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2012024950761780>



### **Simone Esteves da Silva**

Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Columbia del Paraguay em parceria com o Instituto Interamericano - BR; Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé; Especialista em Educação Infantil pela Universidade Cândido Mendes; Especialista em Psicopedagogia: Cognição e Afetividade no processo ensino aprendizagem na área de Educação pela Faculdade Educacional Luiz Reid; Especialista em Supervisão e Inspeção Escolar pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza.

<https://orcid.org/0000-0002-6410-0700>

e-mail: simonenapaz26@gmail.com



### **Valmir Leandro Pio**

Aluno do programa de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad Columbia del Paraguay, em parceria com o Instituto Interamericano – BR e do curso de Educação especial e inovação tecnológica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Especialista em Psicopedagogia e Tecnologias Educacionais para prática docente no ensino da Saúde, Especialista em Gestão Estratégica de Investimentos na Educação Básica Graduado em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias e em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

<https://orcid.org/0000-0003-0200-0234>

e-mail: piovalmir@gmail.com.



### **Washington José Laranjeiras Borges**

Doutorando em Ciências da Educação pela Universidad Columbia del Paraguay, Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Columbia del Paraguay. Especialização em Planejamento Governamental e Gestão Financeira; Graduação em Tecnologia em Telecomunicações; Graduação em Processamento de Dados; Graduação em Administração de Empresas; Graduação em Direito. Atuação profissional na área de Engenharia de Telecomunicações; Análise de Sistemas e Suporte;

Consultoria de Micro e Pequenas Empresas; Advocacia e Consultoria Empresarial; Professor de Ensino Superior Adjunto IV concursado em 1993, do quadro permanente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA dos Cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Administração de Empresas e Administração e Desenvolvimento de Sistemas, lecionando as disciplinas: Teoria Geral da Administração I e II, Teoria das Organizações, Organização Sistemas e Métodos, Legislação em Informática, Introdução á Administração, e Direito e Legislação Social. Contato: [wjlborges@gmail.com](mailto:wjlborges@gmail.com)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4056630410420296>

Os textos aqui reunidos tessituram um olhar sob a educação contemporânea em uma linguagem sistêmica sem esfacelar educação formal e vida social. Trazem essa nova versão de educação contemporânea no que tange das partes para o todo, que por meio dela o homem interpreta a sua própria natureza, construindo e reconstruindo formas e usando suas metáforas e suas narrativas para se lançar aos diversos olhares.

